

CAMILA MATOS FONTENELE

CORPOS /IN/VISÍVEIS: **A MATERIALIDADE DOS ATIVISMOS URBANOS DIGITAIS.**

BELO HORIZONTE, MG  
ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG

2017



**CAMILA MATOS FONTENELE**

**CORPOS /IN/VISÍVEIS: A MATERIALIDADE DOS ATIVISMOS URBANOS DIGITAIS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Arquitetura.

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** Teoria, produção e experiência do espaço.

**ORIENTAÇÃO:** Dr. José dos Santos Cabral Filho.

**BELO HORIZONTE, MG**

**ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG**

**2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

F683c Matos Fontenele, Camila.  
Corpos invisíveis [manuscrito]: a materialidade dos ativismos urbanos digitais / Camila Matos Fontenele. - 2017.  
136 f. : il.

Orientador: José dos Santos Cabral Filho.

Dissertação – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Movimentos sociais urbanos - Teses. 2. Tecnologia da informação - Teses. I. Cabral Filho, José dos Santos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

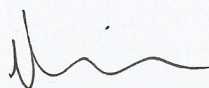
CDD 307.76

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

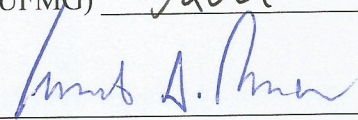




Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 04 de novembro de 2016 pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. José dos Santos Cabral Filho (EA-UFMG-Orientador)  \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos (EA-UFMG)  \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Fernando Antônio Resende (UFF)  \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Ao Cabral, pela generosidade com o conhecimento, pela paciência, dedicação e leveza comigo e com este trabalho.

À Carmen Aroztegui, primeira orientadora, sobretudo pelas preciosas lições de vida. À professora Ana Baltazar, por motivar em mim um olhar sempre ativo e crítico em relação ao mundo, e à professora Silke Kapp, pela imensa contribuição de seus textos e aulas e pelas orientações indiretas. Também a todos do Lagear e do MOM, especialmente ao Rodrigo Marcandier, ao Guilherme Arruda, à Maria Laura, ao Marllon Morais e à Camila Oddi.

Às professoras Tatiana Carvalho e Renata Marquez, pela atenção em participar da minha banca de qualificação, e ao professores Fernando Resende e Ana Baltazar, pela disponibilidade em participar da minha banca final. Suas observações foram muito importantes para o seguimento com a pesquisa.

Às minhas alunas e alunos nas disciplinas de estágio em docência, por terem me dado a oportunidade de aprender com suas diferentes ideias e vivências muito mais sobre aquilo que eu imaginava ensinar. Também aos professores Celina Borges, Stephâne Huchet e Mateus Pontes, pela atenção e disponibilidade durante esse processo.

À CAPES, pelo apoio financeiro sem o qual eu não teria conseguido me dedicar integralmente a este trabalho. Ao NPGAU, sobretudo à Maria Paula, pela prestatividade e atenção comigo e com todos os colegas da pós-graduação.



Às amigadas nascidas em *beagá*, maior legado do mestrado. À Joana, pelo carinho e acolhimento em sua casa e na vida. À Thaís e ao Maurício, pelo cuidado, presença e pelo amor compartilhado pelo Fubá (e também pelo Matsumoto e pela Marieta). À Laís e à Laura, pelas infinitas conversas que me lembram que não estou sozinha neste percurso. Os encontros com esse grupo foram da maior importância para a minha saúde mental e para oxigenar os longos períodos de escrita solitária.

Ao Victor, amigo querido que se somou no caminho e compartilha desta experiência intensa que é ser forasteiro em Belo Horizonte.

À Tia Marlene, que ainda antes de me conhecer, aceitou me acolher durante as difíceis primeiras semanas em Belo Horizonte; pelo zelo e dedicação.

Ao carinho sempre presente da Cibele, da Natália e da Taís e também da Denise e da Fiorella.

À Luna, niña que en vientos grises, vientos verdes aguardó.

Aos meus pais Helena e Fernando, pelo amor, confiança e apoio incondicionais.

Ao Fubá e à Fiona, por me lembrarem sempre que brincar é importante.



*Dedicado às vozes que ainda não foram ouvidas, e que, silenciosamente, resistem.*

## RESUMO

Este trabalho busca aprofundar o olhar acerca do uso de tecnologias digitais no amparo à organização política de um conjunto específico de grupos ativistas e movimentos sociais. Em um cenário de crescente popularização dessas ferramentas, cabe questionar de que maneira o espaço urbano, em relação dialética com as tecnologias digitais, permanece relevante para o encontro e a aparição pública dessas coletividades. É também pertinente compreender que possibilidades os meios digitais apresentam para aqueles indivíduos que enfrentam restrições no acesso coletivo aos espaços públicos das cidades. A pesquisa apresentada nesta dissertação envolveu quatorze estudos de caso e analisou uma série de dados coletados a partir de conteúdos compartilhados em plataformas online. Essa análise tinha o intuito de observar de que maneiras as tecnologias digitais têm sido apropriadas no sentido de construção daquilo que a filósofa Hannah Arendt identifica como *espaços de aparição*. O conceito de *aparição* representa uma condição prévia e fundamental para a constituição da esfera pública e da vida política. Nesse sentido, as novas possibilidades de debate público em rede teriam o potencial de reestabelecer a esfera pública segundo outras formas de organização. As quatorze experiências foram analisadas a partir de um espectro conceitual desenvolvido pela filósofa Nancy Fraser que trata daquelas lutas por justiça social que reivindicam a justa distribuição de recursos e daquelas que reivindicam o reconhecimento de aspectos relacionados à diversidade simbólica e cultural dos grupos envolvidos. No contexto da pesquisa aqui desenvolvida, ficou evidente que aqueles grupos sobre os quais as injustiças de natureza simbólica e cultural incidem mais fortemente apresentam maior dificuldade de acessar o espaço enquanto meio para suas lutas. Isto se dá principalmente pelo fato de que essas injustiças orientam-se sobretudo à materialidade de seus corpos. Foi possível perceber também que, embora a ampliação das possibilidades de comunicação viabilizada pelas tecnologias digitais tenha sido integrada nas práticas dos grupos estudados, o seu uso não se tem dado fora de um território em disputa, uma vez que o ambiente das plataformas digitais é permeado por relações de poder que lhes são anteriores. Para a construção de práticas efetivamente políticas, parece premente a luta por autonomia frente às corporações que administram o ambiente das plataformas digitais e que, não raramente, colaboram com o Estado no sentido de censurar populações, inibir insurgências e criminalizar manifestantes. Por fim, foi possível observar a importância da reunião coletiva para a construção de um corpo político plural, particularmente para aqueles grupos que sofrem restrições à sua presença nos espaços físicos. O reconhecimento e a legitimação desses corpos e identidades é essencial para as reivindicações pelo espaço urbano e pelo direito à cidade. Reunir-se materialmente no espaço das cidades seria, em si, o gesto político de afirmação de uma identidade coletiva e a potência mesma de transformação da estrutura sócio-espacial que originalmente ameaça a integridade de seus corpos.

**PALAVRAS-CHAVE:** ativismos urbanos, tecnologias digitais, espaços de aparição, lutas por redistribuição, lutas por reconhecimento.

## ABSTRACT

This work addresses the use of digital technologies in support of the political organization of a specific set of activist groups and social movements. In a scenario of growing popularization of these tools, it is important to question how urban space, in a dialectical relation with digital technologies, remains relevant for the meeting and the public appearance of such collectivities. It is also pertinent to understand what possibilities digital media present for individuals who face restrictions on public access to public urban spaces. The research presented in this dissertation entailed fourteen case studies and analyzed a series of data collected from images, texts and videos shared on online platforms. This analysis aimed to observe how digital technologies have been appropriated in order to create what Hannah Arendt perceived as *spaces of appearance*. The concept of appearance is a prior and fundamental condition for the constitution of public sphere and political life. In this sense, the new possibilities for public debate in networked environments could possibly restructure the public sphere according to new forms of organization. The fourteen experiences were analyzed from a conceptual spectrum developed by Nancy Fraser which concerns struggles for social justice by fair distribution of resources and also struggles for identity through the recognition of aspects related to symbolic and cultural diversity of the groups involved. In this research's context, it became clear that those groups who deal more particularly with symbolic and cultural injustices showed greater difficulty to collectively access the urban space. This is due to the fact that such injustices are primarily oriented to the materiality of their bodies. It was also possible to perceive that as the expansion of communication made viable by digital technologies have been integrated in each group's practices, it has taken place at a conflicting territory, since the environment of digital platforms is permeated by priorly established power relations. To build effective political practices, it seems critically important to fight for autonomy from the corporations who manage the environment of digital platforms and frequently collaborate with the state in order to censor populations, inhibit insurgencies and criminalize protesters. It was finally possible to observe the relevance of collective assembly in order to create plural political bodies, particularly for those groups who suffer special restrictions on their presence in physical spaces. The recognition and legitimation of those identities and bodies is essential to the claim for the urban space and for the right to the city. Therefore, the material assembly in space seems to be itself both the political gesture of affirmative collective identity and the potency for transforming the socio-spatial structure that originally threatens the integrity of their bodies.

**KEYWORDS:** urban activisms, digital technologies, redistribution, recognition.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	—	p. 21
<b>CAPÍTULO 01. UM OLHAR SOBRE O DIGITAL</b>	—	p. 31
1.1. O digital enquanto fenômeno	—	p. 32
1.2. Transformações, rupturas e continuidades nas tecnologias da informação	—	p. 39
1.2.1. <i>Broadcasting</i> e a transmissão unilateral de informações		
1.2.2. Redes digitais de informação e comunicação		
1.3. As tecnologias digitais no cotidiano contemporâneo	—	p. 42
1.3.1. A dimensão material das redes de informação		
1.3.2. Privacidade e estado de vigilância nas redes sociais		
<b>CAPÍTULO 02. A DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS TERRITÓRIOS DIGITALIZADOS</b>	—	p. 59
2.1. Esfera pública e espaço de aparição	—	p. 60
2.2. Tecnologias digitais e novos espaços de aparição	—	p. 65
2.2.1. A televisão enquanto experiência estética		
2.2.2. As redes sociais enquanto espaços de aparição		
2.2.3. A Internet enquanto território de disputa simbólica		

<b>CAPÍTULO 03. PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO</b>	—	p. 83
<b>3.1. Recursos metodológicos</b>	—	p. 83
3.1.1. Delimitação do problema		
3.1.2. Definição dos sujeitos da pesquisa		
3.1.3. Coleta de dados		
3.1.4. Análise dos dados		
<b>3.2. Contextualização dos estudos de caso</b>	—	p. 87
3.2.1. #primeiroassédio e #meuamigosecreto		
3.2.2. Tambores de Safo		
3.2.3. Ocupação Tina Martins		
3.2.4. Movimento Mães de Maio		
3.2.5. “Escolas de Luta” — SP, GO, CE		
3.2.6. Ocupe Estelita		
3.2.7. Ocupe Cocó		
3.2.8. Ocupe Acquario		
3.2.9. Comitês Populares da Copa		
3.2.10. Ciclofaixas Populares		
3.2.11. Parque Augusta		
<b>CAPÍTULO 04. ATIVISMOS URBANOS DIGITAIS</b>	—	p. 107
<b>4.1. O espaço como meio ou como horizonte de reivindicação</b>	—	p. 110
4.1.1. Quando os corpos se fazem visíveis		
4.1.2. Práticas espaciais, ferramentas digitais		
<b>4.2. Redes sociais ou “redes políticas”?</b>	—	p. 121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	—	p. 127
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	—	p. 132

## LISTA DE SIGLAS

- /// **AMC:** Autarquia Municipal de Trânsito de Fortaleza.
- /// **ANCOP:** Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa.
- /// **CAIC:** Centro de Atenção Integrada à Criança.
- /// **CIA:** *Central Intelligence Agency.*
- /// **EUA:** Estados Unidos da América.
- /// **EZLN:** *Ejército Zapatista de Liberación Nacional.*
- /// **FIFA:** Federação Internacional de Futebol.
- /// **IJF:** Instituto José Frota.
- /// **MOE:** Movimento Ocupe Estelita.
- /// **MST:** Movimento dos Sem Terra.
- /// **NAFTA:** *North America Free Trade Agreement.*
- /// **NSA:** *National Security Agency.*
- /// **ONG:** Organização Não-Governamental.
- /// **ONU:** Organização das Nações Unidas.
- /// **OSs:** Organizações Sociais.
- /// **TIC:** Tecnologias de informação e comunicação.
- /// **TRT:** Tribunal Regional do Trabalho.
- /// **RAND:** *Research and Development Corporation.*
- /// **UCL:** *University College of London.*
- /// **UFMG:** Universidade Federal de Minas Gerais.



## LISTA DE IMAGENS

- /// **IMAGEM 01/** p.34: Esquema de funcionamento de câmera escura. Este tipo de aparelho funciona segundo o mesmo processo óptico empregado nas câmeras fotográficas analógicas.  
Fonte: Domínio Público.
- /// **IMAGEM 02/** p.37: Cartão postal do início do século ilustra um soldado italiano sustentando o “*fascio littorio*”, símbolo do fascismo italiano.  
Fonte: <http://cartolinedalventennio.it>
- /// **IMAGEM 03/** p.47: Funcionária faz a manutenção de servidores em um *Data Center* da empresa Google em Oregon, EUA.  
Fonte: Connie Zhou.
- /// **IMAGEM 04/** p.50: Escritório da Samsung em São Francisco, EUA.  
Fonte: OfficeSnapshots.com.
- /// **IMAGEM 05/** p.50: Trabalhadores em mina de cobalto na República Democrática do Congo.  
Fonte: Federico Scoppa/ The Guardian.
- /// **IMAGEM 06/** p.71: Faixa com a frase “chorar pelos mortos, lutar energeticamente pelos vivos” (em tradução livre) carregada por manifestantes na Parada do Orgulho Gay de Nova Iorque, 1992.  
Fonte: Malcom Clarke.
- /// **IMAGEM 07/** p.80: Membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) marcham sobre Aguascalientes, México, em 1994.  
Fonte: Juan Popoca.
- /// **IMAGEM 08/** p.80: Protesto realizado por membros do EZLN nas mesmas cidades ocupadas em 1994, 19 anos depois, em 1º de janeiro de 2012, quando o presidente Peña Nieto assumiu o governo federal, marcando a volta do PRI ao poder.  
Fonte: Tim Russo.
- /// **IMAGEM 09/** p.92: Mulheres reunidas na então Ocupação Tina Martins, em Belo Horizonte – abr.2016.  
Fonte: Página da Casa de Referência da Mulher Tina Martins no Facebook.
- /// **IMAGEM 10/** p.93: Movimento Mães de Maio em protesto na Praça da Sé, em São Paulo – mai.2015.  
Fonte: Rafael Bonifácio, Ponte Jornalismo.

- /// **IMAGEM 11/** p.94: Estudantes secundaristas protestam na Av. Faria Lima, em São Paulo – dez, 2015.  
Fonte: s/f.
- /// **IMAGEM 12/** p.96: Manifestantes ocupam Cais José Estelita em Recife – ago, 2014.  
Fonte: CartaEducacao.com.br.
- /// **IMAGEM 13/** p.98: Ação de reintegração de posse contra ocupação no Parque do Cocó. Fortaleza – out.2013.  
Fonte: Grupo *OcupeOCocó*, no Facebook.
- /// **IMAGEM 14/** p.100: Apresentação teatral durante o Ocupe Acquario, em Fortaleza – mar.2013.  
Fonte: Mídia Ninja.
- /// **IMAGEM 15/** p.102: Vídeo mostra casa sendo demolida para abrigar canteiro de obras do Veículo Leve Sobre Trilhos nunca finalizado em Fortaleza – 2013. Fonte: Coletivo Nigéria.
- /// **IMAGEM 16/** p.103: Aparato criado para a pintura das Ciclofaixas Populares, em Fortaleza – ago.2013.  
Fonte: Massa Crítica Fortaleza.
- /// **IMAGEM 17/** p.115: Mensagens publicadas no Twitter com o uso da *hashtag* #primeiroassedio – nov.2015.  
Fonte: twitter.com.
- /// **IMAGEM 18/** p.115: Grupo Tambores de Safo em protesto organizado no Rio de Janeiro, em ocasião da convenção Rio+20.  
Fonte: S/f.
- /// **IMAGEM 19/** p.117: Vídeo feito por estudantes secundaristas durante a ocupação da Escola Carlos Alberto Oliveira – São Paulo, nov.2015.  
Fonte: YouTube.
- /// **IMAGEM 20/** p.118: Vídeo feito por manifestantes em protesto pela implementação do Parque Augusta – São Paulo, ago.2016.  
Fonte: Canal *Parque Augusta Já* no YouTube.
- /// **IMAGEM 21/** p.120: Vídeo “Vem Pra Rua’ ver a verdadeira arquibancada do Brasil” feito por morador de uma comunidade ameaçada de remoção no contexto da Copa do Mundo de 2014 – mai.2015. Fonte: YouTube.
- /// **IMAGEM 22/** p.124: Estudante secundarista em protesto contra a reorganização escolar em São Paulo – dez.2015.  
Fonte: Laura Viana.

## LISTA DE DIAGRAMAS

- /// **DIAGRAMA 01/** p.85: Cabeçalho da primeira tabela para coleta de dados.  
Fonte: Elaboração própria.
- /// **DIAGRAMA 02/** p.86: Cabeçalho da primeira tabela para análise de dados.  
Fonte: Elaboração própria.
- /// **DIAGRAMA 03/** p.89: Diagrama geral de indexação.  
Fonte: Elaboração própria.
- /// **DIAGRAMA 04/** p.106: Linha do tempo com localização dos estudos de caso e identificação do tipo de mobilização.  
Fonte: elaboração própria.
- /// **DIAGRAMA 05/** p.108: Disposição dos ativismos estudados de acordo com o modo como mobilizam a opinião pública.  
Fonte: elaboração própria.
- /// **DIAGRAMA 06/** p.111: Esquema gráfico baseado no espectro conceitual proposto por Nancy Fraser.  
Fonte: elaboração própria.



## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca aprofundar o olhar acerca do uso de tecnologias digitais no amparo à organização política de um conjunto específico de grupos ativistas e movimentos sociais. Em um cenário de crescente popularização dessas ferramentas, cabe questionar de que maneira o espaço em sua dimensão física permanece relevante enquanto meio para o encontro e aparição pública dessas coletividades e que possibilidades os meios digitais apresentam para aqueles indivíduos que enfrentam restrições para o seu acesso coletivo.

Nos últimos anos, o acesso à Internet se ampliou vertiginosamente em diferentes lugares do mundo. Em 2015, um relatório divulgado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), atestava que 3,2 bilhões de pessoas, cerca de 40% da população mundial, tinham acesso à Internet<sup>1</sup>. Embora esse crescimento se dê de maneira desigual em cada um dos países analisados, a recente intensificação do uso de plataformas e dispositivos digitais conectados à Internet tem gerado impactos em nossa organização sócio-espacial e em nossa forma de perceber o mundo.

---

<sup>1</sup> Dado divulgado no relatório *ICT Facts & Figures 2015*, publicado pela União Internacional de Telecomunicações. Segundo o mesmo relatório, em 2000, apenas 400 milhões de pessoas tinham acesso à Internet, o que representa um crescimento de 700% em 15 anos.

Na frase de abertura do livro *A Nova Era Digital*<sup>2</sup>, os então engenheiros do Google Eric Schmidt e Jared Cohen (2013) afirmam que “[a] Internet é uma das poucas coisas inventadas pelos seres humanos que eles não conseguem exatamente entender”<sup>3</sup>. Essa afirmação é bastante reveladora do caráter aparentemente intangível da Internet. Contudo, do ponto de vista técnico, a Internet tem um funcionamento relativamente simples, não muito mais complicado do que aquele dos aparatos tecnológicos que a antecedem, como o telégrafo ou a televisão. É, com efeito, a sua dimensão *social* que parece escapar ao “entendimento dos seres humanos”, neste sentido, tão complexa como qualquer outro processo social.

Em um primeiro momento de popularização das tecnologias digitais, uma série de previsões, expectativas e temores surgem tanto no contexto das discussões acadêmicas, quanto no debate público sobre o tema. Termos como “ciberespaço”, “pós-humano”, “era da informação” ou “revolução digital” buscam dar nome aos novos conceitos que se apresentam e, no mesmo ritmo em que são adotados, têm seu significado desgastado e requerem revisão e substituição por outros.

Não estamos exatamente longe desse momento e é possível que muitos dos recursos teóricos e metodológicos que nos auxiliam a olhar para esse processo no presente caduquem nos próximos anos. Ainda assim, o exercício de articular uma base de conhecimento para abordar esse problema permanece imprescindível.

Um primeiro passo seria identificar o senso comum que localiza as tecnologias digitais enquanto o elemento primordialmente responsável pelas transformações sociais que decorrem de sua popularização. O mesmo senso comum abriga pelo menos duas interpretações fundamentais das tecnologias digitais: em primeiro lugar, a ideia de determinismo tecnológico recai em uma postura ingênua que pressupõe um descolamento entre essas tecnologias e os próprios processos sociais que as produziram em primeiro lugar.

---

2 Schmidt; Cohen, 2013.

3 *Idem*, p.03. No original: The Internet is among the few things humans have built that they don't truly understand.

Por outro lado, a ideia de determinismo social advém dessa noção causal e linear. Esta tende a ignorar as relações de poder que se dão entre os atores envolvidos na produção e manipulação desses dispositivos e plataformas, bem como a dimensão de disputa por seu significado. Em uma perspectiva de suposto progresso, constrói-se uma espécie de deslumbramento com a novidade que culmina com a expectativa de que somente agora teríamos, enquanto humanidade, uma resposta técnica para os problemas de ordem social e política que nos afetam.

No âmbito da discussão sobre política e espaço urbano, esse senso comum constrói a crença de que a tecnologia seria em si responsável por novas formas mais populares de articulação política e, por conseguinte, o caminho para uma “verdadeira emancipação” frente aos poderes instituídos.

No livro *Aos nossos amigos*, o coletivo francês Comitê Invisível (2016) destaca de maneira irônica o seguinte trecho do livro de Schmidt e Cohen (2013), “a Internet é o maior experimento envolvendo anarquia na história”<sup>4</sup>. Em outras palavras, essa afirmação atesta a Internet enquanto um território desprotegido das leis do “mundo real” e alheio à lógica governamental *de cima para baixo*, em que o poder se impõe desde a figura do Estado (ou das corporações) em direção à população de forma geral.

A percepção sobre a Internet construída por Schmidt e Cohen (2013) enquanto “o maior território sem governo do mundo”<sup>5</sup>, implica a noção de uma total ausência de hierarquia ou controle, em que o poder emergiria “das pontas dos dedos” de seus usuários<sup>6</sup>. É importante, contudo, observar neste caso quem fala, quem constrói o discurso de que o poder estaria agora descentralizado e, ainda, que essa descentralização seria fruto de um advento tecnológico – e não de uma disputa política. Este senso comum é engenhosamente construído por dois executivos da Google, uma das mais importantes empresas da atualidade e que tem sido

---

<sup>4</sup> Schmidt; Cohen *apud* Comitê Invisível, 2016, p. 124. No original: The Internet is the largest experiment involving anarchy in history.

<sup>5</sup> Schmidt; Cohen, 2013, p.03. No original: This is the Internet, the world’s largest ungoverned space.

<sup>6</sup> Schmidt; Cohen, 2013, p.03. No original: Never before in history have so many people, from so many places, had so much power at their fingertips.

regularmente associada a denúncias sobre programas de espionagem e vigilância em massa.

É fato que a ampliação das possibilidades de comunicação viabilizada pelas redes sociais lhes integrou às práticas de uma diversidade de grupos ativistas ao redor do mundo. Entretanto, se esse tipo específico de tecnologia apresentou novas formas de articulação interna, de convocação e divulgação para seus atos e de contraposição às narrativas oficiais tecidas pelas mídias tradicionais, esse uso não se deu fora de um território em disputa. Não é só pelos espaços das cidades ocupadas que esses grupos lutam, mas também pela autonomia frente às corporações que administram o ambiente das plataformas digitais e que, não raramente, colaboram com o Estado no sentido de censurar populações, inibir insurgências e criminalizar manifestantes.

É precisamente nesse campo de disputa que as lutas pelo espaço que serão discutidas nesta dissertação se localizam. Diante da impossibilidade de desvincular suas práticas espaciais daquelas que se dão no ambiente digital, elas serão observadas em conjunto. Mais do que desenvolver novos termos e conceitos, parece pertinente revisitar algumas teorias que permeiam a discussão sobre as tecnologias digitais de comunicação no sentido de perceber o que permanece relevante para uma discussão orientada à desconstrução de sentidos comuns.

Denomino ativismos urbanos em meio digital, ou simplesmente *ativismos digitais urbanos*, as práticas performadas por movimentos sociais, grupos e demais coletividades que se utilizam de plataformas digitais, tais como *sites*, redes sociais e aplicativos de mensagens, em amparo às suas ações de reivindicação política.

Os grupos aqui abordados localizam-se no espaço urbano, assim como boa parte de suas lutas e reivindicações direcionam-se a questões particulares da vida nas cidades, como a mobilidade urbana, o movimento estudantil, o acesso a espaços públicos e o direito à moradia digna. Há ainda outros grupos que pautam questões mais amplas e que não se encontram necessariamente vinculadas à problemática urbana, como é o caso das questões de gênero e sexualidade ou do movimento negro.



Proponho, entretanto, chamá-los, a todos, de ativismos digitais urbanos por considerar que no presente momento de conformação do território no Brasil, não é mais possível contrapor campo e cidade como conceitos completamente distintos, uma vez que o tecido urbano estende-se, ainda que desigual e precariamente, por meio de franjas de urbanização ao longo de boa parte do território nacional.

O arquiteto Roberto Luís Monte-Mór denomina este fenômeno como *urbanização extensiva*, “[...] uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social.”<sup>7</sup>. Desta maneira, a própria presença de dispositivos digitais ou de redes de acesso à Internet em determinado território é lida como uma manifestação eminentemente urbana<sup>8</sup>.

Alguns teóricos contemporâneos, principalmente no campo da comunicação, têm abordado o uso da Internet e das plataformas digitais por grupos de ativistas e movimentos sociais. O termo “ativismos digitais” emerge dessas discussões no sentido de qualificar essas práticas, como é o caso da pesquisadora estadunidense Mary C. Joyce (2010), que emprega este termo ao abordar movimentações contemporâneas que utilizam as tecnologias digitais para agenciar suas ações.

Queríamos um termo que se referisse de maneira exaustiva e exclusiva ao conjunto de atividades – ou práticas – de campanha enredadas digitalmente. Exaustiva no sentido em que contivesse todas as práticas sociais e políticas que utilizem a infraestrutura das redes digitais; e exclusiva no sentido em que excluiria aquelas práticas que não são exemplos desse tipo<sup>9</sup>. (Joyce, 2010, p. viii)

---

<sup>7</sup> Monte-Mór, 2006, p. 14.

<sup>8</sup> Segundo o relatório ICT Facts and Figures 2016, publicado pela União Internacional de Telecomunicações, 95% da população mundial vive em áreas cobertas por redes para o acesso à Internet por dispositivos móveis (2G).

<sup>9</sup> No original: We want a term to refer to this set of digitally networked campaigning activities or practices that is both exhaustive and exclusive. Exhaustive in that it encompasses all social and political campaigning practices that use digital network infrastructure; exclusive in that it excludes practices that are *not* examples of this type of practice.

O pesquisador austríaco Christian Fuchs (2014), por sua vez, aborda as possibilidades de articulação política no ambiente das plataformas digitais e redes sociais online, à luz do conceito de *esfera pública* que é desenvolvido pelo filósofo alemão Jürgen Habermas. Fuchs procura analisar criticamente o papel das mídias digitais para a formação do que seria uma esfera pública digital, a fim de apontar caminhos para uma possível “descolonização” das redes frente aos poderes do Estado e das grandes corporações.

“[...] Precisamos ocupar as redes sociais no sentido de liberá-las dos controles corporativos e estatais [...] para estabelecer uma esfera das redes sociais que transcenda o domínio particularista e que represente o interesse público para que o potencial dessas mídias seja realizado”<sup>10</sup>. (Fuchs, 2014, p. 97)

Os dois autores abordam principalmente práticas que se dão estritamente no ambiente imaterial das plataformas digitais e redes sociais, ainda que observem também, de maneira secundária, algumas práticas espaciais que se dão de forma imbricada com as tecnologias digitais. Para a abordagem proposta aqui, o termo *urbano* é particularmente relevante, primeiro pelo fato de que os ativismos e movimentos estudados reivindicam questões diretamente ligadas ao espaço das cidades, e por fim, pelo fato de que, na maioria dos casos, suas práticas utilizam o espaço físico urbano como meio para suas reivindicações, como é o caso das ocupações e dos protestos em espaços públicos.

Dentre os casos estudados, também foram identificados alguns grupos que encontravam limitações particulares ao tentar acessar o espaço de maneira coletiva em um sentido de reivindicação. Alguns desses grupos permaneciam espacialmente dispersos, reunidos apenas no ambiente das redes sociais digitais. Esses corpos em processo de visibilização encontram possibilidades inéditas de articulação e aparição pública na dimensão imaterial desses ambientes.

---

<sup>10</sup> No original: [...] We need to occupy social media in order to withdraw them from corporate and state control [...] for establishing a social media sphere that transcends particularistic control and represents the public interest so that the social potential of the media can be realized.

É a partir do reconhecimento de que o acesso ao espaço está permanentemente em processo para estes grupos que o título deste trabalho é posto como uma provocação, o prefixo “in-” vem separado de “visíveis”. Não são corpos de todo invisíveis, mas cuja visibilidade e sobretudo a legitimidade coletiva no espaço físico encontra-se em disputa. Um aspecto importante dessas lutas é que muitas vezes suas práticas estão centradas em questões identitárias e relacionadas ao reconhecimento cultural e simbólico, contudo, a materialidade do espaço urbano permanece presente no horizonte de suas reivindicações enquanto território a ser conquistado.

Um primeiro sentido da conquista desse território físico diz respeito ao direito à reunião coletiva, em outras palavras, à possibilidade de constituírem no espaço urbano um novo corpo político. Em suma, na abordagem proposta pelo geógrafo britânico David Harvey do conceito de direito à cidade.

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar recursos urbanos: é o direito de transformar a nós mesmos à medida em que transformamos a cidade. Trata-se, além disso, de um direito comum e não individual, uma vez que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo de reformulação dos processos de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir nossas cidades e a nós mesmos é, como quero argumentar, um dos mais preciosos, ainda que um dos mais negligenciados, de nossos direitos humanos.<sup>11</sup> (Harvey, 2008, p. 23)

Neste sentido, a conquista do direito de agir coletivamente sobre a materialidade de suas cidades é o que permitiria a esses grupos o acesso cotidiano e seguro ao espaço urbano enquanto indivíduos, ou seja, a garantia de não-violação de seus corpos. Em outras palavras, a sua visibilidade e posterior legitimação enquanto

---

<sup>11</sup> No original: The right to the city is far more than the individual liberty to access urban resources: it is a right to change ourselves by changing the city. It is, moreover, a common rather than an individual right since this transformation inevitably depends upon the exercise of a collective power to reshape the processes of urbanization. The freedom to make and remake our cities and ourselves is, I want to argue, one of the most precious yet most neglected of our human rights.

coletividade seria fundamental para a garantia de sua integridade física individual. Por outro lado, essa legitimação coletiva depende diretamente da liberdade para agir e transformar coletivamente os espaços urbanos que esses grupos reclamam.

Dessa maneira, a pesquisa aqui desenvolvida teve como objetivo perceber de que maneiras esses grupos ativistas e movimentos sociais têm se apropriado das tecnologias digitais e do espaço urbano no sentido de construir suas formas particulares de reivindicação política. Também era importante perceber que limites e restrições se impõem para uma prática efetivamente política, uma vez que o ambiente das plataformas digitais é permeado por relações de poder que lhes são anteriores e pelos interesses particulares do Estado e das corporações que as gerenciam.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. No primeiro deles, o conceito de digital será discutido enquanto fenômeno surgido no interior da sociedade capitalista, portanto, permeado por aspectos particulares desse modo de organização social. Essa abordagem tensiona a noção vigente de que a tecnologia digital seria essencialmente imaterial ou aterritorial, ao identificar uma série de processos e relações que envolvem a cadeia de produção dos dispositivos digitais, bem como o armazenamento e a comercialização de dados.

O segundo capítulo aborda a dimensão das tecnologias digitais enquanto ferramenta para a articulação política. Nesse sentido, os conceitos de *esfera pública* e *espaço de aparição*, presentes na obra da filósofa alemã Hannah Arendt, contribuem para o entendimento sobre os elementos que estruturam a vida pública e de que maneira estariam presentes no atual contexto das tecnologias digitais de comunicação.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre alguns dos recursos metodológicos empregados no decorrer da pesquisa empírica e uma contextualização dos estudos de caso em relação às suas principais pautas e práticas. Nesse momento, é pertinente observar aspectos particulares sobre o modo

como esses grupos se articulam, com o propósito de compreendê-los enquanto parte em um processo mais amplo e mais estendido no tempo.

No quarto capítulo, os estudos de caso são analisados em relação ao modo como se dá a presença ou, em algumas situações, a ausência dos grupos ativistas e movimentos sociais no espaço físico das cidades. Emerge daí a prática materializada da ocupação de espaços urbanos enquanto tática para a reivindicação. Em um momento posterior são observados que limites se impõem para uma articulação efetivamente política dessas coletividades.



## CAPÍTULO 01. **UM OLHAR SOBRE O DIGITAL**

Nos tópicos a seguir, levanto uma discussão acerca de algumas questões filosóficas e políticas que emergem a partir das apropriações que a sociedade faz das tecnologias digitais. Esta discussão busca compreender de que maneira as transformações nos campos tecnológico e social influenciam-se mutuamente. Uma vez que as tecnologias digitais são produzidas no interior de uma sociedade capitalista, procuro identificar vestígios desta estrutura de dominação, bem como rupturas possíveis que utilizem essas tecnologias como ferramenta.

Em um primeiro momento, faço uma breve exposição fenomenológica a respeito dos aparatos digitais, a partir de uma perspectiva técnica. Esta apresentação tem o intuito de introduzir, de maneira curta e superficial, alguns conceitos e definições pouco familiares no campo da arquitetura e do urbanismo, mas fundamentais para o argumento central deste trabalho, sobre os ativismos urbanos digitais.

Posteriormente, traço uma linha histórica que atravessa diferentes mudanças de paradigma no processo de uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pela sociedade<sup>12</sup>. Desde a invenção da imprensa de Guttemberg até a popularização das tecnologias digitais, pontuo uma série de transformações técnicas e sociais que vêm adicionar novas camadas de complexidade e ampliar as modalidades de comunicação apoiadas na tecnologia.

---

<sup>12</sup> O termo TIC será utilizado para denominar tanto as tecnologias digitais quanto aquelas analógicas que se popularizaram previamente.

Finalmente, procuro fazer uma análise sobre a forma como as plataformas e dispositivos digitais se integram ao cotidiano da sociedade capitalista a fim de perceber como estas ferramentas por vezes corroboram a continuidade e reprodução de estruturas de poder e dominação estabelecidas anteriormente ao seu advento. Elaborar esta percepção perpassa o entendimento das redes de informação e comunicação enquanto fenômenos que se dão de maneira dialética com as práticas materiais e especializadas. Neste sentido, será desestabilizada a noção de digital como algo completamente imaterial ou desterritorializado

### 1.1. O DIGITAL ENQUANTO FENÔMENO

O que aqui denomino digital é o processo por meio do qual conjuntos de dígitos binários (dados) são computados por aparelhos que foram programados para converter automaticamente tais conjuntos de dados abstratos em informação.

Os dígitos binários, também chamados de *bits*<sup>13</sup>, são a unidade básica da informação possível de ser armazenada ou processada digitalmente. Estes *bits*, que podem ter valor de 1 ou de 0, são desprovidos de significado em si mesmos, ou seja, isoladamente são apenas dados e não podem produzir informação. Para que a informação seja produzida, é preciso processar conjuntos de *bits*.

O menor conjunto de *bits* processável é formado por oito dígitos e chama-se *byte*. Há ainda denominações para os conjuntos de *bytes*: é o caso dos *quilobytes* ou *kB*, conjuntos de 1000 bytes; dos *megabytes* ou *mB*, conjuntos de  $10^6$  bytes; dos *gigabytes* ou *gB*, conjuntos de  $10^9$  bytes; e dos *terabytes* ou *tB*, conjuntos de  $10^{12}$  bytes.

Computação, no sentido corrente, é a capacidade de processar e manipular esses conjuntos de *bytes* automaticamente. Estes dados são processados por meio de algoritmos, ou seja, sequências de instruções que são executadas por um processador. É possível fazer uma analogia com uma receita de bolo, em que a pessoa que cozinha segue rigorosamente os passos definidos. No caso da

---

<sup>13</sup> *Bit*, palavra de origem inglesa, é a abreviação do termo *binary digit*, que em português significa dígito binário.



computação, a receita seria o algoritmo, os ingredientes seriam os *bytes* e o bolo seria a informação produzida.

Este seria o caso, por exemplo, de um programa de computador desenvolvido para processar textos: o usuário emite sinais ao pressionar teclas e estes sinais são automaticamente convertidos em *bytes*; os *bytes* são processados automaticamente ao seguirem a sequência de instruções definida pelo algoritmo do programa e são, finalmente, transformados em informação. Neste caso, as informações produzidas são imagens, que de acordo com a linguagem na qual o usuário foi educado, significam letras.

Um processo semelhante ao digital acontece quando um fotógrafo dispara um câmera fotográfica analógica. Ao pressionar o disparador da câmera, o fotógrafo aciona a abertura (e o fechamento) do obturador, permitindo que a luz penetre o interior da câmera, até então completamente escuro, e toque uma superfície sensível localizada no fundo da câmera. Os sinais emitidos pelos fótons, partículas elementares da luz, são processados no interior da câmera fotográfica e executam a “instrução” de pigmentar a superfície sensível, de acordo com a intensidade de cada um dos fótons<sup>14</sup>.

O filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser apresenta o conceito de imagens técnicas ao discutir o problema da computação de elementos pontuais, sejam bits ou fótons, em *caixas pretas*. Em sua obra, as caixas pretas são descritas enquanto uma espécie de alegoria, em primeiro lugar em referência ao aparelho óptico da câmera escura, cuja invenção é fundamental para o surgimento da fotografia, mas também em referência ao conceito cibernético de caixa preta (Flusser, 1985).

No contexto do pensamento cibernético, a caixa preta representaria todas as etapas ocultas do complexo processo de produção das imagens técnicas. Desde os procedimentos físicos e ópticos, até as questões de ordem social, ética e política

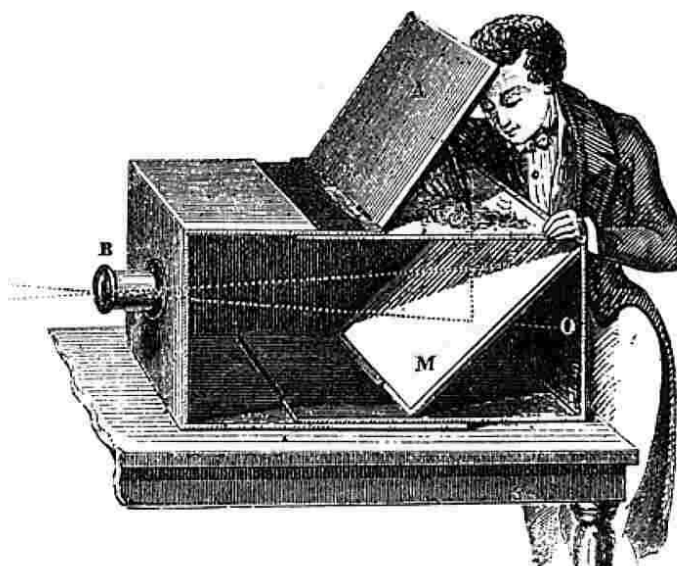
---

<sup>14</sup> Os primeiros modelos de câmeras fotográficas a se popularizarem foram os daguerreótipos, onde a superfície a ser sensibilizada pela luz eram placas metálicas banhadas em prata. Posteriormente, foram adotadas películas de material plástico dotadas de uma fina camada gelatinosa com sais de prata em sua composição.

que influenciam a produção destas imagens. Flusser (2008) identifica, portanto, na origem da fotografia, em meados do século XIX, o início de uma “nova era” na história da humanidade que representa um marco tão importante quanto a invenção do fogo ou da escrita. (Flusser, 2008)

Somos testemunhas, colaboradores e vítimas de revolução cultural cujo âmbito apenas adivinhamos. Um dos sintomas dessa revolução é a emergência das imagens técnicas em nosso torno. Fotografias, filmes, imagens de TV, de vídeo e dos terminais de computador assumem o papel de portadores de informação outrora desempenhado por textos lineares. [...] [A]s imagens tradicionais são superfícies abstraídas de volumes, enquanto as imagens técnicas são superfícies construídas com pontos. (*Ibidem*, pp. 11-12)

O que me interessa particularmente ao abordar aqui o advento da fotografia é justamente o ponto em que ela coincide, em essência, com o digital: o processamento automático de elementos pontuais abstratos em informação, por meio de aparelhos cujo complexo funcionamento não somos capazes de apreender



**Imagem 01:** Esquema de funcionamento de câmera escura. Este tipo de aparelho funciona segundo o mesmo processo óptico empregado nas câmeras fotográficas analógicas. **Fonte:** Domínio Público.

em um primeiro olhar. Neste caso, o processamento de elementos pontuais em imagens. *Imagens técnicas*, como Flusser define: imagens produzidas por aparelhos.

Para o autor, as imagens técnicas vêm operar enquanto repositórios contemporâneos da nossa cultura, como em outro momento os foram os livros ou, antes ainda, as *imagens tradicionais* produzidas na pré-história. Flusser propõe um esquema da história da nossa cultura em que o advento da fotografia, e, simultaneamente, das imagens técnicas, representa um marco, juntamente às invenções da pintura rupestre e da escrita.

As imagens tradicionais – desenhos e pinturas, por exemplo – produzidas na pré-história, resultam de um gesto de abstração das quatro dimensões espaço-temporais do mundo concreto nas duas dimensões do plano onde a imagem é produzida. Em um primeiro momento, este é um esforço de representação do mundo que permite o desvelamento de eventos e fenômenos anteriormente incompreensíveis.

Mais tarde, este sentido é pervertido por um fenômeno que Flusser chama de *idolatria*: a produção das imagens não mais busca visualizar, a partir do recurso da representação, o mundo concreto, mas, ao contrário, às próprias imagens são atribuídos valores de concretude. Estas passam a bloquear a visão do ser humano que “não mais decifra as imagens como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas”. (*Idem*, 1985, p. 08.)

O problema central da idolatria é a crença, em um nível de desvario, de que as imagens tradicionais seriam equivalentes a uma suposta dimensão concreta do mundo. Este é o caso, por exemplo, da representação de entidades sagradas em algumas tradições religiosas: a idolatria opera quando as imagens descolam-se de seu caráter representativo e passam a ser, elas próprias, cultuadas enquanto sagradas.

Como argumentado por Flusser (2008), o texto então surge como tentativa de transcodificação das imagens tradicionais com o intuito de recuperar a dimensão do mundo concreto oculta pela idolatria. Esta revolução permite o avanço da pré-história em direção à história. Entretanto, o texto constitui-se enquanto gesto de abstração ainda mais complexo, pois direciona-se às imagens e não ao mundo

concreto. Estrutura-se linearmente a partir da imagem, surge como “explicação” das imagens; e as imagens, por outro lado, passam a operar como “ilustração” dos textos. Imagem e texto passam, então, a reforçar-se mutuamente.

Ainda de acordo com Flusser (2008), a consciência histórica surge concomitantemente à invenção da escrita e emerge de um gesto de abstração de segunda ordem – abstração da abstração – que termina por produzir efeito semelhante à idolatria, o que o autor chama de *textolatria* e compara com a alucinação provocada por alguns textos religiosos ou mesmo por algumas correntes de pensamento filosófico ou político. Desta maneira, o texto e a consciência histórica entram em crise e é no contexto desta crise que surgem as imagens técnicas e, conseqüentemente, aquilo que ele classifica como pós-história (Flusser, 2008).

Nos três momentos identificados pelo filósofo (pré-história, história e pós-história), o salto de sofisticação cultural que permite a mudança para o paradigma seguinte é sempre pervertido de seu sentido original, de tentativa de desvelamento de um mundo concreto. Imagem e texto, quando lhes têm atribuídos valores de verdade incontestável ou de concretude inabalável, passam a operar enquanto véu ainda mais opaco. Velam, de fato, a percepção da sociedade em relação ao mundo concreto.

O mundo a ser representado reflete raios que vão sendo fixados sobre superfícies sensíveis, graças a processos óticos, químicos e mecânicos, assim surgindo a imagem. Aparentemente, pois, imagem e mundo se encontram no mesmo nível do real: são unidos por cadeia ininterrupta de causa e efeito.

O caráter aparentemente não-simbólico, objetivo, das imagens técnicas faz com que seu observador as olhe como se fossem janelas e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos. (Flusser, 1985, p.10.)

Neste contexto, a sociedade pós-histórica é descrita como orientada às imagens e formada primordialmente por indivíduos dispersos e solitários. Flusser (2008)

reconhece, portanto, duas potencialidades distintas que tendem a se interpor na configuração desta sociedade.

Na primeira delas, o paradigma da *sociedade informática* funciona segundo a estrutura da cultura de massa, onde as informações em forma de imagens fluem a partir de um centro emissor em direção aos receptores dispersos individualmente. O aparelho de televisão é um bom exemplo desta estrutura onde os telespectadores, dispersos no espaço, recebem a informação que é emitida por um ponto central. O autor analisa o fenômeno da cultura de massa como a irradiação de feixes de informação provenientes de um emissor para receptores dispersos. Em um jogo de palavras, Flusser relaciona esta estrutura de feixes de informação da cultura de massa às *fascas*, símbolo do fascismo italiano.

A segunda potencialidade, o paradigma da *sociedade telemática*, apresenta um cenário onde estas pessoas dispersas reconectam-se e estabelecem novas modalidades de diálogo apoiado na tecnologia.



**Imagem 02:** Cartão postal do início do século ilustra um soldado italiano sustentando o "fascio littorio", símbolo do fascismo italiano.  
**Fonte:**<http://cartolinedalventennio.it>

Flusser descreve o centro dos interesses da sociedade pós-histórica:

Concentramos os nossos interesses nos terminais [...] Fazemo-lo a fim de construirmos superfícies secundárias, opostas ao mundo objetivo — são essas superfícies, essas imagens técnicas que doravante nos interessam. *Nihil plus? Nihil.*<sup>15</sup> Todas as nossas condições objetivas, inclusive as biológicas, se passam às nossas costas: elas não interessam. Por certo, continuam a se passar: comemos, copulamos; há ciência, há técnica, há política, há economia. [...] Mas tudo isto é quimérico; torna-se concreto apenas depois de levado das costas para o novo campo de interesse, ou seja, depois de ‘traduzido em imagem’.<sup>16</sup>

Em síntese, segundo o pensamento de Flusser, o problema central das gerações que vivenciam a chamada "era das imagens técnicas" é a superação daquilo que se configura enquanto idolatria, agora em um novo nível ontológico. Confrontar esta idolatria das imagens técnicas perpassa “rasgar o véu” que encobre o mundo concreto, procurar desvelar os procedimentos que ocorrem no interior das caixas pretas, ou seja, os processos técnicos e políticos que ordenam a sociedade pós-histórica. Um caminho viável pode ser o esforço em reintegrar “elementos pontuais dispostos de maneira não-linear” em espacialidades descontínuas, sejam eles *bits*, *pixels* ou mesmo indivíduos, grupos de pessoas ou movimentos sociais.

Flusser prolonga a discussão filosófica sobre as imagens técnicas e os aparelhos, enveredando por diversos caminhos além dos apontados aqui. Estes conceitos lhe servem para engendrar uma crítica profunda sobre a sociedade contemporânea onde aborda, por exemplo, questões sobre as noções de liberdade, responsabilidade e alienação.

---

<sup>15</sup> A expressão latina que significa em português equivale a “Nada mais? Nada.” é utilizada por Flusser em referência às palavras de Santo Agostinho: *Deum atque animam cognoscere cupisco. Nihil plus? Nihil.* — “Desejo conhecer Deus e a alma. Nada mais? Nada.” (FLUSSER, 2008. p. 183). Ao relacionar o texto de Santo Agostinho com o contexto da sociedade pós-histórica, o autor tem a intenção de reforçar o patamar de importância das imagens técnicas na contemporaneidade, comparável a importância de Deus para o filósofo cristão.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 185.

Este trabalho, entretanto, toma partido de alguns aspectos particulares destes conceitos, com a finalidade de fomentar uma discussão sobre o digital e o modo como ele está presente no cotidiano contemporâneo, especificamente na prática dos ativismos urbanos. No tópico a seguir, serão identificadas as duas tendências apontadas por Flusser – à sociedade informática e à sociedade telemática – ao longo das transformações sociais que acompanham o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação ao longo da história.

## 1.2. TRANSFORMAÇÕES, RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO

A seguir, será desenvolvido um esquema simplificado que identifica pelo menos quatro mudanças de paradigma no que seria uma breve história das tecnologias de informação e de comunicação (TIC)<sup>17</sup>. Uma reflexão sobre estas transformações permitirá uma compreensão dos meios de comunicação mais paradigmáticos que se estende aos modos de organização social que lhes acompanharam, bem como a alguns dos conflitos e desafios que se apresentaram para as gerações que participaram deste processo.

A invenção da escrita na Antiguidade traz consigo o problema da reprodução da informação que toca desde questões relacionadas ao idioma compreendido e lido nas regiões por onde os escritos transitavam, até questões que envolvem a própria feitura deste material escrito e estratégias de distribuição.

Resolver este problema implicava a alfabetização dos cidadãos em idiomas mais ou menos comuns; a criação de artefatos que facilitassem e acelerassem o processo de cópia dos escritos; e a mobilização de recursos e pessoas para o transporte destes materiais. Para a cultura ocidental, a criação da prensa móvel de Johannes Guttemberg no século XVI representa o apogeu da era impressa, embora técnicas semelhantes já fossem conhecidas e difundidas há séculos no império chinês, por exemplo.

---

<sup>17</sup> Nomeadamente: o advento da imprensa de Guttemberg; o modelo dialógico *um-a-um*; o modelo em *broadcasting*; e, finalmente, a era das redes de informação e comunicação em suporte digital.

À altura do apogeu da imprensa, a reprodução da informação dependia de meios materiais de produção e de transporte. Os livros, jornais e decretos, assim como as cartas, eram apetrechos que circulavam por estradas, “pelo mesmo caminho que os corpos e objetos físicos” (Lévy, 2002). Um outro aspecto da comunicação que se estabelece via imprensa é o seu caráter quase sempre público. Quem escreve, imprime e publica livros, jornais e decretos tem pouco ou nenhum controle sobre quem de fato os acessará. A informação que contém é predominantemente pública, ainda que em diferentes graus a depender da plataforma em questão.

As invenções do telégrafo e, logo depois, do telefone em meados do século XIX são marcos importantes para esta discussão. Agora, para atravessar longas distâncias, a informação depende de um suporte material bem menos relevante. Não que a imprensa tenha entrado em declínio; de fato, livros, jornais, cartas e decretos continuam circulando. O que ocorre é a soma de uma nova camada de complexidade, que torna possível uma outra forma de comunicação.

Uma nova gama de problemas surge com a mudança de paradigma da informação impressa para as informações telegrafada e telefonada. O exemplo do telefone será abordado mais especificamente, pelo fato de seu uso ter sido mais difundido e ter atravessado um período de tempo maior que o do telégrafo. Enquanto o último exigia o conhecimento de um outro código para além do alfabeto, o Morse, o telefone tem a oralidade como principal suporte, linguagem muito mais acessível e dominada por um número muito maior de pessoas.

Outra distinção do telefone em relação aos meios de comunicação anteriores, é que ele funciona essencialmente por meio da comunicação *dialógica* e *um-a-um*. Desta forma, permite pela primeira vez a resposta em tempo real e a recuperação de uma dimensão muito mais íntima do que aquelas oferecidas pelos meios impressos ou até mesmo pelo telégrafo. O telefone possibilita a comunicação até então mais parecida com aquela que se dá através da presença de duas pessoas em um mesmo lugar, com o diferencial de possibilitar a não-presença.

A comunicação via telefone vence distâncias sem necessariamente precisar cruzá-las fisicamente; a não ser pelas redes de telefonia que, nas décadas iniciais de sua



implementação dependem de um complexo sistema de cabos e centrais telefônicas. Pode-se dizer, portanto, que o telefone representa uma primeira modalidade de comunicação de base imaterial e que possui caráter essencialmente privado – estes conceitos estarão presentes no paradigma da comunicação digital que será abordado mais à frente.

Menos de cem anos mais tarde, o rádio é inventado e, ainda que no início seu uso seja prioritariamente militar, logo é popularizado com a criação de estações radiofônicas e com a comercialização de aparelhos receptores. Em seguida, a televisão também é inventada e popularizada. Ambos, rádio e televisão, funcionam por meio da emissão de sinais eletromagnéticos para o espaço e posterior recepção e conversão dessas ondas em som ou imagem e som. Esta emissão acontece de forma mais ou menos indefinida, ou seja, os limites geográficos para a recepção desses sinais podem ser conhecidos, porém não há um controle sobre quem os recebe.

Rádio e televisão são, portanto, meios de comunicação substancialmente públicos, no sentido de que a informação corre em direção a um grupo indistinto de pessoas<sup>18</sup>. Com o surgimento das transmissões ao vivo, pode-se afirmar ainda que o rádio e a televisão inauguram a comunicação pública em tempo real – conceito que também estará presente no paradigma da comunicação digital, ponto de chegada deste esquema. Mais uma vez, o surgimento do rádio e da televisão não eliminam o uso do telefone ou sequer o uso dos meios impressos.

Rádio e televisão inauguram um modelo de comunicação conhecido como *broadcasting*. Este termo, de origem na língua inglesa, é utilizado para definir transmissões de informação que partem de um ponto emissor para diversos pontos receptores espacialmente dispersos ao mesmo tempo. Devido ao seu modo de

---

<sup>18</sup> Considero público o uso do rádio que mais se difundiu nas décadas seguintes à sua invenção, no início do século XX. Neste sentido, seu uso militar e como transmissor de informações cifradas é secundário e menos relevante para a discussão proposta neste trabalho.

funcionamento, o *broadcasting* opera as estruturas do fenômeno social que ficou conhecido como cultura de massa<sup>19</sup>.

#### 1.2.1. O MODELO DE COMUNICAÇÃO EM *BROADCASTING* E A TRANSMISSÃO UNILATERAL DE INFORMAÇÕES

O modelo de comunicação em *broadcasting* se assemelha à figura dos feixes de informação presente na tendência à *sociedade informática*, apontada por Flusser quando este imagina as possíveis formas de organização social provenientes da invenção das imagens técnicas. De maneira análoga à ideia de Flusser sobre a sociedade informática, o escritor francês Guy Debord descreve a *sociedade do espetáculo*, abordando, a partir de uma outra perspectiva, a sociedade que se organiza com a consolidação da cultura de massas na segunda metade do século XX.

Em seu livro "A sociedade do espetáculo", publicado na França em 1967, apenas alguns meses antes da série de protestos que tomaram as ruas de Paris em maio de 1968, Debord teoriza sobre a cultura de massas a partir de uma crítica ao que define como *espetáculo*. De acordo com o autor, a vida social e política daquela geração é estruturada segundo a experiência essencialmente visual e contemplativa do espetáculo, cujos elementos centrais de manutenção são justamente o rádio e a televisão, assim como o cinema e a publicidade.

Debord define o espetáculo enquanto uma experiência de contemplação por excelência, que furta do público a possibilidade de ação, de vivência real. As pessoas, na condição de espectadoras, estariam imobilizadas e dóceis; enquanto a cultura de massas, principal ferramenta de dispersão, alienação e manutenção do sistema capitalista, provocaria sérios danos às sociedades onde se instala, como a "negação da vida, a perda de qualidade e a proletarização" sistemática do mundo (2003, s/p).

---

<sup>19</sup> Em inglês, o termo cultura de massa é também chamado de *mainstream*, que em português significa "corrente principal". As duas palavras inglesas têm relação com a ideia de transmissão, que é, essencialmente, a forma como estes meios funcionam.

Para Debord, o espetáculo funciona ora como recurso de dominação e justificação de uma ordem social, aplicado por aqueles em situação de maior privilégio e poder; ora como ferramenta para a validação e consolidação de um modo de vida a ser almejado pela sociedade, ainda que este modelo seja inacessível para a maior parte daqueles que o contemplam<sup>20</sup>.

A partir de uma perspectiva marxista, Debord desenvolve um conceito de espetáculo alicerçado na ideia de separação: a perda da visão geral que se dá em consequência da separação entre trabalhador e produto do trabalho; e a dispersão das pessoas, sobretudo no interior da classe trabalhadora, provocada pela individualização massificada inerente à posição de espectador<sup>21</sup>. Esta noção de separação aproxima-se, de certa maneira, da tendência à *sociedade informática* apontada por Vilém Flusser, quando este trata das imagens técnicas. Para ambos os autores, o desafio de ligar elementos pontuais dispersos no espaço é apresentado como fundamental para estas gerações.

#### 1.2.2. REDES DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A sofisticação e a concomitante popularização das tecnologias digitais de informação e comunicação ampliam as possibilidades de uso da Internet e desenham o novo paradigma com o qual teremos de lidar. Somado aos anteriores, este novo paradigma tem moldado e sido moldado pelas gerações que interagem com ele.

Em face à vastidão de informações disponíveis na Internet e aos infinitos usos que lhe são atribuídos, delimito um recorte que visa abordá-la enquanto ferramenta para a comunicação a partir do contexto específico das redes sociais. Neste

---

<sup>20</sup> Atualmente, diante do cenário de esgotamento de recursos naturais, contaminação de sementes e alimentos, e extinção de espécies fundamentais para o equilíbrio da vida na Terra, esta discussão abrange também diversos temas relacionados às causas ambientais. Questiona-se a viabilidade do próprio modo de vida impulsionado pela lógica capitalista, orientado fundamentalmente pelo ideal da acumulação. Em última instância, o capitalismo representa uma ameaça a si próprio, mas antes, uma ameaça às próprias condições de vida na Terra.

<sup>21</sup> Em sua análise da sociedade do espetáculo, Debord utiliza conceitos e categorias apresentados pelo filósofo Karl Marx e desenvolvidos pela teoria marxista, como a categoria de trabalhador e a noção de disputa de classes.

sentido, vários aspectos dos paradigmas anteriores encontram-se presentes na Internet: o domínio da escrita e a noção de publicidade, presentes na era impressa; as possibilidades de comunicação dialógica e da não-presença, assim como o meio imaterial, presentes na era do telefone; ou ainda a informação massificada e transmitida em tempo real e simultaneamente para diversos receptores, particular do tipo de comunicação em *broadcasting*.

As redes sociais agregam uma série de características das tecnologias surgidas anteriormente e convivem com elas no presente, onde as diversas temporalidades encontram-se sobrepostas. Deste modo, os meios impressos, a telefonia, as estações de rádio e os canais de televisão prolongam-se rumo aos meios digitais conformando o que seriam suas equivalências em um ambiente digitalizado – este é o caso dos blogs, dos aplicativos de chamadas em áudio e vídeo, rádios e canais de vídeo *online* respectivamente.

Ao invés de representarem um canal de comunicação específico simulado no contexto digital, as redes sociais criam um ambiente onde diversas modalidades de comunicação já conhecidas podem acontecer simultaneamente. Neste sentido, aproximariam-se mais da noção de espaço público ou de esfera pública – esta ideia será problematizada mais à frente.

A tendência latente à *sociedade telemática*, já citada, está portanto presente no paradigma digital e se realiza à medida em que os meios que surgem no contexto da Internet permitem a comunicação dialógica em tempo real, o que em diversas ocasiões representa uma alternativa à comunicação unidirecional das modalidades em *broadcasting* – que no contexto específico desse paradigma, estão presentes no modelo de *webcasting*<sup>22</sup>.

Esse aspecto combina-se às suspensões da materialidade, da territorialidade e da presença, uma vez que a comunicação é possível em ambientes digitais que

---

<sup>22</sup> *Webcasting* é uma tecnologia semelhante ao *broadcasting* que permite a transmissão de vídeos a partir de uma fonte individual em direção a múltiplos receptores. Essas transmissões podem ocorrer em tempo real (ao vivo) ou podem ser acessadas em um momento posterior à sua publicação e utilizam a Internet como meio.

reúnem pessoas de diferentes lugares. Pode-se dizer, portanto, que do ponto de vista do modo como articula a comunicação entre seus usuários, as redes sociais apontam para possibilidades concretas de ruptura com a estrutura de dominação e hierarquia estabelecida e reforçada em paradigmas comunicacionais anteriores, sobretudo naqueles não-dialógicos.

Essa tendência, entretanto, encontra-se em um campo de disputa com diversas outras, principalmente em um contexto em que o acesso a essas redes é mediado por empresas privadas, como *Google, Facebook, Twitter* ou *Snapchat*. O fato de serem geridas por corporações impõe às redes sociais uma lógica onde o domínio e os interesses particularistas do grande capital se sobrepõem e ultrapassam em grande medida essa potência inicial para constituírem algo que se aproxime da ideia de esfera pública.

O modelo neoliberal que rege a sociedade no momento histórico presente para além dos ambientes digitais que emergem no contexto da Internet, os pervade e controla segundo sua lógica própria. A força do Estado em aliança com os interesses de lucro privado formam uma poderosa estrutura que limita e orienta, em maior ou menor grau, a ação dos usuários das redes sociais.

A horizontalidade, o diálogo e a liberdade não são valores inerentes ou garantidos a essas plataformas digitais. Pelo contrário, à medida em que estas plataformas são cada vez mais controladas e gerenciadas por empresas, corporações e instituições, a agência de seus usuários encontra limites cada vez mais rígidos; e as novas modalidades de comunicação encontram novos desafios diante das estruturas de dominação social vigentes.

Para fazer uma crítica ao caráter corporativo dessas plataformas é necessário compreender as formas como a sociedade tem se apropriado e subvertido de forma inventiva os usos previstos para estas plataformas, especialmente no que diz respeito ao uso destas enquanto ferramentas de reivindicação política. Assim como entender os limites e desafios encontrados neste processo.

### 1.3. O DIGITAL NO COTIDIANO CONTEMPORÂNEO

No tópico anterior, foi delineada uma sequência de eventos relevantes na história das tecnologias de comunicação, com a finalidade de destacar as principais mudanças de paradigma e o modo como essas novidades foram se sobrepondo ao longo do tempo. A partir daí, evidencia-se que a permanência ou transformação destas tecnologias está condicionada ao modo como se integram no cotidiano da sociedade.

Essa integração não ocorre, entretanto, de forma neutra ou completamente espontânea: as estruturas de dominação que lhe são anteriores estão presentes neste processo e estabelecem a ordem por meio da qual se dará a disputa entre os diferentes atores. No contexto da sociedade capitalista, as instituições, o Estado e, sobretudo, as empresas privadas disputam entre si e com os indivíduos, movimentos sociais e ativistas, os usos e finalidades predominantes dessas tecnologias, bem como sua transformação e o surgimento de outras.

#### 1.3.1. A DIMENSÃO MATERIAL DAS REDES DE INFORMAÇÃO

As redes de informação e comunicação têm convertido-se em um campo central para as disputas urbanas que se manifestam cotidianamente. Portanto, alguns conceitos emergem como essenciais para compreender esse universo técnico no que toca sua relação com as dinâmicas sócio-espaciais contemporâneas para além dos paradigmas tecnológicos.

A primeira distinção a ser pontuada é aquela entre duas das principais dimensões do digital enquanto ferramenta para a comunicação em rede: as plataformas e os dispositivos. As plataformas são a dimensão mole, o *software*, do digital: os sites, blogs, portais e aplicativos disponíveis para acesso no espaço digital da Internet. Enquanto os dispositivos são a sua dimensão dura, o *hardware*, ou seja, o mundo material que armazena ou faz interface com a dimensão mole: os computadores pessoais, os *smartphones* e *tablets*; ou ainda os servidores e *data centers*, onde os dados presentes na Internet estão armazenados.



**Imagem 03:** Funcionária faz a manutenção de servidores em um *Data Center* da empresa Google em Oregon, EUA. **Fonte:** Connie Zhou.

As plataformas digitais criam ambientes que parecem a princípio imateriais e aterritoriais, ou seja, ambientes que dispõem a informação *online* para que seja acessada a qualquer momento, de modo instantâneo e, virtualmente, a partir de todo e qualquer lugar geográfico, simultaneamente. Esta característica do digital tem sido amplamente abordada na literatura sobre esta temática a partir do conceito de *ubiquidade da informação*.

Um outro aspecto significativo do digital diz respeito à possibilidade de interação entre pessoas geograficamente distantes e ao vínculo possível entre cada documento disponível na Internet. A este aspecto, o filósofo francês Pierre Lévy dá o nome de *interconectividade*<sup>23</sup>.

Basta a mediação de uma plataforma muito simples, do tipo das que hoje em dia estão vastamente presentes no nosso cotidiano, como os aplicativos de mensagens

---

<sup>23</sup> Em seu livro *Ciberdemocracia*, publicado em 2002, Pierre Lévy procura identificar tendências e prolongá-las no tempo, por meio de previsões por vezes utópicas sobre como a sociedade tomaria partido das transformações que se desencadeavam no campo das novas tecnologias digitais. Mais tarde, em 2014, em uma palestra proferida em São Paulo à respeito da mesma temática, Lévy revisita este debate a partir de um ponto de vista mais crítico. É no contexto desta palestra que o filósofo trata do conceito de *interconectividade*.

ou as redes sociais, para que duas ou mais pessoas dialoguem, independente de sua localização física. Em paralelo a isto, basta um mecanismo de busca capaz de processar informações textuais, sonoras ou imagéticas, como muitos dos sites que se popularizaram ao oferecer este tipo de serviço, para que os dados contidos em determinado documento sirvam para a localização de praticamente qualquer outro, com características semelhantes. (Lévy, 2014.)

Tanto as noções de imaterialidade, ateritorialidade, instantaneidade e simultaneidade, presentes no conceito da *ubiquidade da informação*, quanto a ideia de interconectividade entre pessoas ou entre documentos, referem-se aos *fluxos* que percorrem as redes digitais de informação e comunicação que compõem o sistema maior de redes que é a Internet.

Cabe ressaltar, contudo, a dimensão material que encontra-se quase sempre oculta ao longo destes processos. Neste sentido seria pertinente questionar quais são os pontos fixos que ordenam e dão suporte a essas redes. O esforço em tentar responder essa questão implica uma reflexão a partir de um ponto de vista macroestrutural. Um olhar mais distanciado poderia contribuir para a desconstrução das noções vigentes de imaterialidade e ateritorialidade, que orbitam o debate sobre as redes digitais.

É verdade que no manejo cotidiano e quase sempre banal, os usuários mais frequentes conquistaram um patamar de familiaridade tão grande com este tipo de aparato, que parece despropositado pensar nos mecanismos por detrás das interfaces de simples usabilidade. Da mesma forma, para aqueles usuários que têm menor intimidade com essas tecnologias, para quem o manuseio dos dispositivos digitais por vezes encontra obstáculos cognitivos, pensar nos mecanismos parece igualmente irrelevante, no sentido em que em nada ajuda em sua operação. É justamente neste contexto que a macroestrutura das redes de informação encontra um ponto cego.

Flusser (1977) trata da ideia de dispositivos “estruturalmente complexos, mas funcionalmente simples” ao abordar o papel socialmente estruturante da televisão na década de 1970. Neste caso, os telespectadores teriam uma vaga noção de que o



conteúdo veiculado demandara um alto custo de produção e que, provavelmente, “aqueles que o financiaram devem ter algum interesse nele; um interesse que, por sua vez, deve estar refletido nas mensagens que os telespectadores assistem”<sup>24</sup>. Entretanto, durante o momento em que assistem a programação televisada esta noção fica em suspenso. Os telespectadores desenvolveriam assim uma postura passiva diante daquilo que vêem.

Aquilo que Flusser identifica como a caixa preta dos aparelhos pós-históricos não seria portanto meramente a sua dimensão enquanto aparato tecnológico. Seria precisamente a estrutura social de dominação, bem como a complexa rede de relações que sustentam tanto a televisão quanto, na conjuntura atual, os dispositivos e plataformas digitais.

Quando interagimos com as plataformas digitais, a vaga noção que temos dos interesses ideológicos e financeiros que as movimentam é suspensa, assim como a nossa intuição a respeito do jogo político que envolve o estabelecimento de macro corporações em cada território geográfico. Da mesma forma, no uso cotidiano dos dispositivos materiais, todo o processo industrial que os produziu está oculta, desde o impacto ambiental de sua produção e posterior descarte, até a incorporação do trabalho escravo nas etapas de extração de matéria prima para sua fabricação.

O relatório “*This is what we die for*” (É por isto que morremos) produzido pela Anistia Internacional sobre abusos de direitos humanos na República Democrática do Congo é ilustrativo desta complexa macroestrutura que envolve fatores eminentemente geográficos e territoriais, e que é, em geral, ocultada em nossa interação cotidiana com as TICs.

---

<sup>24</sup> Flusser, 1977, s/p. No original: [...] those who finance it must have some sort of interest in it, an interest that must reflect itself in the messages the viewers are receiving.



**Imagem 04:** Escritório da Samsung em São Francisco, EUA. **Fonte:** OfficeSnapshots.com



**Imagem 05:** Trabalhadores em mina de cobalto na República Democrática do Congo. **Fonte:** Federico Scoppa/ The Guardian.

O documento faz uma série de denúncias a respeito da exploração de trabalho escravo em minas de extração de cobalto para a fabricação de componentes de diversos dispositivos digitais, como computadores e *smartphones*. Ao reconstruir o caminho percorrido pelos componentes, desde a extração de sua matéria prima até a etapa final de fabricação dos dispositivos digitais, os ativistas conseguiram relacionar as minas de trabalho escravo com enormes companhias como Apple, Microsoft, Dell e Samsung, dentre outras. De acordo com as denúncias, estas companhias compram os componentes já montados em indústrias na China e os utilizam em seus produtos.

Este olhar para as estruturas de dominação aproxima-se da concepção de indústria cultural tecida pelos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer (2006)<sup>25</sup>, segundo a qual, no contexto da sociedade capitalista, a cultura descola-se de sua dimensão de expressão humana ou de conhecimento acumulado no tempo e passa a ser produzida e consumida de acordo com a lógica industrial. A indústria cultural opera por meio da padronização das manifestações estéticas e, conseqüentemente, dos próprios indivíduos.

O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 100)

A modelação da subjetividade dos indivíduos em massa deve corresponder a complexas cifras e tabelas que calculam o potencial de aceitação do público a cada produto cultural e sua posterior conversão em rendimentos para seus produtores. Segundo os autores, as intenções ocultas nestes processos atendem aos interesses dos setores mais poderosos da indústria, a quem os produtores culturais estão submetidos.

---

<sup>25</sup> Trato aqui das ideias apresentadas no texto “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, publicado originalmente em alemão, no volume “A dialética do esclarecimento” em 1944. Durante a produção e posterior organização dos textos compilados neste volume, os autores encontravam-se refugiados nos EUA, em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

Em síntese, a indústria cultural seria movida por pelo menos dois interesses fundamentais: de um lado, a acumulação de capital por parte das empresas engajadas em sua produção e, de outro, a docilização da população com o propósito de induzi-la a cooperar com aqueles setores mais poderosos – e perversos – do sistema capitalista.

[...] Aço, petróleo, eletricidade, química. Comparados a esses, os monopólios culturais são fracos e dependentes. Eles têm de se apressar em dar razão aos verdadeiros donos do poder, para que sua esfera na sociedade de massas [...] não seja submetida a uma série de expurgos. (*Idem*)

A detalhada análise de Adorno e Horkheimer, concebida há mais de setenta anos, ainda é capaz de fornecer importantes ferramentas para o estudo das tecnologias digitais de comunicação e suas implicações sociais. Pode-se dizer que a Internet, por vezes, acolhe e direciona os interesses das corporações e instituições que conseguem se estabelecer no mundo conectado. Em paralelo, a comunicação dialógica, substancial em muitas das plataformas e essencialmente anti-hierárquica, assim como o uso subversivo que seus usuários conseguem engendrar, apontam caminhos para uma possível emancipação.

É no sentido de perceber essas duas tendências, de dominação e emancipação, que os tópicos a seguir se desenvolvem.

### 1.3.2. PRIVACIDADE E ESTADO DE VIGILÂNCIA NAS REDES SOCIAIS

Na conjuntura atual da sociedade capitalista, tanto as plataformas quanto os dispositivos digitais, devem ser considerados enquanto produtos de uma indústria. Como já mencionado, ambos são criados e geridos por grandes corporações que, por sua vez, orientam-se segundo a lógica de exploração, produção e consumo para a acumulação de capital. Desta maneira, é importante ter em mente que estas ferramentas são, em última instância, orientadas ao lucro individual de seus

investidores, mesmo quando em diferentes momentos de seu uso as estratégias que visam esta finalidade estejam ocultas<sup>26</sup>.

O sociólogo Laymert Garcia dos Santos (2003) emprega o termo *colonização das redes* para falar da inserção da lógica capitalista nas redes de informação e comunicação, sintetizadas no ambiente da Internet. Santos explicita este fato ao abordar o monitoramento dos dados gerados pelos usuários em cada ação que performam na Internet.

Cada site acessado; cada compra realizada *online* (ou mesmo *offline*, quando paga em cartão de crédito ou débito), cada música ouvida ou vídeo assistido nos diferentes serviços de *streaming*, ou ainda, sempre que os serviços de localização dos *smartphones* estão ativados, em suma, todas as ações de um indivíduo que são mediadas pela Internet geram dados que, ao serem analisados, revelam com acurada precisão os padrões de comportamento de seus usuários.

Essa possibilidade de monitoramento irrestrito fomenta um estado de controle e vigilância sem precedentes que vem sendo engenhosamente apropriado pelo Estado e pelas corporações, a fim de traçar, cada vez mais detalhadamente, os perfis de seus cidadãos e usuários. Por outro lado, isso cria uma situação de transparência unilateral, no sentido em que não está claro para os usuários qual será o destino dos dados que sua interação com as redes gera.

[...] se acessar e processar as informações dos usuários é quase uma decorrência natural das atividades dos provedores, a recíproca não é verdadeira: é muito difícil que o internauta comum tenha meios de acessar as informações das empresas que não estão destinadas à divulgação. (Santos, 2003, p. 145)

Christian Fuchs (2014) também aborda a questão da comoditização dos dados dos usuários das redes sociais com o propósito de revertê-lo em informação para que agências publicitárias tenham um mapeamento mais preciso sobre o

---

<sup>26</sup> Esta omissão pode ser ilustrada com a profusão de serviços gratuitos que são oferecidos na Internet enquanto seus provedores, ainda assim, alcançam rendimentos milionários.

comportamento de seus usuários e possam, assim, elaborar anúncios e campanhas melhor direcionadas a seu público-alvo.

Essas não são apenas empresas de comunicação, mas também grandes agências de publicidade. Todas elas vendem anúncios a seus públicos-alvo e, em suas políticas de privacidade, garantem que terão o direito de comercializar dados [...] de seus usuários para esse propósito. (Fuchs, 2014, p. 80)

A partir de uma análise detalhada do funcionamento das principais redes sociais em atividade atualmente, como Google, Facebook, Twitter, Weibo, Pinterest e Instagram, Fuchs (2014) identifica uma série de antagonismos entre os interesses dos diferentes atores envolvidos nos processos econômicos, sociais e políticos que são atravessados pelas redes sociais.

No âmbito da economia, há um antagonismo fundamental entre os interesses das corporações e dos usuários, que demandariam a proteção de seus dados e a taxaço adequada sobre o lucro das empresas envolvidas em sua comercialização. Em relação aos processos sociais, a sociedade civil demanda das redes sociais a comunicação em rede necessária para sua organização e para a consolidação da esfera pública, em contraposição ao crescente controle corporativo e estatal desses ambientes. Por fim, no campo da política, os cidadãos exigem o respeito à sua privacidade frente aquelas instituições que detém maior poder em paralelo com uma maior transparência e responsabilização dessas mesmas entidades – que, por sua vez, visam preservar as mesmas estruturas de poder ao passo que criminalizam o vazamento de quaisquer informações sobre seus acordos e práticas<sup>27</sup>.

Na maior parte do tempo, o controle exercido por essas instituições se dá de modo oculto e imperceptível aos usuários das redes sociais. Por outro lado, quando há uma tentativa de romper essa blindagem, o Estado aliado às corporações é capaz de mobilizar sua força política e militar no sentido de conter as possíveis insurgências e garantir a preservação dessa transparência unilateral.

---

<sup>27</sup> Fuchs, 2014.

Um caso emblemático ilustra essa situação. Em 2013, o analista de sistemas Edward Snowden, ex-funcionário da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Agência Nacional de Segurança (NSA) estadunidenses, divulgou informações confidenciais a respeito de diversos programas de vigilância global levados à cabo pela NSA. Snowden foi então acusado de roubo, divulgação não autorizada de informações de defesa nacional e divulgação intencional de comunicações confidenciais de informações da inteligência a pessoas não autorizadas<sup>28</sup>; convertendo-se em um criminoso procurado internacionalmente. Atualmente, três anos depois destes eventos, e após pedir asilo político em dezenas de países, Snowden vive em Moscou, na Rússia, e teve o seu passaporte cancelado, o que tem lhe impedido de deixar o país.

A questão sobre o domínio dos dados gerados pelos usuários em sua interação com a Internet coloca também em tensão as fronteiras entre público e privado, uma vez que seu processamento revela pormenores sobre as esferas mais íntimas de suas vidas. Estes dados tornam-se informações públicas à medida em que são vendidos para servir como ferramenta de sofisticação para as estratégias de *marketing* que são aplicadas sobre os mesmos usuários; ou ainda, quando servem a investigações levadas à cabo pelo Estado.

Observando o problema de outra perspectiva, pode-se afirmar também que, nos casos em que estes dados são utilizados para fins comerciais, há uma fragmentação da noção de indivíduo. Facetas distintas da vida de cada pessoa interessam particularmente às diferentes empresas que vislumbram seus padrões de comportamento e consumo. Em um plano geral, praticamente todas as parcelas da vida humana são interessantes, mas para corporações diferentes.

Na maior parte das vezes em que o monitoramento destas informações é realizado, o usuário usurpado não tem ciência do ocorrido. Os mecanismos de registro e processamento dos dados provenientes da interação cotidiana com a Internet não estão explícitos, na maioria absoluta das vezes. Paralelamente, o debate sobre o direito à privacidade e os limites da vigilância do Estado e das corporações sobre a

---

<sup>28</sup> Segundo reportagem de Peter Finn e Sari Horwitz, publicada no jornal *The Washington Post*, em junho de 2013.

população parece emergir lentamente, em descompasso com o avanço de suas capacidades para a dominação e para o controle.

Um debate semelhante aconteceu no Brasil, quando em diferentes ocasiões, a justiça determinou o bloqueio do aplicativo de mensagens WhatsApp em todo o território nacional. Os juízes responsáveis pelos processos legais em questão demandavam o acesso a mensagens trocadas entre pessoas investigadas. No caso ocorrido em maio de 2016, o aplicativo tinha recém implementado um sistema de *criptografia de ponta-a-ponta*, ou seja, um sofisticado sistema de proteção dos dados de seus usuários que impede que as mensagens sejam interceptadas, de modo que somente o emissor e o receptor teriam acesso a seu conteúdo.

A alegação da empresa perante a justiça de que seria impossível acessar as mensagens, suscitou um tênue debate público sobre direito à privacidade, os limites da ação do Estado sobre serviços prestados por empresas privadas ligada à área da tecnologia e comunicação, e sobre o que caracterizaria, de fato, uma prática de obstrução da justiça.

Todos esses casos reiteram o papel estruturante que as redes sociais têm operado na sociedade contemporânea. Nos últimos anos, uma equipe de pesquisadores da University College of London (UCL), conduziu um trabalho a respeito do uso das redes sociais em nove localidades ao redor do mundo. Dentre os onze volumes produzidos ao longo do estudo, um deles analisa comparativamente os diferentes estudos de caso, à medida em que apresenta alguns conceitos importantes para um entendimento mais profundo sobre as redes sociais em diferentes contextos<sup>29</sup> (Miller; Costa; et al. 2016).

O aprofundamento desses conceitos maneja desconstruir algumas afirmações, previsões ou mesmo alguns temores do senso comum sobre as redes sociais. Algumas dessas afirmações apontam uma fissura essencial entre um suposto

---

<sup>29</sup> O projeto de pesquisa *Why We Post?* (Por que postamos?) tem publicado uma série de onze volumes em que cada um trata aspectos específicos da investigação desenvolvida em oito países diferentes – Inglaterra, Itália, Turquia, China, Índia, Trindade, Chile e Brasil. Os volumes estão disponíveis no site da UCL Press: <http://www.ucl.ac.uk/ucl-press/why-we-post>. Consultado em 23/01/2017.



“mundo real” e um suposto “mundo virtual”. Contudo, o uso das redes sociais encontra-se tão bem integrado à vida cotidiana que não seria possível fazer uma clara distinção entre os dois, “da mesma maneira que hoje em dia ninguém consideraria que uma ligação telefônica se passa em um mundo separado da ‘vida real’”<sup>30</sup> (Miller; Costa; et al. 2016, p. 07).

Outra afirmação do senso comum tem a ver com “a noção de que a comunicação presencial é mais preciosa ou menos mediada que aquela que se utiliza das tecnologias digitais”<sup>31</sup> (*Idem.*). Esta ideia provoca um receio de que o uso dessas tecnologias poderia suprimir algo de essencialmente humano das pessoas, ou ainda, que poderiam reduzir suas aptidões cognitivas ao longo do tempo, como sua capacidade de concentração. Os pesquisadores da UCL, em resposta, declaram que:

[...] Estas respostas à tecnologia têm sido comuns desde Platão, que argumentava que a invenção da escrita ameaçava a nossa capacidade de memorização. [...] Não existe qualquer tipo de sociabilidade ou comunicação não-mediada, pré ou não-cultural. Ao invés disso, devemos reconhecer que tudo aquilo que fazemos com as novas tecnologias deve estar latente em nossa humanidade, como algo que, enquanto seres humanos, sempre tivemos o potencial de ser e fazer. Esta capacidade é então alcançada como resultado das novas tecnologias. [...] Torna-se então uma simples parcela daquilo que os seres humanos conseguem fazer, assim como, por exemplo, dirigir carros se tornou.<sup>32</sup> (Miller; Costa; et al. 2016, p. 07-08)

---

<sup>30</sup> No original: In the same way no one today would regard a telephone conversation as taking place in a separate world from ‘real life’.

<sup>31</sup> No original: the idea that face to face communication is richer or less mediated than communication employing digital technology.

<sup>32</sup> No original: These responses to technology have been common ever since Plato argued that the invention of writing would damage our capacity for memory. [...] There is no such thing as unmediated, pre- or non-cultural sociality or communication. Instead we should recognize that whatever we do with new technologies must be latent in our humanity, *i.e.* something that as human beings we have always had the potential to do and to be. Such a capacity is now attained as a result of the new technology. [...] this has now become simply part of what human beings can do, as has driving a car.

No que concerne às práticas de grupos ativistas e movimentos sociais, as redes sociais interessam mais pelos modelos de sociabilidade que integram, enquanto nova possibilidade de comunicação, do que enquanto plataforma no sentido técnico do termo.

Por outro lado, as práticas crescentes de *comoditização* e mercantilização dos dados gerados pelos usuários, bem como o funcionamento específico dessas plataformas em relação às cadeias produtivas e de exploração de matéria prima e de mão-de-obra que movimentam de maneira silenciosa, em maior ou menor grau, compõem um plano de fundo para sua atuação na sociedade. Compreender esse contexto é, portanto, fundamental para situar e perceber limites e possibilidades para a atividade não-programada dos grupos que serão abordados nos capítulos seguintes desta dissertação.

Será importante ainda observar de que maneira sua atuação nesses ambientes digitalizados impacta algumas das categorias clássicas da análise sócio-espacial. Como pensar o espaço, tradicionalmente concebido segundo seu caráter contínuo, quando os fatos sociais ocorrem em espaços descontíguos e estabelecem vínculos entre territórios geograficamente apartados? Como perceber a sociedade em suas escalas mais próximas quando esta engendra atores espacialmente tão dispersos? Entender as redes de informação e comunicação em sua dimensão sócio-espacial apresenta-se como um desafio intrigante. Neste sentido, o capítulo seguinte se desenrola imbuído destas questões sobre o espaço e sobre as formas de organização social que se inauguram no contexto das redes digitais de informação e comunicação.

## CAPÍTULO 02. **A DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS TERRITÓRIOS DIGITALIZADOS**

“O que há de ser, tem muita força.”

Provérbio português

Neste capítulo, as tecnologias digitais de comunicação serão observadas enquanto ferramenta para a articulação política. Neste sentido, em um primeiro momento, serão abordados alguns conceitos e definições desenvolvidos pela filósofa alemã Hannah Arendt em seu estudo sobre a civilização grega na Antiguidade. Esta leitura contribui para o entendimento do diálogo plural como elemento estruturante da vida pública e, conseqüentemente, das negociações e decisões coletivas fundamentais para a vida política.

Em um segundo momento, a discussão específica sobre as TICs será retomada e contextualizada enquanto meio para superação da vida doméstica e de acesso à vida pública. Para isto, abordo três situações que considero emblemáticas e que se dão em momentos distintos do processo de popularização e portabilidade das tecnologias digitais. Os três casos ilustram uma gradação crescente da relação das TICs com o envolvimento de seus usuários em questões coletivas e de seu engajamento político.

A análise desses casos emblemáticos permite observar como estas tecnologias podem produzir ambientes digitais de disputa social e simbólica, bem como participar dos processos de transformação social que têm o espaço como base.

## 2.1. ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO DE APARIÇÃO

O diálogo em rede, bem como a organização política de grupos de ativistas e movimentos sociais nos ambientes criados pelas TICs resguardam uma potência para o surgimento do que seria uma dimensão digitalizada da esfera pública. A popularização do uso dessas tecnologias e a formação de redes de comunicação podem contribuir para a restituição do debate público composto por um conjunto plural de indivíduos, enquanto meio para a articulação política. Discuto a seguir dois conceitos fundamentais que podem oferecer suporte a esta hipótese. São eles *esfera pública* e *espaço de aparição*.

Embora os momentos históricos aos quais Arendt se endereça estejam temporalmente distantes do contexto dos ativismos urbanos contemporâneos, sua análise permanece útil para o entendimento da sociedade contemporânea em sua relação com as TICs e as novas modalidades de articulação política que emergem desta interação.

O conceito de *esfera pública* é abordado no livro *A condição humana*, da filósofa alemã Hannah Arendt, no qual estuda a civilização grega na Antiguidade, a fim de compreender os aspectos fundamentais que condicionam a existência humana.

A autora (2014) identifica três atividades centrais para as condições da vida humana na Terra: trabalho, obra e ação. O *trabalho* é o meio através do qual o ser humano extrai da natureza aquilo que atende às necessidades básicas para a manutenção de sua vida biológica. A *obra* é o mundo artificial, não-natural, que é criado a partir da transformação da natureza e que deve permanecer e sobreviver à mortalidade de sua vida. Finalmente, a *ação* é a capacidade que as pessoas têm de

agir e dialogar – ou seja, de falar, de ouvir e de serem ouvidas – a respeito da realidade<sup>33</sup>.

As duas primeiras atividades se relacionam com o domínio das necessidades básicas, logo com a condição humana biológica enquanto animal. Já a ação não tem relação direta com as necessidades, mas com a atividade política propriamente dita, que para a civilização grega tem um significado particular. Neste caso, a *ação* só é possível porque há no mundo uma pluralidade de seres humanos, e não um só ser humano ou uma série de seres humanos idênticos. É somente porque as pessoas resguardam múltiplas particularidades, embora partilhem uma condição humana comum, que o diálogo pode acontecer. Segundo Arendt, é precisamente esta diversidade de pessoas que habitam a Terra a condição originária de toda a vida política.

Dentre as três atividades apresentadas por Arendt, a ação seria a única atividade autêntica do modo de vida humano, justamente por transcender o campo das necessidades naturais e possibilitar uma experiência verdadeiramente livre. Esta liberdade decorre também da ausência de governo, uma vez que o diálogo entre pares é o método por meio do qual são tomadas as decisões a respeito da vida coletiva.

A *esfera pública* é o ambiente onde se desenvolve a vida política, ao passo que é na *esfera privada* que se dá a vida doméstica. Segundo a autora, no contexto das cidades-Estado gregas, as duas esferas são claramente distintas e há um verdadeiro abismo entre a vida pública, onde tratavam-se os assuntos relacionados à vida comum na *pólis*, e a vida privada, onde tratavam-se os assuntos relacionadas à família e à manutenção da vida doméstica. A existência do domínio privado permitia a satisfação das necessidades biológicas essenciais para a sobrevivência individual e para a continuidade da espécie. Era a existência do lar que capacitava os cidadãos para o envolvimento com as questões do mundo comum.

---

<sup>33</sup> A palavra *ação*, quando destacada em itálico, refere-se à categoria definida por Arendt que reúne as capacidades humanas de agir e discursar a respeito da realidade.

Arendt argumenta ainda que na Grécia antiga a vida privada representava um estado pré-político onde a força e a violência eram o modo como os homens, chefes do lar, governavam sua família e seus escravos. Neste contexto, força e violência justificavam-se “por serem os únicos meios de vencer as necessidades – governando escravos, por exemplo – e tornar-se livre”<sup>34</sup>. É possível afirmar portanto que a igualdade entre os homens, fundamental para a liberdade da vida na *pólis*, pressupunha uma desigualdade radical no âmbito da esfera privada.

A ideia de *política* tem relação com o reino da liberdade e com a possibilidade de diálogo entre iguais: enquanto a ideia de *governo* tem relação com o domínio das necessidades e com a aplicação da força e da violência. Contudo, o sentido de igualdade na Antiguidade ocidental é bastante distinto daquele que se desenvolve com a ascensão do Estado burguês na Modernidade. A liberdade moderna tem maior relação com as noções de justiça e conformidade social, ao passo que a igualdade nas cidades-Estado significava, segundo Hannah Arendt, “estar isento da desigualdade no ato de governar e mover-se em uma esfera na qual não existiam governar nem ser governado”<sup>35</sup>.

Em síntese, na concepção dos gregos, a política dependia principalmente do espaço público da ação (*praxis*) e do discurso (*lexis*), conformado por meio da reunião de uma pluralidade de homens livres, ou seja, cidadãos liberados de suas necessidades individuais e de qualquer tipo de governo. Era a partir do encontro e debate desses cidadãos hierarquicamente iguais que o exercício da política e a resolução dos assuntos que interessavam à coletividade era possível na Antiguidade. A autora chega a mencionar que os homens livres representavam uma significativa minoria numérica da população das cidades-Estados gregas. Pressupõe-se, portanto, que aquilo que entendiam como “assuntos de interesse coletivo”, na realidade eram de especial interesse para esse pequeno grupo que detinha o poder de debater e decidir por toda a população.

---

<sup>34</sup> Arendt, 2014, p. 38.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 40.

Esse “espaço público” era composto por pelo menos três dimensões: a arquitetura, as leis e a *pólis*. As duas primeiras forneciam as estruturas física e fisionômica necessárias para a sua organização, mas não a constituíam propriamente. A *pólis*, por sua vez, transcende sua localização geográfica, os muros que cercam a cidade-Estado e o sistema de leis que orienta o debate público – é, de fato, o agir e falar em conjunto que cabe aos homens livres, onde quer que estejam. Para tratar desta terceira dimensão, Arendt utiliza o conceito de *espaço de aparição*, que seria, em suma, este ambiente criado entre homens livres no momento em que encontravam-se e atuavam no debate público.<sup>36</sup>

[...] a ação e o discurso criam um espaço entre os participantes que pode estar localizado em todo lugar e a qualquer momento. Trata-se do espaço de aparição no mais amplo sentido da palavra, quer dizer, o espaço onde eu apareço diante dos outros, assim como os outros aparecem diante de mim, onde os homens não existem meramente como outras coisas vivas ou inanimadas, mas fazem sua aparição de maneira explícita.<sup>37</sup> (Arendt, 2005, p. 221)

---

<sup>36</sup> A edição do livro *A Condição Humana* publicada em português pela Forense Universitária em 2014, e utilizada como principal referência para esta seção deste trabalho, traduz o termo original *space of appearance* como “espaço da aparência”. Proponho, porém, a tradução do termo para *espaço de aparição*, mais próxima do termo utilizado na edição em espanhol publicada pela editora Pairós em 2005. Faço esta opção por acreditar que a palavra *aparición* tem maior relação com as ideias de aparecimento e manifestação pública de um ente diante de outros.

<sup>37</sup> Na edição argentina: [...] la acción y el discurso crean un espacio entre los participantes que puede encontrar su propia ubicación en todo tiempo y lugar. Se trata del espacio de aparición en el más amplio sentido de la palabra, es decir, el espacio donde yo aparezco ante otros como otros aparecen ante mí, donde los hombres no existen meramente como otras cosas vivas o inanimadas, sino que hacen su aparición de manera explícita.

Este espaço não existe sempre, e ainda que todos os homens sejam capazes de atos e palavras, a maioria deles – como o escravo, o estrangeiro e o bárbaro da Antiguidade, o trabalhador ou o artesão antes da Modernidade ou o homem de negócios do nosso mundo – não vivem nele. [...] Para os homens, a realidade do mundo está garantida pela presença dos outros, por sua aparição diante de todos; [...] e qualquer coisa que carece desta aparição vem e passa como um sonho, íntima e exclusivamente nosso, mas desprovido de realidade.<sup>38</sup> (Arendt, 2005, pp. 221-222)

O falar e o agir em público era, portanto, fundamental para a construção do sentido de realidade para os gregos. Pode-se afirmar que aquilo que se passava na vida privada era quimérico, sem grande importância no que se refere à transcendência: a vida privada era ligada à efemeridade e à mortalidade da vida individual, enquanto a vida pública destinava-se à imortalidade da *pólis*.

É somente na era moderna, com o surgimento dos Estados-nação e daquilo que a autora denomina *esfera social*, que a separação entre esfera pública e esfera privada tem seus limites borrados. O estabelecimento da Modernidade provoca o declínio da esfera pública tradicional e faz emergir o conceito de *sociedade*, ou seja, o deslocamento das questões e atividades antes reservadas à vida doméstica da esfera privada para a esfera pública.

Na vida moderna em sociedade a antiga noção de família é desconstruída e ampliada em direção à conformação de grupos sociais. A ideia de igualdade tem agora relação com a ideia de conformidade social, que, por sua vez, é imposta e controlada por meio de normas de conduta. O controle por meio da força e da violência, antes exclusividade do âmbito doméstico, é então concedido ao Estado,

---

<sup>38</sup> Na edição argentina: Este espacio no siempre existe, y aunque todos los hombres son capaces de actos y palabras, la mayoría de ellos – como el esclavo, el extranjero y el bárbaro en la antigüedad, el laborante o artesano antes de la Época Moderna, el hombre de negocios en nuestro mundo – no viven en él. [...] Para los hombres, la realidad del mundo está garantizada por la presencia de otros, por su aparición ante todos; [...] y cualquier cosa que carece de esta aparición viene y pasa como un sueño, íntima y exclusivamente nuestro pero sin realidad.



que o utiliza para assegurar o comportamento dos membros da sociedade de acordo com a normatividade estabelecida<sup>39</sup>.

A discussão feita a partir dos conceitos de Hannah Arendt no contexto de comparação entre a Grécia antiga e o surgimento da Modernidade no mundo ocidental levanta a questão sobre a esfera pública hoje e como se dá o espaço de aparição num contexto de intensa massificação da cultura e de popularização das ferramentas digitais de comunicação.

Ao longo da história, os espaços de aparição têm sido associados ao espaço físico, ainda que o ultrapassem. Esta associação termina por criar diferentes formas de impedimento e constrangimento físico àqueles que, seja pela classe ou casta a que pertencem, por seu gênero ou pelo lugar que ocupam na sociedade, estavam excluídos do debate e ação públicos e, conseqüentemente, das decisões sobre a vida coletiva.

Diante disso, será argumentado que a suspensão da dimensão espacial – ainda que não por completo – nos ambientes de comunicação e discussão que se dão nas redes digitais, pode apresentar caminhos para a articulação política de grupos tradicionalmente excluídos da esfera pública. Será igualmente relevante observar quais as restrições estruturais que limitam a efetiva construção do que poderia ser considerado uma dimensão digital da esfera pública, ou ainda, uma esfera pública digital.

## **2.2. TECNOLOGIAS DIGITAIS E NOVOS ESPAÇOS DE APARIÇÃO**

Uma vez identificado que as tecnologias digitais abrem a possibilidade para o engajamento de grupos que raramente puderam experienciar os espaços de aparição, seria relevante observar de que maneiras têm sido apropriadas por aqueles sujeitos cujas identidades estiveram muitas vezes restritas à esfera privada,

---

<sup>39</sup> Esta concessão da força e da violência ao Estado não significa o esvaziamento da autoridade dos chefes de família na vida doméstica; pelo contrário, as duas camadas de poder são agora sobrepostas.

e portanto, cujos modos de vida nunca tiveram significado para aqueles que tradicionalmente têm ocupado os espaços de decisão sobre a vida coletiva.

A aparição representa uma condição prévia e fundamental para a constituição da esfera pública e da vida política. Neste sentido, as novas possibilidades de debate público em rede desestabilizariam a conformação tradicional da esfera pública – em certa medida homogênea e controlada pelos limites físicos da arquitetura e pelos limites virtuais dos sistemas de leis.

Essa homogeneidade se refere à particularidade de que a esfera pública era quase sempre composta – e não apenas no contexto da Grécia antiga – por pessoas que tinham em comum o fato de serem homens e cidadãos livres. Aqueles que estavam excluídos dela – mulheres, classe trabalhadora e minorias étnicas e sexuais – encontravam-se, portanto, em uma relação de desigualdade e supressão de sua liberdade e de seu direito de aparição. O uso das tecnologias digitais de comunicação, em especial das redes sociais, foi um elemento relevante na articulação dos grupos que protagonizaram muitas das insurgências recentes.

Em 2011, uma série de protestos culminou com a deposição do então presidente da Tunísia, Zine al-Abidine Ben Ali, após 23 anos de governo. No ano seguinte, os protestos contra o golpe que depusera o então presidente egípcio Mohammed Mursi, e que levara Hosni Mubarak ao poder, tomaram a Praça Tahir, no Cairo que foi posteriormente ocupada por centenas de milhares de manifestantes. Em maio de 2013, a ocupação da Praça Taksim, em Istambul, Turquia, foi também ocupada com o intuito de impedir a implementação de um projeto urbanístico que, dentre outras obras, previa a construção de um *shopping center* no perímetro do Parque Gezi, onde a praça está localizada. Esses eventos em conjunto com outras insurgências menores em outras cidades do Oriente Médio e do norte da África caracterizaram o evento que ficou conhecido como Primavera Árabe.

Uma onda de protestos semelhante, ainda que sem uma pauta unificadora específica, tomou as ruas de diversas capitais do Brasil a partir de junho de 2013. Quando um protesto organizado pelo Movimento Passe Livre que se opunha ao aumento da tarifa do transporte público em São Paulo sofreu uma violenta

repressão policial, diversas outras manifestações foram realizadas em outras cidades em apoio aos manifestantes paulistas, pela gratuidade do transporte público e contra a violência policial. No contexto de proximidade da Copa do Mundo de 2014, vários grupos afetados por obras públicas, contrários aos gastos públicos com megaeventos e a corrupção política em geral reuniram-se e seguiram realizando protestos – cujas pautas eram cada vez mais genéricas – de maneira sistemática nos espaços públicos dessas cidades.

Uma série de plataformas digitais, especialmente Facebook, Twitter e YouTube foram centrais para a organização dos grupos que protagonizaram esses protestos, no sentido de oferecê-los uma infraestrutura comunicacional inédita para esse tipo de mobilizações. O Facebook era utilizado para organizar e divulgar a agenda de protestos e eventos propostos pelos grupos de ativistas, o Twitter favorecia a comunicação em tempo real que se direcionava ao interior dos grupos e também informavam pessoas que não participavam fisicamente das manifestações, já o YouTube fornecia a estrutura necessária para a divulgação de vídeos que mostravam o ponto de vista dos manifestantes durante suas ações e a constante repressão policial.

Ainda que não seja possível afirmar que as redes sociais tenham sido responsáveis por essas mobilizações, é evidente o papel que desempenharam no sentido de agregar pessoas em torno das pautas em questão, bem como de criar e publicizar narrativas que viriam a contrapor o discurso oficial do Estado e dos grandes canais de comunicação.

Identifico a seguir três situações emblemáticas em que as tecnologias de informação e comunicação participam na constituição de espaços de aparição para os grupos envolvidos.

Em primeiro lugar, o relato pessoal do arquiteto estadunidense Ernest Pascucci ilustra uma situação em que uma coletividade de jovens homossexuais tiveram acesso a uma programação televisionada específica, mesmo sem lhes ter permitido o encontro ou mesmo o diálogo não-presencial, contribuiu para a aceitação de suas identidades e o posterior reconhecimento enquanto grupo décadas mais tarde, ao

reunirem-se no espaço público de Nova Iorque na ocasião da Parada do Orgulho LGBT de 1992.

A segunda situação foi abordada pela antropóloga Karen Waltrip em uma pesquisa com um grupo de jovens mulheres muçulmanas vivendo em um bairro de Copenhague, na Dinamarca. Neste caso, o amplo uso de dispositivos digitais como *smartphones* e das redes sociais lhes permitia desafiar imposições culturais e forjar novos modelos de identidade entre suas pares enquanto escapavam à vigilância excessiva das figuras de autoridade familiar, como os pais, tios e futuros esposos.

A terceira situação remete ao caso de insurgência do Exército Zapatista de Libertação Nacional, no sul do México, em 1994, quando o uso da Internet, mesmo que em seus recursos mais rudimentares, lhes permitiu a formulação e publicização de narrativas que se contrapunham ao discurso oficial que criminalizava suas ações, bem como permitiu a mobilização de apoiadores em diferentes lugares do mundo.

Estes casos estão dispostos de modo gradativo em relação à força do engajamento coletivo e à potência para a articulação política que as suas experiências geraram. No primeiro caso a experiência estética vivida com a programação da televisão permitiu o reconhecimento de uma coletividade anos mais tarde. No segundo, a exposição e o controle de visibilidade permitidos pelas redes sociais viabiliza uma camada de comunicação entre um grupo que não seria possível sem a mediação das tecnologias digitais. Por fim, no terceiro caso, as tecnologias digitais são utilizadas diretamente para a articulação política de um movimento social.

Esta escolha, que ignora a ordem cronológica em que os casos se deram, tem o intuito de revelar que esta gradação não é linear em relação ao tempo e que o engajamento coletivo tem maior relação com o contexto social em que as tecnologias são utilizadas do que, de fato, com o seu nível de elaboração técnica.

### 2.2.1. A TELEVISÃO ENQUANTO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

No primeiro caso, a tecnologia em questão é a televisão, que opera uma “invasão” da esfera privada por questões e discussões provenientes do âmbito público. Por um lado, esta invasão tende a inibir ainda mais a participação das pessoas na vida pública, uma vez que está lhes é apresentada por meio de representações ficcionais elaboradas nos estúdios de acordo com seus interesses próprios. Por diversas vezes, o *status* de verdade inquestionável é atribuído a estas representações, como é o caso dos telejornais.

Vilém Flusser (1977) aborda este efeito da invasão da vida privada pelas representações televisionadas no texto *Two approaches to the phenomenon, Television:*

Há um grande número de caixas [televisores] distribuídos na sociedade e todos eles emitem as mesmas informações. O resultado é que as moradias privadas criam um vínculo muito próximo com a esfera pública e perdem sua privacidade. Por outro lado, a esfera pública cria um vínculo muito próximo com as moradias privadas através dos milhões de canais unívocos e perde assim seu aspecto dialógico, “político”. (O homem público é apresentado a milhões de pessoas em suas residências, fala com elas, mas não se pode falar com ele.) A consequência da invasão do domínio privado pelo público e da eliminação do diálogo universal da esfera pública é o fim da distinção entre público e privado. Uma vez que esta distinção é a base da política, isto significa despolitização.<sup>40</sup> (Flusser, 1977, s/p.)

O arquiteto Ernst Pascucci (1997), por sua vez, observa o fenômeno da televisão a partir de um ponto de vista diferente. Pascucci vê nela a possibilidade de escape às

---

<sup>40</sup> No original: There are a great number of boxes distributed throughout society, and all of them emit the same information. The result is that private dwellings become linked closely to the public sphere and lose their privacy. On the other hand, the public sphere becomes closely linked to private dwellings through millions of univocal channels and loses its dialogical, "political" character. (The public man is present in millions of private dwellings, talks to them, but cannot be talked to.) The consequence of the invasion of the private realm by the public, and of the elimination of universal dialogue from the public, is the abolition of the distinction between the private and the public. Since this distinction is the basis of politics, it means depoliticization.

determinações do lugar por meio da experiência estética que se dá com a representação de personagens e modos de vida contra-hegemônicos. No texto *Intimate (Tele)Visions*, o autor levanta a questão sobre a constituição de novos espaços de aparição no contexto da década de 1970, quando as ideias sobre ambientes e mídias sociais digitais ainda não eram muito mais que fabulações.

O autor tece uma crítica à atitude de recusa à televisão por teóricos da arquitetura e do espaço urbano deste período. Seu foco se centra sobretudo no argumento formulado por Richard Sennet de que, juntamente ao ideal decadente de comunidade que produziu os subúrbios americanos, a televisão seria um dos grandes responsáveis pela dissolução da vida pública. Este argumento é desenvolvido por Sennet em seu livro *O declínio do homem público: tiranias da intimidade*.

A concepção de um “homem público” abstrato e supostamente neutro encobre o arquétipo conservador e restritivo daqueles poucos que sempre puderam acessar a esfera pública e os espaços de decisão sobre a vida coletiva: especificamente, os homens brancos, heterossexuais e cisgêneros<sup>41</sup>. Esta crítica é válida inclusive para a ideia de que antes da televisão havia um “diálogo universal da esfera pública”, como Flusser pontua no trecho citado mais acima. De acordo com a crítica de Pascucci, o acesso à esfera pública nunca teria sido universal, mas pelo contrário, restrito e permeado de imposições.

Pascucci relata sua experiência pessoal enquanto homem homossexual que cresceu em um subúrbio de Nova Jersey, EUA, e que teve a televisão como importante ferramenta de contato com a vida pública, que de outra maneira seria absolutamente inacessível para ele. Desde a representação de uma paisagem urbana composta por um grupo heterogêneo de bonecos “racialmente mestiços e racialmente abstratos”<sup>42</sup> no programa infantil “Vila Sésamo”, às aventuras de uma jovem mulher moderna e independente vivendo em Nova Iorque na série “*That*

---

<sup>41</sup> O termo cisgênero é utilizado para pessoas cuja identidade de gênero é equivalente àquela que lhes foi atribuída ao nascer.

<sup>42</sup> Pascucci, 1997, p. 45. No original: [...] Simultaneously racially mixed and racially abstract.



**Imagem 06:** Faixa com a frase “chorar pelos mortos, lutar energicamente pelos vivos” (em tradução livre) carregada por manifestantes na Parada do Orgulho Gay de Nova Iorque, 1992. **Fonte:** Malcom Clarke/ nydailynews.com

*Girl*”. A televisão lhe possibilitou o reconhecimento de um tipo de subjetividade que não estava visível ou acessível no espaço cotidiano vivenciado por um jovem homossexual em um subúrbio conservador estadunidense.

Já nos anos 1990, ao participar de uma Parada do Orgulho Gay em Nova Iorque, Pascucci encontrou-se pessoalmente com alguns atores das séries de televisão que assistia na infância. O encontro e conseqüente aparição destes sujeitos no espaço público lhe permitiu então perceber que sempre foram uma coletividade, ainda que espacialmente dispersa; e que, somente a partir da mediação daqueles programas de televisão, foi possível que se reunissem e se reconhecessem enquanto grupo, décadas depois.

Um lugar muito real. Uma experiência muito real. Mas o fato de estas fantasias terem se expressado no espaço público não foi o que as fez reais [...] Esta erupção de um inconsciente coletivo *queer*<sup>43</sup> realçou muitas fantasias diferentes através de um objeto bem difundido, que sugeria a existência de muitos outros. Não era apenas a porta do meu armário que se rompia aquele dia, mas a de todos nós: todo um arquivo televisionado de ruas pelas quais caminhamos e casas que assombrávamos em nossa busca por formas de ser *queer* que estavam indisponíveis para nós nas ruas em que caminhávamos e nas casas onde morávamos.<sup>44</sup> (Pascucci, 1997, p. 54)

O relato de Pascucci (1997) desconstrói em certa medida a noção de que a televisão eliminaria toda e qualquer possibilidade de agência de seus espectadores, ao relegá-los a uma condição irreversivelmente passiva. A programação televisionada, ainda que não fosse este o seu objetivo, permitiu o vislumbre de um cenário alternativo à vida doméstica à qual os jovens dos subúrbios americanos – sobretudo as minorias sexuais – estavam enclausurados. Este vislumbre teria motivado toda uma geração a reivindicar o direito de agir, de falar, de ouvir e de ser ouvido em público. Pode-se argumentar, portanto, que apesar de “somente falar e nunca ouvir”, a televisão teria estimulado este grupo a encontrar seus pares e, conseqüentemente, realizar explicitamente sua aparição, no sentido definido por Arendt (2005).

Não se trata, contudo, de ignorar o papel desmobilizador da televisão. É possível que apenas em raras ocasiões seus espectadores recusarão o papel de meros consumidores dos conteúdos ali apresentados. Flusser (1977), aponta um caminho

---

<sup>43</sup> No inglês, a palavra *queer* pode ser utilizada tanto com o sentido de “estranho” quanto de “homossexual”. A teoria *queer*, entretanto, trata de formas de sexualidade e afeto que escapam ao modelo heteronormativo para além da homossexualidade.

<sup>44</sup> No original: A very real place. A very real experience. But the fact that these fantasies found their expression in a public place is not what made them real. [...] This eruption of a collective queer unconscious focused many different fantasies upon one well-broadcast object, one that suggested so many more. It wasn't just my closet door bursting open that day, but everyone's: a whole televised archive of streets we walked and houses we haunted in our own searches for ways to be queer that were unavailable to us on the streets we walked and in the houses where we lived.



alternativo para a televisão, em que transformações em sua estrutura, além de permitir experiências estéticas aos seus espectadores, proporcionariam “os meios para que [estes] critiquem e interfiram em seu processo”<sup>45</sup>. Embora o uso da televisão por Pascucci (1997) tenha se dado de maneira semelhante à dos demais espectadores de sua geração, o contexto social em que estava inserido lhe permitiu viver aquelas representações enquanto experiência estética que não teria sido possível de outra maneira.

### 2.2.2. AS REDES SOCIAIS ENQUANTO ESPAÇOS DE APARIÇÃO

O segundo caso emblemático foi observado em uma pesquisa realizada pela antropóloga dinamarquesa Karen Walторp (2013; 2015) com um grupo de jovens mulheres, filhas de imigrantes muçulmanos, que vivem em um conjunto de habitacional em uma periferia de Copenhague. A partir de uma série de encontros, oficinas de vídeo e entrevistas, Walторp identificou que o acesso à Internet, sobretudo por meio de *smartphones*, tem permitido a expressão da subjetividade dessas mulheres para além das rigorosas normas sociais e da vigilância excessiva, presentes na cultura muçulmana.

As jovens do meu estudo são altamente letradas e têm imensa facilidade com a linguagem das mídias sociais, embora muitas delas ainda sejam constrangidas pelas questões da honra em suas incursões *online*. [...]

Por meio das tecnologias móveis, tanto a cidade quanto a casa transformam-se em espaços virtuais para estas jovens mulheres, adicionando camadas de experiências e influenciando suas práticas cotidianas, suas percepções e seus movimentos.<sup>46</sup> (Walторp, 2013, p. 568.)

---

<sup>45</sup> Flusser, 1977, s/p. No original: [...] as to provide the means to criticize it and interfere in its process.

<sup>46</sup> No original: The young women of my study are highly literate and at ease in the language of social media, even though some of them remain constrained in their online endeavours, with reference to matters of honour [...] Through mobile technologies, both the home and the city open up to virtual spaces for these young women, adding experiential layers and influencing their everyday practices, perceptions and movements.

As redes sociais digitais criam ambientes protegidos ao mesmo tempo em que permitem o agenciamento do modo como elas se expõem. Desta maneira, realizam um equilíbrio tático e sagaz entre o modo como gostam de aparecer para suas semelhantes – amigas e jovens familiares residentes em Copenhague ou em suas cidades de origem – e a aparência que precisam manter no ambiente social cotidiano a fim de que permaneçam “virtuosas”<sup>47</sup>.

A virtuosidade é um forte aspecto da cultura muçulmana, fundamental para uma série de relações de confiança que permitem a sobrevivência de valores, como a generosidade dos anfitriões – que têm o costume de receber outros muçulmanos desconhecidos em suas casas – e a tradição do casamento arranjado, muitas vezes também entre desconhecidos. Entre aqueles “muçulmanos virtuosos”, não haveria razão para qualquer tipo de desconfiança.

Dentre os valores que condicionam uma conduta virtuosa, principalmente no caso das mulheres, um dos mais importantes é a discrição. O fato de uma mulher ser “mal falada” pode arruinar toda esta rede de solidariedade não só para si mesma, mas para toda a sua família. Por isso, é importante que sua aparição no âmbito das redes sociais *online* garantam sua invisibilidade no espaço físico, ao mesmo tempo em que permitam uma experiência coletiva de desafio aos limites da moral e da religião na dimensão digital.

Em seus relatos sobre a pesquisa, Waltrip (2015) faz referência a diversas táticas de aparição e invisibilidade das quais as jovens muçulmanas se utilizam, inclusive nos ambientes digitais. Há o caso da jovem que começou um namoro via Facebook<sup>48</sup> com um rapaz que vivia em Dubai e que nunca havia encontrado pessoalmente. Em determinada altura, ele lhe pediu que saísse da rede social e que

---

<sup>47</sup> Waltrip, 2015.

<sup>48</sup> Facebook é uma rede social criada pelo programador Mark Zuckerberg, onde usuários criam perfis pessoais compartilham informações, links, textos e imagens. É possível que os usuários compartilhem algumas informações apenas com grupos mais restritos de perfis aos quais estão conectados; ou podem também compartilhar informações publicamente para todos os demais usuários.

mantivesse o contato com ele apenas por meio de aplicativos “mais íntimos”, como o FaceTime e o Viber<sup>49</sup>.

A jovem então decidiu desativar sua conta no Facebook e criar um perfil falso na mesma rede sem que ele soubesse; desta maneira conseguiu permanecer informada e em diálogo com seus outros amigos. Na nova conta, tinha 300 amigos em comum com o namorado, o que lhe possibilitava observar suas atividades na rede social sem que ele soubesse.

Em diversos outros momentos, Waltorp (2013) descreve o modo como a estrutura arquitetônica do conjunto habitacional onde essas moças vivem fomenta a vigilância por vizinhos e familiares. Os prédios, dispostos em formato de “L” ao redor de uma praça, terminam por esvaziar este espaço central que pode ser visto de qualquer apartamento; ao passo que as áreas mais escondidas são dominadas por homens, muitas vezes em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas<sup>50</sup>.

O aspecto patriarcal da moral muçulmana, associado ao machismo instituído na cultura ocidental, torna esses espaços de invisibilidade inseguros e inacessíveis às jovens mulheres. Por outro lado, é nas regiões mais centrais da cidade, onde há uma concentração maior e mais heterogênea de pessoas, que estas jovens mulheres se sentem mais confortáveis e protegidas pelo anonimato. A pluralidade de culturas e identidades presente nos espaços públicos de Copenhague lhes permite escapar ao excessivo controle e a vigilância sobre seus corpos que orientam sua vivência nos ambientes domésticos.

### 2.2.3. A INTERNET ENQUANTO TERRITÓRIO DE DISPUTA SIMBÓLICA

A terceira situação tem relação com a apropriação das TICs por grupos envolvidos em ativismos e reivindicações políticas. Tratarei aqui do caso específico do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)<sup>51</sup>, grupo baseado na região de Chiapas,

---

<sup>49</sup> Facetime e Viber são, ambos, aplicativos para a troca de mensagens de áudio e vídeo (VoIP); o segundo permite ainda o compartilhamento de arquivos de imagem e de vídeo.

<sup>50</sup> Waltorp, 2013.

<sup>51</sup> Em espanhol, *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN).

México; que, durante década de 1990, foi pioneiro no uso de tecnologias digitais de comunicação em suas ações – o que contribuiu para a mobilização de uma grande variedade de grupos e ativistas transnacionais atuantes em diferentes causas. O EZLN é um grupo complexo e plural, composto principalmente por indígenas de origem maia que vivem em condições precárias de urbanidade no sul do México.

No dia primeiro de janeiro de 1994, entrou em vigor o Tratado Norte Americano de Livre-Comércio (NAFTA)<sup>52</sup>. Há décadas, a discussão sobre seus impactos econômicos e sociais vinha mobilizando diversos grupos que seriam afetados, o que culminou em um movimento que ficou conhecido como Anti-NAFTA.

O economista estadunidense Harry Cleaver (1994) identifica o clima de efervescência política catalisado pelo debate sobre a implementação do NAFTA como um importante estímulo para o surgimento do EZLN e, posteriormente, para o envolvimento de grupos de ativistas de direitos humanos provenientes de diferentes lugares do mundo nas lutas e reivindicações dos Zapatistas. Dentre as mudanças propostas pelo NAFTA, estava o cancelamento do Artigo 27 da Constituição Federal do México, que proibia a privatização de terras ocupadas por populações nativas.

O dia primeiro de janeiro de 1994 também marca a primeira aparição pública do EZNL, com a ocupação armada de centros cívicos de diferentes cidades mexicanas para reclamar uma série de direitos fundamentais para as populações indígenas. Estas reivindicações se opunham ao acordo de livre-comércio e, em geral, às políticas que vinham sendo implementadas pelo governo federal nos últimos anos<sup>53</sup>. Os Zapatistas exigiam, dentre outras coisas, “[...] escolas, acesso a água potável, a devolução de suas terras e o fim das repressões do Estado (como as torturas realizadas pela polícia e pelo exército, a prisão e o assassinato de indígenas)”<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Em inglês, *North America Free Trade Agreement* (NAFTA).

<sup>53</sup> À altura, o México era governado por Carlos Salinas de Gortari, do Partido Revolucionario Institucional (PRI). Este partido esteve no governo federal mexicano de 1922 até 2000, quando, pela primeira vez na história, um candidato de oposição venceu as eleições federais.

<sup>54</sup> Cleaver, 1994. No original: “[...] schools, clean water, the return of their lands, freedom from state repression (police and army torture, jailings and murders) [...]”.

Cerca de 600 pessoas estiveram envolvidas nesta ação, que durou aproximadamente duas semanas e culminou na morte de pelo menos 100 guerrilheiros e guerrilheiras. Só então, o exército mexicano conseguiu expulsá-los dos centros cívicos, e um acordo de paz foi selado. Após isso, o exército mexicano voltou a atacar o grupo diversas vezes, violando o acordo.

Em 1998, foi realizada uma pesquisa que tinha o objetivo de entender a complexidade do movimento Zapatista e o uso efetivo que seus membros e apoiadores fizeram da Internet e de outras tecnologias de comunicação mais tradicionais, como aparelhos de fax e telefone. O estudo foi curiosamente conduzido pelo *Research and Development Corporation (RAND)*<sup>55</sup> – instituição ligada ao Departamento de Defesa dos EUA – e financiado pelo exército estadunidense.

As tentativas de compreender a rede de apoiadores da causa zapatista deparam-se com a conjuntura complexa e plural dos diversos atores sociais engajados e dos meios e recursos que estes conseguem mobilizar. Os pesquisadores (Ronfeldt *et al*, 1998, pp. 25-26) definem três grupos centrais na rede de atores envolvidos com o movimento Zapatista.

O primeiro seria a base social do movimento, formada por grupos indígenas de origem maia e orientados pelos valores de igualdade, comunidade e consulta popular. O segundo seria composto essencialmente por intelectuais de classe média, não necessariamente de ascendência indígena e que tinham o intuito de mobilizar os nativos para criar um exército de guerrilha armada. O terceiro grupo, que seria o mais relevante para o aspecto de mobilização via TICs, é formado pelas diversas ONGs transnacionais e ativistas por direitos humanos que se uniram à causa zapatista.

No que se refere ao uso da Internet e de outras ferramentas comunicacionais, os Zapatistas e os apoiadores de sua causa foram pioneiros no uso de diversas tecnologias, desde simples listas de e-mail informativas e manutenção de sites a formas mais sofisticadas de ativismo digital, que abordo a seguir.

---

<sup>55</sup> Em tradução livre para o português, Corporação de Pesquisa e Desenvolvimento.

Ainda em 1998, um ano após o violento Massacre de Acteal<sup>56</sup>, o grupo ativista *Electronic Disturbance Theater* (EDT)<sup>57</sup>, é criado pelo artista visual estadunidense Ricardo Dominguez. Este grupo surge como alternativa à luta armada enquanto estratégia de resistência e, desde então, tem realizado uma série de ações de desobediência civil não-violenta, tanto no espaço físico quanto em ambientes públicos *online*.

Quero focar esta discussão em duas ações específicas do EDT que considero relevantes para compreender como o uso das tecnologias digitais pode atuar nas práticas por reivindicação política. Estas ações são descritas pela pesquisadora em linguagem e artes performáticas Jill Lane (2003) no texto *Digital Zapatistas*<sup>58</sup>.

Em 2000, espalhou-se um boato de que as “Forças Aéreas Zapatistas” teriam invadido um quartel do exército mexicano situado na região de Chiapas. Os aviões em questão eram, na realidade, aviões de papel dobrado com frases direcionadas aos militares, como:

“Soldados, sabemos que a pobreza lhes forçou a vender suas vidas e suas almas. Eu sou pobre também, como outros milhões. Mas vocês estão em situação pior, por defenderem aqueles que nos exploram [...]”<sup>59</sup> (Nuevo Amanecer Press, 2000)

---

<sup>56</sup> O evento que ficou conhecido como “O massacre de Acteal” aconteceu em 1997. O ataque assassinou um grupo de 47 indígenas provenientes da cidade de San Cristóbal de las Casas que fugia da violência de grupos paramilitares e encontrava-se refugiado na região de Acteal, a aproximadamente 200 metros de uma escola e de um centro comunitário. O massacre foi oficialmente considerado como um conflito entre famílias e serviu de justificativa para o recrudescimento militar nas regiões ocupadas por indígenas e zapatistas. (Nadal, 1998)

<sup>57</sup> Em livre tradução para o português, “Teatro de perturbação eletrônica”.

<sup>58</sup> Em tradução livre para o português, *Zapatistas Digitais*.

<sup>59</sup> No original: Soldiers, we know that poverty has made you sell your lives and souls. I also am poor, as are millions. But you are worse off, for defending our exploiter [...]

“Não vendemos nossas vidas. Queremos libertar nossas vidas, assim como as suas, as de seus filhos [...] e as de milhões de mexicanos pobres e explorados. Queremos libertá-los também para que soldados não reprimam suas cidades por ordem de uns poucos ladrões.”<sup>60</sup> (*Idem*)

Embora envolva apenas procedimentos analógicos, é pertinente observar como esta ação se relaciona com ativismo digital que será descrito a seguir. Ambas articulam a invasão simbólica – e poética – de zonas que parecem blindadas à primeira vista; passíveis de invasão somente em conflitos armados ou em situações de guerra.

A segunda ação descrita por Lane (2003) aconteceu o ano seguinte, quando os membros do EDT desenvolveram um *software* e o divulgaram amplamente entre grupos de ativismos digitais, o *Zapatista Tribal Port Scan*<sup>61</sup>. Este *software* automaticamente realizava milhares de tentativas de conexão com servidores de sites oficiais, como aqueles dos governos do México e dos EUA. Estas tentativas de conexão carregavam textos com trechos de um poema sobre a luta dos Zapatistas e, por serem muitas, terminavam por sobrecarregar os servidores e causar falhas intencionais nestes sites. Os sites atingidos repetiam diferentes trechos do poema nos seus registros de sistema, o que acabava criando novas composições.

Estes dois casos, assim como a relação estabelecida com as tecnologias digitais no primeiro momento de mobilização pública do EZLN, são emblemáticos para o modo como as TICs podem participar dos ativismos urbanos. Nestes casos, a Internet opera como um território digital de disputa simbólica que não está completamente apartado do espaço material. Pelo contrário, encontram-se

---

<sup>60</sup> No original: We do not sell our lives. We want to free our lives and those of your children, your lives [...] and the lives of millions of poor exploited Mexicans. We want to free their lives also so that soldiers do not repress their towns by the order of a few thieves.

<sup>61</sup> Em livre tradução para o português “Scanner de portas tribal zapatista”. As portas são conjuntos de pontos que possibilitam a conexão entre computadores na Internet. No caso do software desenvolvido pelo EDT, os servidores de alguns sites importantes eram sobrecarregados com tentativas de conexão que carregavam frases do poema sobre os zapatistas.



**Imagem 07:** Membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) marcham sobre Aguascalientes, México, em 1994. **Fonte:** Juan Popoca/ vice.com



**Imagem 08:** Protesto realizado por membros do EZLN nas mesmas cidades ocupadas em 1994, 19 anos depois, em 1º de janeiro de 2012, quando o presidente Peña Nieto assumiu o governo federal, marcando a volta do PRI ao poder. **Fonte:** Tim Russo/ upsidedownworld.com



integrados, relacionam-se diretamente. Como pontua Jill Lane (2003),

O Ciberespaço pode ser compreendido, em outras palavras, como um tipo de espacialidade produzida por práticas materiais associadas com tecnologias da informação (como computadores e redes de fibra óptica) e, ao mesmo tempo, produzida pelas relações sociais que moldam e são moldadas por tais tecnologias [...] <sup>62</sup> (Lane, 2003, p. 131)

No momento presente de popularização das tecnologias digitais, seria possível afirmar ainda que o espaço social materializado tem cada vez mais resultado das negociações e debates que têm lugar no ambiente imaterial da Internet, sobretudo das redes sociais. Dessa maneira, o “Ciberespaço” a que se refere Lane (2003) e o espaço físico e social encontram-se cada vez mais integrados de modo a se influenciarem diretamente.

No próximo capítulo, abordarei com maior profundidade uma variedade de casos em que as tecnologias digitais atuaram na produção de territórios em rede, ao conectar grupos ativistas espacialmente dispersos.

Nos casos analisados a seguir, o ambiente digital opera por vezes como ferramenta de articulação para ações materializadas no espaço físico, em que o espaço é tanto o objeto quanto o próprio meio para as reivindicações. E por outras vezes, como espaços de aparição para indivíduos dispersos que não dispõem do espaço físico como meio para a mobilização – nestes casos, o direito de aparição no espaço é o horizonte das reivindicações.

---

<sup>62</sup> No original: Cyberspace can be understood, in other words, as a form of spatiality produced by material practices associated with information technologies (computers, fiberoptic networks, and so forth) and at the same time, produced by the social relations that shape and are shaped by such technologies [...]



## CAPÍTULO 03. PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

### 3.1. RECURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui proposta não segue rigorosamente uma matriz metodológica conhecida *à priori*, desta maneira, os métodos foram formulados a partir das necessidades demandadas pelo problema de pesquisa. Neste sentido, seria mais apropriado falar sobre um percurso da investigação, isto é, sobre uma síntese da sequência de decisões metodológicas que envolveram o trabalho desde o delineamento do problema até a análise dos dados coletadas para a pesquisa empírica.

#### 3.1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O problema desta pesquisa surge em um contexto de mudança de paradigma nas TICs, quando uma série de novidades técnicas deslocam o eixo dominante da cultura do *broadcasting* em direção à possibilidade da comunicação dialógica, ou seja, a possibilidade de conversações simultâneas e em tempo real a partir de uma profusão de pontos espacialmente dispersos.

A nova capacidade técnica da comunicação dialógica é central neste momento em que as tecnologias de informação e comunicação se digitalizam e carrega consigo uma série de implicações industriais, culturais, econômicas e, particularmente,

sócio-espaciais. Em relação à discussão teórica sobre o espaço, pode-se afirmar que as redes de informação desestabilizam algumas concepções clássicas e dominantes, como as noções de materialidade e de continuidade espacial, já abordadas em capítulo anterior. Um outro aspecto diz respeito às lutas urbanas por justiça social e pelo direito à cidade: a popularização dos aparatos digitais e das redes sociais online tem criado *espaços de aparição*<sup>63</sup> digitalmente mediados e permitido novas formas de articulação e debate público para os grupos e movimentos sociais engajados com essas questões.

A partir dessa conjuntura, algumas questões centrais emergem. Em primeiro lugar, é relevante observar qual o papel do espaço em cada uma dessas lutas, em outras palavras, como o espaço está presente enquanto elemento estruturante das questões reivindicadas e enquanto tática de ação e resistência. É relevante ainda procurar perceber em que medida a aparição mediada digitalmente pode transcender o campo das interações meramente sociais e contribuir para articulações políticas, ou seja, articulações que adentrem a esfera de decisões sobre a vida coletiva.

### 3.1.2. DEFINIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Uma vez que o problema havia sido contextualizado e delimitado, seria necessário definir os sujeitos da pesquisa. Estabeleci então três critérios fundamentais de escolha para abordar uma variedade de situações distintas enquanto estudos de caso.

Em primeiro lugar, decidi que trabalharia com grupos com os quais eu já havia tido algum tipo aproximação, por ter atuado em algum de seus processos reivindicatórios ou simplesmente por ter me mantido atualizada sobre suas ações. Em segundo lugar, as situações a serem observadas deveriam também ter em comum o fato de se identificarem com questões eminentemente urbanas – como é o caso das lutas pelo direito à moradia digna ou por mobilidade urbana. Por fim,

---

<sup>63</sup> Arendt, 2014.

era importante eleger um conjunto de situações que contivesse uma diversidade de relações sócio-espaciais, de maneira que o *espaço* estivesse sempre presente.

Deste modo os seguintes grupos, experiências de ativismos e movimentos sociais foram escolhidos: as campanhas online #meuamigosecreto e #primeiroassedio; o grupo ativista Tambores de Safo (CE); a Ocupação Tina Martins (MG); o movimento Mães de Maio (SP); três movimentos secundaristas de ocupações de escolas em São Paulo, em Goiás e no Ceará (Escolas de Luta); os movimentos Ocupe Estelita (PE), Ocupe Cocó (CE) e Ocupe Acquario (CE); os Comitês Populares da Copa; as intervenções de Ciclofaixas Populares (CE); e o movimento engajado na implementação do Parque Augusta (SP).

### 3.1.3. COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados sobre os estudos de casos, busquei acessar e sistematizar primordialmente conteúdos compartilhados em plataformas online, como redes sociais, blogs, sites de compartilhamento de vídeos e páginas de jornais de grande circulação. O exercício de sistematização dos dados tinha como principal objetivo perceber eventuais relações de correspondência entre os grupos, a partir do modo como o espaço está presente em suas práticas tanto nos ambientes digitais quanto nos espaços físicos.

Era relevante também observar o modo como esses grupos e movimentos têm agenciado sua aparição pública por meio das plataformas online, especialmente das redes sociais. Essa observação orientou-se em direção aos debates que eram

CASOS	FRAMEWORK		ABRANGÊNCIA			
	CONTEXTO [SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO]	PRÁTICAS		PRINCIPAL PLATAFORMA UTILIZADA	CONTEÚDO MAIS CURTIDO	CONTEÚDO MAIS COMPARTILHADO
		PRÁTICAS NO ESPAÇO FÍSICO	PRÁTICAS NO ESPAÇO DIGITAL			

**Diagrama 01:** Cabeçalho da primeira tabela para coleta de dados. **Fonte:** Elaboração própria.

fomentados nas redes sociais assim como interações pré-programadas – como os *compartilhamentos* de notícias de grandes canais de comunicação<sup>64</sup>. Identificar que plataformas digitais eram mais utilizadas, assim como que conteúdos tiveram maior abrangência poderia revelar em que momento houve maior mobilização da opinião pública. Neste momento, uma tabela foi composta com a função de orientar a coleta de dados.

#### 3.1.4. ANÁLISE DE DADOS

Na etapa posterior da pesquisa, foram definidas duas categorias fundamentais de análise que tinham como principais objetivos perceber como o espaço urbano estava presente nas práticas desses movimentos, e que momentos foram mais relevantes em seu processo de mobilização da opinião pública.

Em relação às práticas dos grupos, foi percebido que eles nem sempre acessavam materialmente os espaços urbanos que reclamavam. Surgem então duas hipóteses no sentido de compreender a que se deveria essa presença restrita ao ambiente digital. A primeira hipótese seria a impossibilidade de presença no espaço físico – que deveria ser entendida de acordo com as particularidades de cada um dos casos

CATEGORIAS DE ANÁLISE			
PRÁTICAS ESPACIALIZADAS		MOBILIZAÇÃO	
EQUIVALÊNCIA [PRESENÇA NO ESPAÇO FÍSICO + AMB. DIGITAL]	NÃO-EQUIVALÊNCIA [PRESENÇA RESTRITA AO AMB. DIGITAL]	INTENSIFICAÇÃO  QUESTÃO CENTRAL	DISSOLUÇÃO  TRANSFORMAÇÃO DA QUESTÃO CENTRAL
	IMPOSSIBILIDADE DE PRESENÇA NO ESPAÇO FÍSICO		

**Diagrama 02:** Cabeçalho da primeira tabela para análise de dados. **Fonte:** Elaboração própria.

<sup>64</sup> “Compartilhar” é um tipo de interação pré-programada presente em uma variedade de redes sociais. A partir do compartilhamento é possível divulgar links, textos e imagens de maneira irrestrita ou com outros usuários e páginas especificamente definidos.

– e a segunda se aplicaria às movimentações iniciadas digitalmente, e que, devido à questões de organização interna não teriam obtido sucesso em mobilizar o público em torno de ações diretas no espaço físico.

Seria importante perceber também alguns aspectos sobre a dinâmica dos grupos ao longo do tempo, bem como pontuar as questões centrais em torno das quais se reuniram inicialmente e o modo como essas questões se transformaram de acordo com os principais eventos enfrentados. A partir daí, uma série de diagramas foi desenvolvida com o intuito de revelar padrões em relação às pautas centrais desses grupos e às suas formas de organização. Esses diagramas ajudam ainda a localizar esse conjunto de insurgências enquanto parte de um processo que lhe é mais amplo e mais alongado no tempo<sup>65</sup>.

### 3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

Nessa etapa, um diagrama geral de indexação foi produzido com o intuito de organizar os grupos de acordo com a pauta central de suas reivindicações; com os principais tipos de ação para a mobilização da opinião pública; e com a ênfase de suas reivindicações. Essa última classificação considera de maneira analítica dois pólos principais de interesse, *corpo* e *espaço*, e os grupos estudados estão dispostos segundo a importância que atribuem a cada um desses pólos em seus discursos e representações.

É preciso reforçar o caráter analítico desta divisão, uma vez que o espaço é a questão que perpassa todos os grupos estudados. Entretanto, em alguns casos, as questões relacionadas à identidade e à integridade do corpo são preponderantes em suas demandas, como é o caso das lutas feministas, LGBTs ou do movimento negro. Essa análise de acordo com a ênfase no corpo ou no espaço será aprofundada mais a frente, no tópico 4.1. desta dissertação.

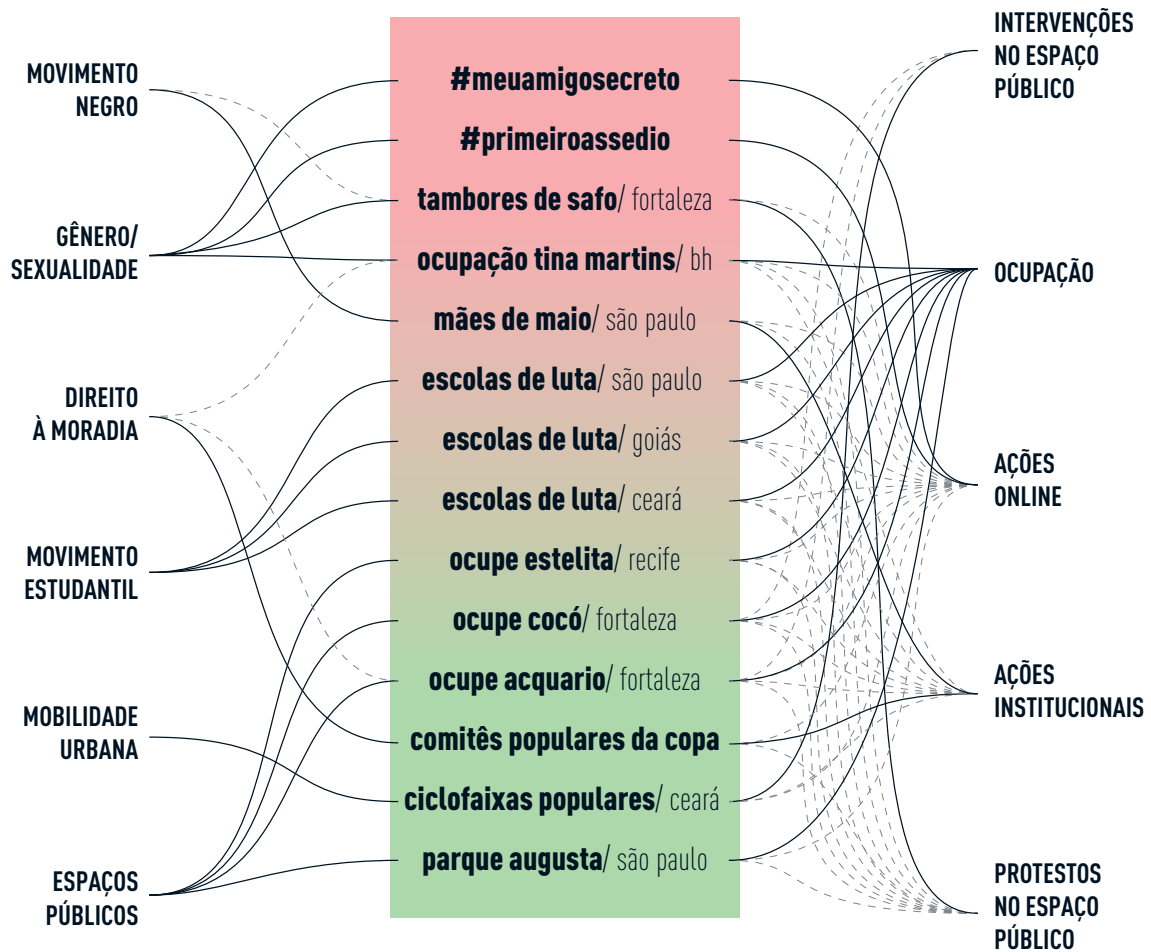
---

<sup>65</sup> As categorias de análise, bem como a reflexão acerca delas, serão aprofundadas no Capítulo 04 desta dissertação.

Os estudos de caso que serão brevemente apresentados a seguir pretendem compor um panorama mais ou menos complexo sobre como os ativismos contemporâneos têm articulado questões relacionadas a um conjunto de enfrentamentos urbanos que considera as lutas por espaços públicos, a questão da mobilidade urbana, as causas ligadas ao movimento estudantil, o direito à moradia digna, as lutas por igualdade de gênero e direitos LGBT, ou as reivindicações do movimento negro.

No sentido em que foram abordados aqui, era mais importante que esses grupos fossem observados a partir do modo como se relacionam entre si, ou seja, era relevante perceber que semelhanças resguardam em relação aos seus modos de organização e suas táticas de operação e, por fim, era fundamental entender de que maneira o espaço físico em relação dialética com os ambientes digitais estaria presente como elemento estruturante para suas lutas.





///

**LEGENDA:**

- lutas com ênfase no corpo
- lutas com ênfase no espaço

**Diagrama 03:** Diagrama geral de indexação.  
**Fonte:** Elaboração própria.

### 3.2.1. #PRIMEIROASSÉDIO E #MEUAMIGOSECRETO

Em outubro de 2015, ia ao ar em um canal de televisão brasileiro, um programa de culinária cujas receitas eram executadas por crianças com cerca de dez anos de idade. À altura, alguns homens adultos direcionaram a uma das crianças participantes uma série de publicações de caráter pedófilo, sexualizante e assediador em seus perfis no Facebook e no Twitter. Essas publicações motivaram a ONG Think Olga a criar uma campanha em resposta, na qual as pessoas usariam a *hashtag*<sup>66</sup> #primeiroassédio para compartilhar experiências sobre abuso sexual sofridas na infância.

A adesão rápida à campanha por milhares de usuários, que chegou a 82 mil publicações com a *hashtag* em quatro dias, permitiu a articulação de um debate público sobre este tema em que as vítimas, normalmente silenciadas em seus ambientes cotidianos, sentiram-se seguras o suficiente para compartilhar suas experiências. A campanha permitiu ainda perceber a questão do abuso sexual de menores no Brasil a partir um volume de dados que não existia anteriormente<sup>67</sup>.

No mês seguinte, com a proximidade das festas de fim de ano e inspirados pela brincadeira tradicional do amigo oculto, surgiu a campanha #meuamigosecreto. De maneira semelhante, à #primeiroassédio, mulheres vítimas de abuso sexual publicizaram suas experiências sem fazer menção direta aos seus abusadores, como uma tática de proteção. Esta troca de relatos, terminou por revelar o quanto a questão aparentemente individual é, de fato, um problema coletivo e que demanda o debate e a tomada de decisões em um âmbito público.

---

<sup>66</sup> *Hashtags* são espécies de rótulos utilizados nas redes sociais online que agrupam publicações relacionadas a eles. Funcionam quando o símbolo “#” é adicionado no início de uma palavra – ao clicar em uma *hashtag*, o usuário é direcionado para uma página que reúne todas publicações com aquele rótulo específico.

<sup>67</sup> Kenski, 2015.

### 3.2.2. TAMBORES DE SAFO

O Tambores de Safo é um grupo musical criado em 2010 por mulheres, em sua maioria negras, homossexuais e moradoras de periferias de Fortaleza, Ceará. O grupo se reuniu pela primeira vez com o objetivo de participar da Marcha pela Diversidade Sexual daquele ano, que considerava ser excessivamente protagonizada por homens gays, o que dificultava a visibilidade de grupos de mulheres lésbicas e bissexuais.

As mulheres do Tambores de Safo estiveram presentes em diversos encontros, caminhadas e protestos no espaço público, dentre os quais alguns enfatizavam questões relacionadas à desigualdade de gênero e à violência e discriminação sexual, especialmente perversas para as mulheres negras e periféricas. Sua atuação nesses momentos se dá por meio de performances musicais percussivas e cantadas. Estiveram presentes também em protestos que pautavam questões de outras naturezas, como foi o caso da manifestação contra a Copa do Mundo de 2014, ocorrida durante um jogo da Copa das Confederações de 2013, em Fortaleza, quando uma de suas integrantes foi agredida e detida por policiais militares.

### 3.2.3. OCUPAÇÃO TINA MARTINS [CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER TINA MARTINS]

A Ocupação Tina Martins foi criada por algumas ativistas do movimento feminista Olga Benário, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Teve lugar no prédio do antigo restaurante universitário da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na região central da cidade. As ativistas tinham o intuito de acolher mulheres vítimas de violência doméstica. Muitas dessas mulheres sem condições de permanecerem em casa, próximas de seus agressores, encontravam-se em situação de rua.

No período em que durou a ocupação, o grupo sofreu diversas ameaças de que a Polícia Federal executasse uma reintegração de posse, uma vez que havia um projeto de readequação do imóvel para dar lugar a um Fórum do Tribunal Regional do Trabalho (TRT – MG). A ocupação, que durou 87 dias, findou com uma



**Imagem 09:** Mulheres reunidas na então Ocupação Tina Martins, em Belo Horizonte – abr.2016.

**Fonte:** Página da Casa de Referência da Mulher Tina Martins no Facebook.

negociação com o Governo do Estado que concedeu um imóvel tombado pelo patrimônio histórico, no bairro Funcionários, pelo período inicial de dois anos. A atual Casa de Referência da Mulher Tina Martins continua acolhendo mulheres vítimas de violência e, com o apoio de movimentos de lutas por moradia, tem conseguido reestabelecer algumas delas em outras ocupações da cidade.

#### 3.2.4. MOVIMENTO MÃES DE MAIO

Durante o mês de maio de 2006, aconteceu uma série de assassinatos no estado de São Paulo, que vitimou cerca de 600 pessoas em menos de 15 dias. Acredita-se que as mortes resultaram de ações de grupos de extermínio ligados à Polícia Militar, em retaliação a uma onda de atentados contra agentes da segurança pública atribuídos ao grupo conhecido como Primeiro Comando da Capital (PCC), no início daquele mês. A chacina, sem precedentes na história recente do Brasil, ficou conhecida como *Crimes de Maio*<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Ao longo dos 21 anos em que durou a ditadura militar brasileira, 434 pessoas foram mortas, enquanto nos 12 dias de maio de 2006, 564 pessoas foram assassinadas somente no estado de São Paulo. (BRITO, 2016.)

Após este episódio, um grupo de mulheres formado por mães de algumas dessas vítimas, se reuniu com o objetivo de reivindicar a responsabilização dos culpados. A partir da realização de protestos e da militância junto ao poder judiciário, as Mães de Maio têm realizado conquistas importantes, como a abolição dos registros policiais de “autos de resistência” ou de “resistência seguida de morte”, que prescindia de investigações. Ainda que nenhum inquérito sobre os crimes de maio tenha sido levado a diante, o grupo tornou-se referência nacional em apoio ao enfrentamento da violência policial contra as populações negras e periféricas do Brasil<sup>69</sup>.



**Imagem 10:** Movimento Mães de Maio em protesto na Praça da Sé, em São Paulo – mai.2015.

**Fonte:** Rafael Bonifácio, Ponte Jornalismo.

---

<sup>69</sup> Dentre os mortos durante os Crimes de Maio, 96% eram homens, 63% tinham até 25 anos de idade, 50% eram negros ou pardos e 94% não possuíam antecedentes criminais. (Secretaria Especial de Direitos Humanos *apud* BRITO, 2016)

### 3.2.5. “ESCOLAS DE LUTA” – SÃO PAULO, GOIÁS, CEARÁ.

Em setembro de 2015, o governo do estado de São Paulo anunciou uma reestruturação da rede estadual de ensino que previa a divisão de alunos nas unidades de ensino de acordo com o ciclo que cursavam – se Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II ou Ensino Médio. Como consequência, esta medida fecharia 93 unidades e, das que permaneceriam funcionando, 754 ofereceriam um ciclo único. Em oposição a esta medida, em novembro do mesmo ano, um grupo de estudantes da Escola Fernão Dias iniciou uma ocupação que viria a durar 55 dias e a inspirar a ocupação de outras 195 escolas, somente no estado de São Paulo<sup>70</sup>. Este movimento ficou conhecido como “Escolas de Luta” e seu modo de atuação viria a ser replicado e adaptado de acordo com os contextos específicos em pelo menos mais seis estados do Brasil. Destes casos, serão abordados aqui as ocupações ocorridas ainda em Goiás e no Ceará.



**Imagem 11:** Estudantes secundaristas protestam na Av. Faria Lima, em São Paulo – dez, 2015.

**Fonte:** s/f.

<sup>70</sup> A primeira ocupação da Escola Fernão Dias foi encerrada em janeiro de 2016, mas em abril do mesmo ano, os estudantes coordenaram uma segunda ocupação em protesto contra a falta de merenda escolar e em apoio às denúncias feitas pelo Ministério Público sobre ilegalidades nos contratos de alimentação para a rede estadual de ensino. (Mello, 2016.)

Em dezembro de 2015, o então governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, publicou um despacho no Diário Oficial da União que autorizava a transferência da gestão das escolas da rede estadual de ensino para as chamadas Organizações Sociais (OSs) – entidades privadas filantrópicas. No dia seguinte, o Colégio José Carlos de Almeida foi o primeiro a ser ocupado por estudantes contrários ao modelo de gestão por meio de OSs e que, dentre outras pautas, também se opunham ao processo de militarização das escolas estaduais em curso em Goiás<sup>71</sup>. No total, 29 escolas foram ocupadas ao longo de pelo menos dois meses. A reintegração de posse das escolas ocorreu após determinação judicial que multaria os estudantes em R\$50 mil por cada dia a mais que permanecessem em descumprimento da ordem.

Em abril de 2016, teve início uma greve de professores da rede estadual de ensino no Ceará. Alguns dias após o início da greve, o Centro de Atenção Integrada à Criança (CAIC) Maria Alves Carioca foi a primeira escola do Ceará a ser ocupada – outras 48 viriam a ser ocupadas ao longo das semanas seguintes. Os estudantes apoiavam as pautas dos professores e reivindicavam uma série de melhorias na estrutura física das unidades de ensino, uma maior verba para a merenda escolar, e o passe livre nos transportes públicos para estudantes da rede pública<sup>72</sup>. Após a desocupação das escolas, a Polícia Civil abriu um inquérito que citava cerca de 320 estudantes que haviam participado das ocupações no Ceará.

Em todos os três casos estudados, ao longo das ocupações, foram feitas pequenas reformas na estrutura física das escolas, a limpeza e manutenção dos espaços era feita em mutirão e cumpria escalas de trabalho, assim como eram preparados os

---

<sup>71</sup> A partir de 2013, houve um considerável aumento no número de escolas estaduais administradas pela Polícia Militar em Goiás, quando 12 escolas adotaram esse modelo de gestão – antes de 2013, eram apenas três.

<sup>72</sup> A verba destinada à merenda escolar por aluno é de 32 centavos por dia no caso da rede estadual do Ceará. Em relação à reivindicação do passe livre para estudantes da rede pública, apesar de a tarifa para o transporte público em Fortaleza ser uma das mais baixas dentre as capitais no Brasil (R\$2,75), com meia tarifa para estudantes (R\$1,30), Fortaleza é a 2ª cidade da América Latina no *ranking* de desigualdade social (ONU-Habitat, 2011).

alimentos. Nesses períodos, os estudantes puderam experimentar modos de gestão do espaço de suas escolas que levavam em consideração o debate e a tomada de decisões de forma coletiva e vivenciaram formas alternativas de construção do conhecimento.

### 3.2.6. OCUPE ESTELITA

Em 2008, a área correspondente ao Cais José Estelita e a um antigo parque ferroviário, em Recife, foi vendida por meio de um leilão a um complexo de empresas privadas de construção civil que planejavam realizar ali o Consórcio Novo Recife<sup>73</sup>. Esse projeto, aprovado pela prefeitura em dezembro de 2013, visava construir um empreendimento misto de alto luxo na área, com 12 torres habitacionais e comerciais. Tão logo o leilão fora executado, pessoas da sociedade civil que se opunham ao projeto reuniram-se para manifestar suas contrariedades



**Imagem 12:** Manifestantes ocupam Cais José Estelita em Recife – ago, 2014.  
**Fonte:** CartaEducacao.com.br.

<sup>73</sup> O Consórcio Novo Recife é formado pelas empreiteiras Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão.



e questionar a legalidade do processo de venda do terreno. Nesse momento, surge o grupo Direitos Urbanos, que viria a acompanhar uma série de audiências públicas sobre o tema.

A partir de 2013, membros do grupo Direitos Urbanos, juntamente a outras pessoas da sociedade civil como artistas, cineastas, arquitetos e moradores das comunidades adjacentes à área do cais, organizam atividades e ocupações no terreno em questão para garantir o cumprimento da liminar da Justiça Federal que proibia a demolição dos edifícios do Cais José Estelita e do parque ferroviário. Surge aí o Movimento Ocupe Estelita (MOE), que, no ano seguinte, viria a ocupar o terreno durante 28 dias. A ocupação foi dispersada por meio de uma truculenta reintegração de posse executada sem aviso prévio pela Polícia Militar, às 5 horas da manhã do dia 16 de junho de 2014.

Em 2015, após a identificação de uma série de ilegalidades no processo de privatização do terreno do Cais José Estelita, o leilão foi revogado após decisão da Justiça Federal. Atualmente, uma pluralidade de movimentos sociais – como movimentos LGBTs, movimentos por direitos humanos, cicloativistas, videoativistas ou veganos – convergem em direção ao MOE e somam-se em suas reivindicações por um projeto mais popular de desenvolvimento urbano. Hoje, o movimento segue ativo e abrange pautas mais gerais do que aquelas que lhe deram origem.

### 3.2.7. **OCUPE O COCÓ**

Em julho de 2013, a prefeitura de Fortaleza anunciou a construção de um complexo de viadutos em uma região da cidade com intenso fluxo de veículos. O projeto, orçado em R\$17 milhões, previa a sobreposição de dois viadutos, totalizando 16 metros de altura – o equivalente a um edifício de cinco andares –, e compunha uma série de intervenções na área de mobilidade urbana. No entanto, para a sua realização, seria necessário desmatar uma área do Parque do Cocó, região de manguezal demarcada como Área de Proteção Permanente pelo Código



**Imagem 13:** Ação de reintegração de posse contra ocupação no Parque do Cocó. Fortaleza – out.2013 **Fonte:** Grupo *OcupeOCocó*, no Facebook.

Florestal. Como o Parque ainda não tem regulamentação oficial, permanece passível de invasões e falta de proteção jurídica.

Nesse contexto, diversas críticas são apontadas por especialistas e grupos da sociedade civil organizada. Dentre eles, a falta de participação e consulta popular e a produção de estudos de impacto de vizinhança, dada a dimensão da obra; o impacto ambiental sobre o Parque do Cocó, parte da principal bacia hidrográfica da cidade e ainda sem regulamentação oficial; a priorização do transporte individual, que negligencia as demandas de pedestres e usuários do transporte público<sup>74</sup>; assim como a ausência de uma Pesquisa de Origem-Destino atualizada que informe os fluxos e deslocamentos diários em Fortaleza. Por fim, criticava-se a falta de detalhamento da obra, tendo sido apresentada ao público apenas uma maquete eletrônica do projeto.

Quando agentes da prefeitura iniciaram a derrubada de 94 árvores para o seguimento das obras do viaduto, um pequeno grupo decidiu iniciar uma ocupação

---

<sup>74</sup> A proposta inicial não previa a construção de passarelas, faixas de pedestre ou pontos de parada de ônibus.

da área, em protesto contra o desmatamento em andamento. A partir da publicidade gerada pela ocupação, o movimento, que ficou conhecido como "Ocupe Cocó", se fortaleceu e cresceu em número de ocupantes e apoiadores. Nesse momento, diversos grupos de arquitetos e urbanistas, ambientalistas, movimentos sociais, moradores da região e membros do Ministério Público Federal passam a endossar a pauta de regulamentação do Parque e a paralização da obra.

A ocupação, iniciada em julho de 2013, durou 84 dias. Ao longo desse período, a Guarda Municipal conduziu duas violentas ações de reintegração de posse – em que a primeira delas ocorreu de madrugada e sem aviso prévio. No âmbito judicial, a obra foi embargada 3 vezes, até ser liberada em outubro do mesmo ano. Durante todo o período em que durou a ocupação, diversas atividades foram realizadas em conjunto com os ocupantes, dentre os quais, um concurso de ideias que se contrapunham à proposta urbanística da Prefeitura.

Posteriormente ao fim da ocupação e ao início das obras, o movimento permaneceu articulado em outras esferas de ação, como a regulamentação do Parque e a alteração do projeto original dos viadutos para garantir a acessibilidade de pedestres e ciclistas, bem como a diminuição da velocidade de tráfego. Uma importante conquista do Ocupe Cocó, foi a criação do Fórum Permanente de Implementação do Parque do Cocó, que tem o intuito de definir os limites de demarcação com maior participação da sociedade. Atualmente, uma proposta de lei do Governo Estadual do Ceará que prevê o perímetro de 1056 hectares está em vias de aprovação.

### 3.2.8. **OCUPE ACQUARIO**

Em setembro de 2010, foi ao ar o programa nº20 da campanha à reeleição do então governador do Ceará, Cid Gomes, cujo tema era turismo. Dentre várias propostas de obras que impulsionariam o turismo no Ceará, Gomes apresentou o projeto para o “maior aquário da América Latina”. Esta proposta controversa, viria a marcar intensamente o segundo mandato do governador e dividiria a opinião pública até o mandato de seu sucessor, Camilo Santana. O projeto foi desenvolvido por um



**Imagem 14:** Apresentação teatral durante o Ocupe Aquario, em Fortaleza – mar. 2013 **Fonte:** Mídia Ninja.

arquiteto especializado em hotéis e parques temáticos que já havia trabalhado na *Walt Disney Imagineering*<sup>75</sup>. O *Acuario Ceará*, seria construído em um terreno de propriedade da união, onde havia um edifício desativado do antigo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) na Praia de Iracema, costa marítima de Fortaleza.

Essa região é dotada de especial valor simbólico e cultural, por ser adjacente ao centro histórico de Fortaleza e abrigar, dentre outras edificações, a Ponte Metálica, primeiro porto de Fortaleza, a comunidade do Poço da Draga, vila de pescadores mais antiga da cidade, e o Centro Cultural Dragão do Mar. Ainda em 2010, o terreno transformou-se em um canteiro de obras, com a demolição do antigo edifício do DNOCS. Parte da população reuniu-se, então, para cobrar maior transparência do poder público em relação à obra. Nesse momento, surge o movimento Quem Dera Ser um Peixe, composto principalmente por moradores da comunidade do Poço da Draga, frequentadores da região da Praia de Iracema, artistas e advogados que se opõem ao projeto. O grupo atua diretamente

---

<sup>75</sup> Empresa responsável pelas obras do complexo temático Walt Disney World, em Orlando, EUA.

investigando o processo implementação da obra e encontra, ao longo de sua militância, uma série de irregularidades.

O Ocupe *Acquario* foi uma das ações propostas pelo movimento e consistiu em uma “ocupação criativa” em uma praça da comunidade Poço da Draga. A ocupação aconteceu durante 24 horas de um fim de semana, em março de 2013. Teve em sua programação apresentações musicais, exhibições de filmes com temáticas urbanísticas e rodas de debate sobre o projeto em questão. Desde a primeira intervenção construtiva no terreno, ainda em 2010, até o atual momento, seis anos mais tarde, a obra do *Acquario* foi embargada pelo menos três vezes e parte do seu financiamento jamais teve a aprovação necessária pelo Senado Federal.

Após a ocupação, o movimento Quem Dera Ser um Peixe permanece ativo em torno de outras pautas relacionadas à comunidade Poço da Draga e à região da Praia de Iracema.

### 3.2.9. COMITÊS POPULARES DA COPA

Em outubro de 2007, o Brasil foi eleito pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) para sediar a Copa do Mundo de 2014. Após a definição das 12 cidades que receberiam e forneceria apoio aos jogos do campeonato, o Ministério dos Esportes, juntamente com representantes do poder executivo de cada uma dessas cidades, assinaram um documento que definia uma série de compromissos em relação a obras de infraestrutura que deveriam ser cumpridos até 2014 – a *Matriz de Responsabilidades* para a Copa<sup>76</sup>. Essa matriz envolviam a construção ou reforma de portos, aeroportos, estádios esportivos, obras de mobilidade urbana, segurança, telecomunicações e serviços.

Na escala municipal, isso implicou, na maioria dos casos, contratos e licitações irregulares, violações de direitos humanos, remoção de comunidades de baixa renda, projetos com orçamento superfaturado, acidentes mortais e dezenas de

---

<sup>76</sup> As cidades que sediaram jogos da Copa do Mundo de 2014 foram: Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Brasília, Cuiabá, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

obras que permanecem incompletas até o presente momento, dois anos após o fim da Copa. A grande dimensão das obras e a extensão de seus impactos gerou um processo intenso de organização coletiva e resistência por parte das populações afetadas.

Nesse contexto, surge em 2010, o primeiro Comitê Popular da Copa, em Fortaleza, Ceará. O grupo reunia moradores de comunidades ameaçadas de remoção, advogados populares, estudantes de arquitetura e urbanismo e outros grupos da sociedade civil organizada. O Comitê tinha como objetivos principais acompanhar o processo de implementação dessas obras e reivindicar acordos mais justos para as indenizações e o reassentamento das comunidades a serem desalojadas em terrenos próximos às suas localizações originais. Em seguida, outras cidades-sede criam seus próprios comitês populares e conseguem articular suas diversas pautas e coordenar uma série de protestos que ocorreram, especialmente durante a Copa das Confederações de 2013 – evento que precede as Copas do Mundo com um ano de antecedência. Nesse momento, surge a Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa (ANCOP).



**Imagem 15:** Vídeo mostra casa sendo demolida para abrigar canteiro de obras do Veículo Leve Sobre Trilhos nunca finalizado – Fortaleza 2013. **Fonte:** Coletivo Nigéria.

A criação da ANCOP possibilitou a realização do Encontro Nacional de Atingidos, em Belo Horizonte, em 2014 e a produção de uma série de dossiês que documentam as irregularidades e violações aos direitos humanos em cada uma das cidades-sede<sup>77</sup>. Possibilitou ainda a realização de denúncias frente a diversos órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a reformulação do projeto de algumas obras de maior impacto sócio-ambiental.

### 3.2.10. CICLOFAIXAS POPULARES

Em agosto de 2013, um grupo de ciclistas de Fortaleza, Ceará desenvolveu um aparato mecânico, fabricado manualmente a partir de um carrinho de supermercado, para auxiliá-los a pintar uma ciclofaixa de 3km de extensão. O trecho em questão, estava localizado na Rua Ana Bilhar, no bairro Meireles, onde há a maior concentração de renda da cidade. A ação visava chamar a atenção da Prefeitura para a demanda por políticas públicas orientadas aos transportes não-motorizados. A ação foi extensamente divulgada em grupos no Facebook por meio de vídeos e fotos. Na semana seguinte à intervenção, a Autarquia Municipal de



**Imagem 16:** Aparato criado para a pintura das Ciclofaixas Populares, em Fortaleza – ago.2013 **Fonte:** Massa Crítica Fortaleza.

<sup>77</sup> Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa, 2014.

Trânsito de Fortaleza (AMC) realizou uma lavagem da rua para apagar a ciclofaixa, o que provocou diversas reações negativas em direção à Prefeitura.

O grupo então repetiu a mesma intervenção, que ficou conhecida como pintura de *ciclofaixas populares*, em outros bairros mais periféricos da cidade. Em resposta à intensa mobilização, a Prefeitura inaugurou uma ciclofaixa no mesmo trecho da primeira ciclofaixa popular. Àquela altura, todas as ciclofaixas de Fortaleza totalizavam somente 5km. Três anos depois, com o fortalecimento de grupos e movimentos de ciclistas que vêm sistematicamente pressionando a Prefeitura por reformas neste sentido, um sistema de bicicletas compartilhadas foi implementado, a cidade agora possui 71,5km de ciclofaixas e o número de acidentes envolvendo ciclistas foi reduzido em pelo menos 9,6%<sup>78</sup>.

### 3.2.11. PARQUE AUGUSTA

Desde meados de 2006, diversos grupos e ativistas pressionam a Prefeitura de São Paulo no sentido de garantir que um terreno de 24 mil m<sup>2</sup>, localizado no Centro da cidade, seja transformado em um parque aberto à população. Este terreno, que encontra-se fechado e sem cumprir qualquer função social desde a década de 1980, contém em seu interior, um bosque de vegetação Mata Atlântica tombado pelo poder municipal em 2004. O mesmo perímetro está demarcado no Plano Diretor de São Paulo enquanto uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) e, no ano de 2013, uma Lei Ordinária Municipal sancionada pelo então prefeito Fernando Haddad, autorizou ali a criação de um parque, o Parque Augusta. Para que o parque seja implementado, porém, seria preciso desapropriá-lo, o que tem criado um complexo imbróglia jurídico e político em torno dessa questão.

Atualmente, o terreno do Parque Augusta é propriedade de duas construtoras, que em janeiro de 2015, aprovaram o projeto de um empreendimento imobiliário de alto padrão junto ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). No mesmo período, um grupo de ativistas contrários ao empreendimento ocupou o local com o objetivo

---

<sup>78</sup> Dados divulgados pelo Instituto José Frota (IJF), hospital público referência no tratamento de traumatologia (Lima Neto, 2016).

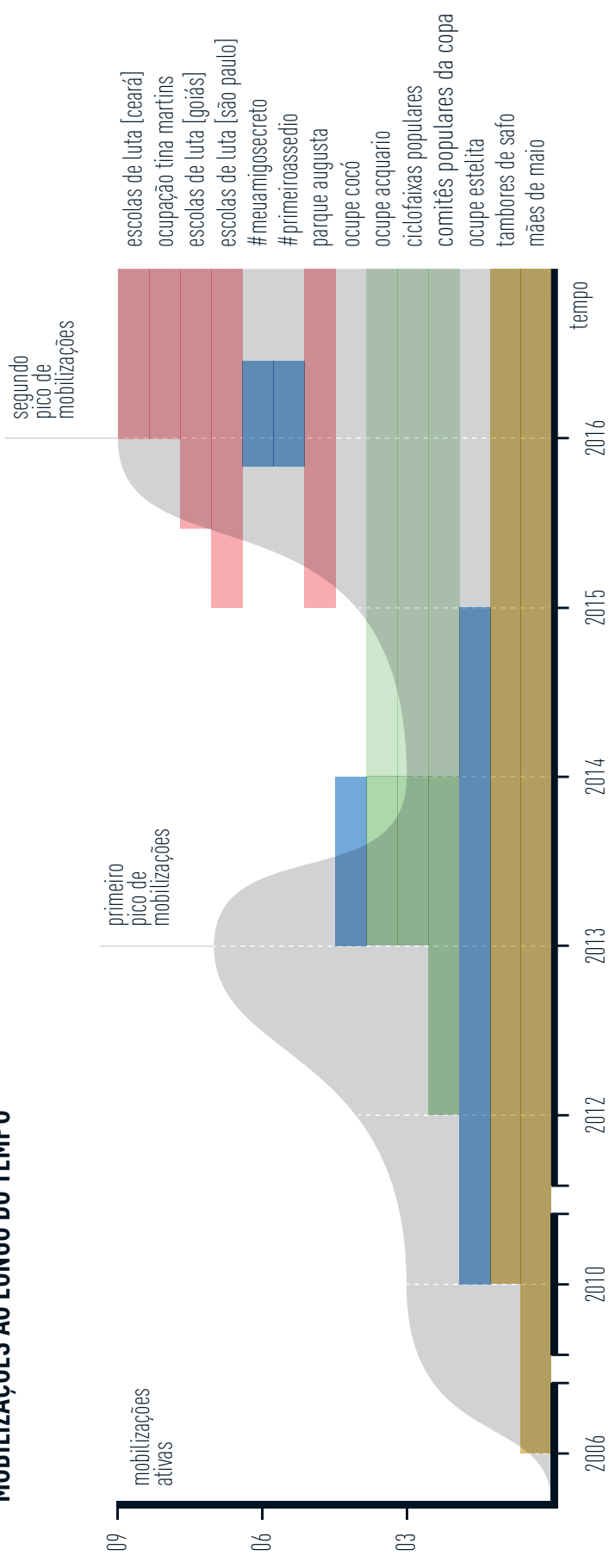


de reivindicar a implementação do parque e impedir o início das obras previstas pelas construtoras Setim e Cyrela. A ocupação durou 45 dias, e foi encerrada após uma violenta ação de reintegração de posse por parte da Polícia Militar.

No mesmo ano, o Ministério Público Estadual definiu o prazo de duas semanas para que o terreno fosse vendido para a Prefeitura de São Paulo, caso o contrário, uma ação civil pública que indicava irregularidades na aprovação dos projetos e crimes ambientais, seria aberta contra as construtoras – até o presente momento, 18 meses depois da decisão, a venda ainda não foi efetuada devido a discordâncias em relação ao valor do terreno. Enquanto isso, o projeto que prevê a construção de três torres que ocupariam 40% da área do terreno, encontra-se em avaliação pela Secretaria Municipal de Licenciamento e pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

**Diagrama 04 (Página seguinte):** Linha do tempo com localização dos estudos de caso e identificação do tipo de mobilização. **Fonte:** elaboração própria.

# MOBILIZAÇÕES AO LONGO DO TEMPO



///

## LEGENDA:

- mobilizações perenes
- mobilizações ativas e dispersas
- mobilizações efêmeras
- mobilizações ativas e intensas

## CAPÍTULO 04. **ATIVISMOS URBANOS DIGITAIS**

[...] [N]ão foi na noite que os vaga-lumes desapareceram, com efeito. Quando a noite é mais profunda, somos capazes de captar o mínimo clarão, e é a própria expiração da luz que nos é ainda mais visível em seu rastro, ainda que tênue. Não, os vaga-lumes desapareceram na ofuscante claridade dos “ferozes” projetores: projetores dos mirantes, dos shows políticos, dos estádios de futebol, dos palcos de televisão<sup>79</sup>.

Georges Didi-Huberman

Para o momento da análise, os movimentos estudados foram organizados, em primeiro lugar de acordo com o modo como gerenciam a mobilização da opinião pública a respeito de suas pautas. Quatro categorias emergiram a partir dos padrões identificados: mobilizações efêmeras; mobilizações ativas e intensas; mobilizações ativas e dispersas; e, finalmente, mobilizações perenes. Esta divisão termina por revelar uma diversidade de aspectos sobre a atuação desses

---

<sup>79</sup> Didi-Huberman, 2011, p. 30.

movimentos, bem como percebê-los ao longo de processos que lhes são maiores e mais estendidos no tempo.

Os ativismos que foram identificados com a categoria de *mobilização efêmera*, são aqueles que se reuniram originalmente em torno de uma pauta específica e que, tendo passado o ápice de mobilização da opinião pública, se dissolveram. Os grupos que articulam o tipo de *mobilização ativa e intensa* são os que se reuniram originalmente em torno de uma pauta específica e que, no momento presente, seguem plenamente ativos em seus processos de mobilização da opinião pública.

A categoria de *mobilização ativa e dispersa* abriga ativismos que de início se reuniram em torno de uma pauta específica e que em um momento posterior



**Diagrama 05:** Disposição dos ativismos estudados de acordo com o modo como mobilizam a opinião pública. **Fonte:** elaboração própria.

tiveram algum ganho ou retrocesso significativo, o que acabou arrefecendo a mobilização da opinião pública em relação à sua reivindicação mais central, porém, esses grupos seguem ativos em torno de outras pautas afins. Os grupos que foram identificados com o tipo de *mobilização perene* são aqueles movimentos sociais mais consolidados e ativos há mais tempo, que no momento presente reivindicam pautas mais amplas, mas que, ao longo de sua atuação, vivenciaram alguns momentos pontuais de maior mobilização da opinião pública em torno de suas lutas.

Esta divisão é meramente analítica e não se dá de forma rígida, tampouco estática. Uma vez que, exceto no caso das mobilizações efêmeras, os ativismos estudados permanecem em atividade, pareceu mais adequado que fossem dispostos segundo uma gradação que identifica tendências, do que em blocos ou caixas com limites claros.

Por exemplo, no caso da atual Casa de Referência Tina Martins, o grupo obteve a concessão de um imóvel público por pelo menos dois anos, o que favorece uma mobilização mais a longo prazo – identificou-se, portanto, para este ativismo, uma tendência em tornar-se um movimento perene à medida em que o tempo avance. No caso do Parque Augusta, foi percebido uma tendência à dispersão, uma vez que a pauta central sobre a implementação do parque encontre uma resolução. Seja com a construção das torres pelas construtoras Setim e Cyrella ou com a implementação do parque nos termos exigidos pelo movimento, é provável que este continue articulado em outras lutas relacionadas às áreas urbanas de proteção ambiental ou à melhoria e ampliação dos espaços públicos de qualidade.

Em segundo lugar, procurou-se observar como se dava a presença ou ausência dos mesmos movimentos no espaço físico. Esse exercício permitiu, por um lado, perceber que nos casos em que há a presença no espaço físico, este opera por vezes enquanto *objeto* direto de reivindicação, como é o caso das lutas por espaços públicos de qualidade. Em outros momentos, o espaço físico opera como *meio* para a ação, como é o caso dos grupos que realizam protestos ou ocupações nos espaços públicos. Esta divisão é também analítica e gradativa, ou seja, não apresenta limites

muito claros entre as duas categorias, uma vez que em termos práticos fica evidente que diversos grupos que têm o espaço urbano como objeto de reivindicação, utiliza-o também como meio para suas práticas reivindicatórias.

Por outro lado, foi possível perceber que as coletividades cuja presença está limitada aos ambientes digitais o fazem justamente porque enfrentam severas restrições à reunião no espaço físico. Inclusive, em muitos casos, sua aparição pública materializada implicaria ameaças à sua integridade física. Para esses movimentos, o encontro nas redes sociais online é particularmente importante, uma vez que possibilita a articulação de ativismos que, desde o ambiente imaterial das plataformas digitais, têm o espaço no horizonte de suas reivindicações.

#### 4.1. DO ESPAÇO COMO HORIZONTE AO ESPAÇO COMO MEIO DE REIVINDICAÇÃO

##### 4.1.1. QUANDO OS CORPOS SE FAZEM VISÍVEIS

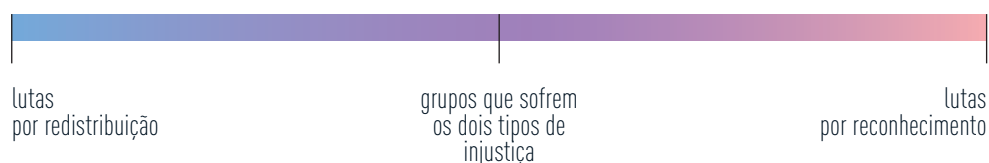
Com a análise dos estudos de caso, revelou-se que, as pessoas que protagonizavam as campanhas #primeiroassedio e #meuamigosecreto não conseguiam reunir-se enquanto coletividade nos espaços físicos das cidades apesar de o *espaço* estar presente enquanto pauta de reivindicação e mesmo como elemento estruturante de suas lutas.<sup>80</sup>

Em outros casos, emergiram ativismos compostos por indivíduos que conseguiam ocupar os espaços físicos enquanto coletividade, mas que o faziam sobretudo em apoio ou em memória de outras pessoas que não poderiam estar presentes ali. Isso ocorreu com grupos feministas que participaram de protestos no espaço público em amparo às mulheres vítimas de violência doméstica abrigadas na então Ocupação Tina Martins, ou das Mães de Maio, que protestam em marcos urbanos do estado de São Paulo em memória de seus filhos assassinados por grupos de extermínio ligados à Polícia Militar enquanto executavam tarefas cotidianas no espaço público.

---

<sup>80</sup> Não há registro de qualquer ação relacionada às campanhas que tenha se dado no espaço físico, entretanto, o debate iniciado no ambiente imaterial das redes sociais online certamente lhe ultrapassa.

### espectro conceitual



**Diagrama 06:** Esquema gráfico baseado no espectro conceitual proposto por Nancy Fraser. **Fonte:** elaboração própria.

A filósofa estadunidense Nancy Fraser aborda os conflitos que se desenrolam no final do século XX e identifica lutas de duas naturezas fundamentais, são elas as lutas por *redistribuição*, presentes na sociedade moderna desde o período industrial, e as lutas por *reconhecimento*, surgidas em um contexto “pós-socialista” onde o reconhecimento de uma diversidade de identidades transcende os conflitos de classe que se baseiam na redistribuição de recursos. Enquanto as lutas do primeiro tipo combatem injustiças de ordem cultural e simbólica e se organizam “sob as bandeiras de nacionalidade, etnia, “raça”, gênero e sexualidade”<sup>81</sup>, as segundas visam combater as desigualdades sócio-econômicas que têm relação com a exploração do trabalho assalariado, e com a má distribuição de infraestrutura e de recursos básicos para uma vida digna (Fraser, 1995.).

Fraser propõe a localização desses grupos ao longo de um espectro conceitual, o que termina por revelar um dilema: se por um lado, as lutas por reconhecimento pautam-se na legitimação das diferenças culturais e simbólicas através da diversidade, por outro, as lutas por redistribuição demandam justamente o contrário, o fim da diferenciação de privilégios entre classes. No contexto contemporâneo esses dois tipos fundamentais de injustiça costumam encontrar-se imbricados de forma inseparável, ainda que na maioria dos casos, a influência de um dos dois pólos seja preponderante. Portanto, tratar aqueles grupos que sofrem

<sup>81</sup> Fraser, 1995, p. 68. No original: “[...] under the banners of nationality, ethnicity, ‘race’, gender, and sexuality”. Uma versão reduzida deste texto foi publicada em português com o título Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista, pela revista Cadernos de Campo, n. 14/15, 2006, disponível no link: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>

com os dois tipos de injustiça demanda um exercício crítico que seja capaz de abranger a complexidade desse cenário (Fraser, 1995).

Essas categorias são úteis para a análise dos conflitos abordados aqui, no sentido de oferecer uma estrutura de pensamento que permite observar o modo como o espaço está presente em cada uma delas. Fica evidente que aqueles grupos sobre os quais as injustiças de natureza simbólica e cultural incidem mais fortemente apresentam maior dificuldade de acessar o espaço enquanto meio para suas lutas. Isto se dá principalmente pelo fato de que essas injustiças orientam-se sobretudo à materialidade de seus corpos.

É, com efeito, pelo direito ao espaço que esses grupos lutam, pelo direito de reunir-se e mover-se pela cidade sem que a materialidade de seus corpos seja alvo de violação e para que as normativas sociais que operam o seu extermínio nos ambientes domésticos sejam debatidas e transformadas coletiva e publicamente. Portanto, diante da alta vulnerabilidade que seus corpos enfrentam, o direito à presença no espaço está condicionado ao reconhecimento de suas identidades e à legitimação de seus corpos frente à sociedade – em um contexto onde sua própria existência é, por si, desafiadora. De que maneira então essas identidades e corpos poderiam se fazer reconhecer e legitimar?

A filósofa estadunidense Judith Butler dedica parte considerável de sua obra à compreensão das normatividades socialmente construídas e daquilo que identifica como corpos desviantes da norma. Em 2013, proferiu uma palestra na Universidade de Boğaziçi, em Istambul, que posteriormente seria publicada com o título de *Nós, o povo – pensamentos sobre a liberdade de assembléia*<sup>82</sup>. Nela, Butler procurou definir que elementos seriam essenciais para que determinada pluralidade social se institua enquanto povo. A filósofa tece essa discussão a partir de uma análise sobre os movimentos que compuseram a chamada *Primavera*

---

<sup>82</sup> Traduzido livremente do original em inglês, *We, the people – thoughts on freedom of assembly*. (Butler, 2016.). Essa palestra foi posteriormente publicada no livro *What is a people*, do filósofo francês Alain Badiou.



*Egípcia*<sup>83</sup>. De acordo com o argumento de Butler, o ato de reunir-se no espaço público seria central para a auto-proclamação de uma coletividade, que, em última instância, constituiria um povo.

Reunir-se é, ao mesmo tempo, a condição de qualquer reivindicação possível e um direito específico reclamado por meio da assembléia. Essa circularidade é menos uma contradição do que uma condição fundamental de uma pluralidade política, de um povo<sup>84</sup>. (Butler, 2016, p.63)

Nesses casos, a presença coletiva no espaço seria, portanto, ao mesmo tempo, o meio de reivindicação e o direito a ser conquistado. Para Butler, não seria possível conceber a ideia de povo sem levar em consideração a sua corporeidade e, conseqüentemente, todas as necessidades demandadas pelo corpo. Ou seja, a infraestrutura e todas as condições sócio-espaciais interdependentes que garantem que esses corpos sobrevivam e que, para além da mera sobrevivência, garantem que vivam dignamente. Seria, portanto, por meio da reunião coletiva no espaço que os corpos poderiam reivindicar o direito de ocuparem o espaço e de o fazerem com dignidade.

---

<sup>83</sup> A intensificação de ações e protestos que culminaram na Primavera Árabe (principalmente, no Egito, Tunísia e na Turquia) certamente impactaram a conformação daquilo que no Brasil ficou conhecido como as *Jornadas de junho de 2013*, quando uma pluralidade de grupos e movimentos sociais tomaram as ruas de diversas cidades do país em dezenas de protestos e ocuparam lugares emblemáticos como forma de deslegitimação de uma série de políticas urbanas que vinham sendo implementadas à altura.

<sup>84</sup> No original: Assembly is at once the condition of any possible claim at the same time that it is a specific right to which an assembly lays claim. That circularity is less a contradiction than a founding condition of a political plurality, a people.

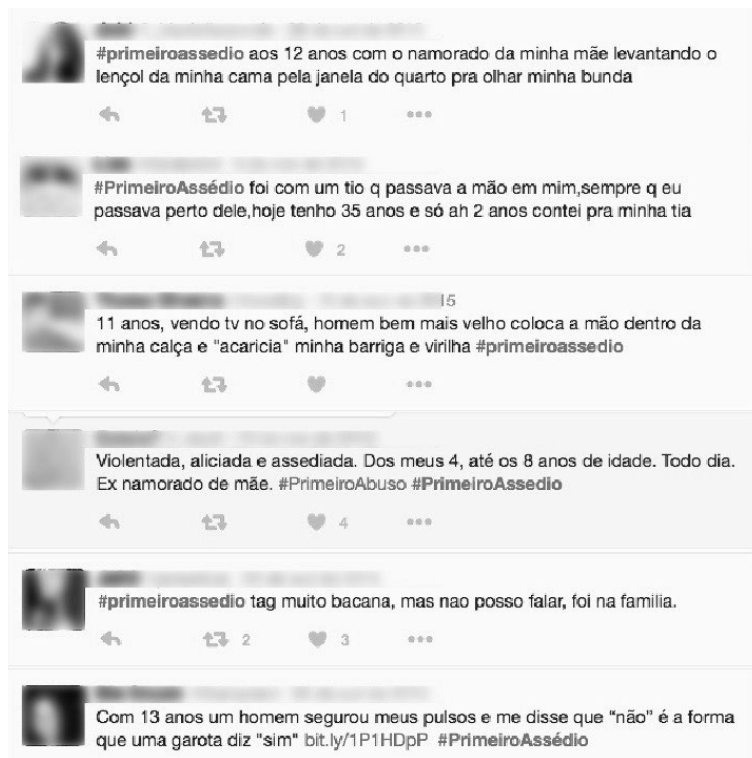
Ainda que, sem dúvidas, se esteja despojado de proteção, não se está reduzido a uma “vida despida”. Pelo contrário, estar despojado de proteção é uma forma de exposição política, concretamente vulnerável, inclusive frágil, e ao mesmo tempo potente e ativamente desafiadora, inclusive revolucionária. [...] Mostrar-se é, ao mesmo tempo, estar exposto e ser desafiante, o que quer dizer que estamos moldados precisamente por esta disjunção e que, ao nos moldarmos, expomos os corpos pelos quais reivindicamos. Fazemos isto pelo outro e com o outro, sem que isto pressuponha necessariamente harmonia ou amor. Como uma forma de criar um novo corpo político.<sup>85</sup> (Butler, 2016, p.64)

Nesse sentido, o *espaço* enquanto meio de reivindicação é fundamental para que essas identidades e corpos sejam reconhecidos e legitimados. Reunir-se no espaço seria, em si, o gesto político de afirmação de uma identidade coletiva e a potência mesma de transformação da estrutura sócio-espacial que originalmente ameaça a integridade de seus corpos.

Em primeiro lugar, revela-se a importância da reunião coletiva para a construção de um corpo político plural. Ao mesmo tempo, a análise dos estudos de caso permite observar a relevância das tecnologias digitais nos contextos em que esta reunião no espaço não é possível. O encontro e o debate que se estabelecem nas redes sociais online permitem a articulação coletiva de indivíduos particularmente vulneráveis ou espacialmente dispersos em um ambiente onde sua corporeidade não é diretamente ameaçada. Em síntese, pode-se dizer que por meio das redes sociais, seria possível articular formas de ativismo que, ainda que permaneçam restritas ao ambiente digital, têm o espaço no horizonte de suas reivindicações.

---

<sup>85</sup> No original: Although one may be shorn of protection, to be sure, one is not reduced to some sort of “bare life.” On the contrary, to be shorn of protection is a form of political exposure, at once concretely vulnerable, even breakable, and potentially and actively defiant, even revolutionary. The bodies that assemble designate and form themselves together as “we, the people,” targeting those forms of abstraction that would cast bodily requirements once again into oblivion. To show up is both to be exposed and to be defiant, meaning precisely that we are crafted precisely in that disjuncture, and that in crafting ourselves, we expose the bodies for which we make our demand. We do this for and with one another, without any necessary presumption of harmony or love. As a way of making a new body politic.



**Imagem 17:** Mensagens publicadas no Twitter com o uso da *hashtag* #primeiroassedio – nov.2015. **Fonte:** Twitter.com.



**Imagem 18:** Grupo Tambores de Safo em protesto organizado no Rio de Janeiro, em ocasião da convenção Rio+20. **Fonte:** S/f.

Esse argumento fica especificamente claro ao se levar em consideração as campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto em paralelo com ações de outros grupos feministas, como o Tambores de Safo, por exemplo. No primeiro caso, a coletividade de vítimas de abuso sexual encontra-se espacialmente dispersa e o fato de estarem fisicamente isoladas lhes torna individualmente vulneráveis. No segundo caso, a possibilidade de reunião em um mesmo espaço lhes confere, certa proteção de sua integridade física, ainda que isto não se dê de maneira absoluta.

Nos dois casos, sua aparição coletiva revela o significado político de seu encontro. Uma pessoa que, sozinha, faz uma denúncia de abuso sexual, adverte sobre um problema individual – por outro lado, se esta denúncia é feita por uma considerável pluralidade de indivíduos, revela-se um problema social de natureza coletiva. Da mesma maneira, se uma mulher caminhasse despida e sozinha pelas ruas de uma cidade brasileira, representaria pouco mais que um alvo para toda sorte de violações – por outro lado, quando um coletivo de mulheres marcha despido no espaço público, sua reunião converte-se em gesto político e adquire força enquanto protesto.

#### 4.1.2. PRÁTICAS ESPACIAIS, FERRAMENTAS DIGITAIS

A partir dos ativismos estudados, é possível perceber a intensificação da tática de ocupação de espaços como forma de protesto. As ocupações são uma tática comumente utilizada por movimentos sociais que atuam nas lutas por *redistribuição*, sobretudo aqueles ligados à luta pelo direito à moradia digna, que têm como prática tomar terrenos urbanos desocupados e sem uso para construir suas casas. Essa prática é também utilizada por movimentos sociais que atuam no meio rural como, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra (MST) que tem como principal tática a ocupação de terras improdutivas pertencentes a grandes latifundiários com o intuito de convertê-las em pequenas unidades de produção agrícola. Nesse contexto, as ocupações representam um momento para a experimentação de novas formas de organização coletiva e de autogestão.

A tática de ocupação é, assim, reapropriada pelos ativismos contemporâneos, que lhe adaptam aos seus contextos específicos. Dentre os grupos estudados aqui, o



**Imagem 19:** Vídeo feito por estudantes secundaristas durante a ocupação da Escola Carlos Alberto Oliveira – São Paulo, nov.2015. **Fonte:** YouTube.

Movimento Ocupe Estelita foi o primeiro a adotá-la. No contexto desses ativismos urbanos, o gesto de ocupar precisamente os espaços em disputa é imperativo para impedir determinada ação que incidiria fisicamente sobre eles – como sua demolição, seu desmatamento ou sua concessão à iniciativa privada.

Pelo menos três termos são recorrentes nas narrativas sobre as ocupações: “autogestão”, “transmissão ao vivo” e “reintegração de posse”. O primeiro diz sobre o modo como o espaço é administrado e zelado durante o período em que é ocupado por manifestantes. O segundo, quase sempre, tem relação com o modo como a internet e os dispositivos digitais têm ampliado o protagonismo dos grupos diretamente envolvidos na construção de suas próprias narrativas. O último em geral se refere ao modo violento como o Estado atua para garantir o cumprimento de ordens judiciais ou a soberania da propriedade privada.

Nesse contexto, as ocupações representam em grande medida a retomada do caráter público e político dos espaços em disputa por meio de ações diretas e a despeito das instituições de representação política. Essas ocupações autogeridas operam tal como laboratórios para a experimentação e a construção de novos imaginários que permitem a ressignificação dos espaços em questão. De igual



**Imagem 20:** Vídeo feito por manifestantes em protesto pela implementação do Parque Augusta – São Paulo, ago.2016. **Fonte:** Canal *Parque Augusta Já* no YouTube.

maneira, os usos alternativos que lhe são atribuídos permitem, por vezes, a elaboração de novas formas de resistência que ensejam importantes aprendizados para futuras ações.

O manejo das tecnologias digitais, especialmente das redes sociais online e de aparatos audiovisuais, permitiu que esses grupos recuperassem, em certa medida, o controle sobre sua própria representação e o protagonismo na construção de narrativas sobre sua própria atuação. A produção de vídeos é uma prática usual entre esses ativismos, e tem um papel importante em diversos sentidos: opor-se aos discursos das mídias tradicionais e dos grandes canais de comunicação, transmitir alguns acontecimentos em tempo real, produzir e documentar provas contra ações abusivas da polícia ou ainda criar peças de caráter artístico.

O movimento Ocupe Estelita produziu peças audiovisuais com diferentes intenções. Algumas visavam informar de forma eficaz sobre o Consórcio Novo Recife e os possíveis impactos para o entorno do Cais José Estelita, outros documentavam atividades e apresentações artísticas performadas na ocupação e outros documentavam protestos realizados nas ruas de Recife. De maneira similar, os ativistas ligados ao movimento pelo Parque Augusta, em São Paulo, também

produziram vídeos informativos sobre o imbróglio jurídico em torno da efetivação do parque e alguns outros que documentavam suas atividades e seus protestos em importantes avenidas das cidades. Estes vídeos, devido ao seu caráter informativo, têm o objetivo de alcançar um público mais amplo do que aquele diretamente envolvido em suas ações e contrapor-se ao discurso midiático hegemônico.

A produção de vídeos pode ter ainda o sentido de inspirar novos grupos a tomarem parte do movimento em questão, a partir do compartilhamento de táticas e experiências. É o caso do grupo responsável pelas intervenções das Ciclofaixas Populares, em Fortaleza, que produziu uma série de vídeos em forma de manuais onde ensina como construir o aparato que lhe auxiliou a realizar a pintura das vias. Os estudantes secundaristas que protagonizaram o fenômeno das Escolas de Luta têm a prática de documentar o seu cotidiano nas escolas ocupadas e de realizar vídeos informativos com a intenção de auxiliar outros estudantes interessados em organizar ocupações em suas escolas.

As ações policiais de reintegração de posse que são frequentes para aqueles movimentos sociais ligados ao direito à moradia ou à reforma agrária se intensificaram radicalmente nas periferias de dezenas de cidades do Brasil, especialmente nos dois anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014. Tanto as comunidades que sofreram desapropriações no processo de construção das obras da Matriz de Responsabilidades, quanto os ativismos que se utilizaram da tática de ocupação experienciaram violentas ações policiais. Boa parte dessas ações, salvo alguns casos em que a reintegração se deu por meio de conciliação, seguiram um escopo semelhante de operação com uso de armamento considerado não-letal.

O movimento Ocupe Cocó, por exemplo, sofreu diversas ameaças e duas desapropriações efetivas. Na primeira ocasião, em 2013, a Guarda Municipal de Fortaleza adentrou a área de acampamento dos ocupantes às quatro horas da manhã, sem aviso prévio. Bombas de gás lacrimogêneo foram disparadas dentro das barracas e pessoas levaram tiros de balas de borracha enquanto dormiam.

Em uma tentativa de reintegração de posse posterior, um pequeno grupo de ocupantes entrelaçou uma corrente de ferro em seus pescoços, presa com um

cadeado em cada um deles e, nas pontas, presa em duas árvores. Mesmo diante desta cena, o batalhão de choque da Polícia Militar do Ceará marchou lentamente em direção ao acampamento, até que uma ordem judicial abortasse a ação. Como não houve aviso prévio, os únicos registros da primeira ação foram feitos por manifestantes que já haviam deixado o acampamento. No segundo caso, a ação foi transmitida em tempo real, por meio de *webcasting* que teve o link divulgado em diferentes redes sociais. Essa transmissão foi um dos fatores fundamentais para evitar que se repetisse o excesso de força policial utilizado na primeira desocupação.

Entretanto, a transmissão nem sempre é suficiente para exercer pressão ou impedir esses excessos, como é o caso de diversas ações de reintegração de posse levadas a cabo no contexto das obras para a Copa do Mundo de 2014, largamente documentadas. Nessa situação, há um desequilíbrio na relação de poder entre os agentes políticos empenhados na implementação da Matriz de Responsabilidades e as comunidades afetadas pelas obras. A violência simbólica e material do desalojamento dessas famílias não foi suficiente para mobilizar a opinião pública



**Imagem 21:** Vídeo “‘Vem Pra Rua’ ver a verdadeira arquibancada do Brasil” feito por morador de uma comunidade ameaçada de remoção no contexto da Copa do Mundo de 2014 – mai.2015. **Fonte:** YouTube.



frente ao discurso oficial de “inconvenientes menores” face à promessa de melhoria urbana “para a cidade como um todo” impulsionada pelo megaevento.

Um aspecto que ajuda a compreender melhor as diferenças entre a violência empregada no caso das ocupações de espaços públicos urbanos – como o Parque do Cocó, o Parque Augusta ou o Cais José Estelita – e das comunidades afetadas pela Matriz de Responsabilidades da Copa, é o lugar sócio-espacial que as pessoas que compõem cada um desses movimentos ocupa. A causa do direito à moradia para comunidades pobres, soa, em muitos discursos, menor por parecer mais individualista frente às questões de preservação da natureza ou “proteção do planeta”.

Apesar de não ser possível fazer uma hierarquização da importância de cada uma dessas causas, fica evidente, ao observarmos os dois exemplos, como tanto as injustiças da ordem da *redistribuição* quanto aquelas da ordem do *reconhecimento* sobrepõem-se e incidem de maneira mais perversa sobre os moradores de periferias urbanas, pobres e racializados. Embora o direito à moradia digna se apresente, a princípio como uma demanda individual, quando toma grandes proporções e afeta um número considerável de famílias, torna-se, efetivamente um problema social, e é particularmente curioso que tenha um apelo menor diante da opinião pública.

#### 4.2. REDES SOCIAIS OU “REDES POLÍTICAS”?

Em um momento recente da popularização da Internet, foi recorrente a defesa das redes sociais enquanto elemento importante para a solução de questões de ordem política, a partir da ampliação dos espaços de debate em direção ao ambiente digital. Esse cenário possibilitaria a inclusão de mais vozes para a consolidação de um debate público heterogêneo. Especialmente no que tange os ativismos urbanos, a confirmação dessa ideia atribuiria às redes sociais um papel estruturante para a articulação política de coletividades e movimentos sociais.

Essa ideia tende a desconsiderar um importante aspecto sobre a própria estrutura das redes sociais, os métodos utilizados para alcançar seus fins lucrativos. As redes sociais se sustentam economicamente a partir da troca de dados pessoais pela garantia de seu acesso e seu uso. Isso lhes confere um caráter aparentemente gratuito, uma vez que não há necessariamente o envolvimento de transações monetárias diretas entre usuário e empresa. Entretanto, a geração de lucro dessas empresas é realizada justamente por meio da coleta e a sistematização de dados dos seus usuários, para posterior comercialização com agências de publicidade ou com entidades estatais.

Um efeito dessa prática que acontece de maneira não regulamentada e omissa, no sentido em que não está claro para os usuários que dados são efetivamente coletados e de que maneira são utilizados pelas empresas, é uma invasão de privacidade massiva. O programa de vigilância global levado à cabo pela NSA e divulgado pelo ativista estadunidense Edward Snowden em 2013 apenas lança um tênue feixe de luz sobre as questões de privacidade e de propriedade dos dados que são produzidos com as interações online<sup>86</sup>.

Se pretendemos afirmar as redes sociais enquanto instrumento de articulação política, um outro ponto importante a ser discutido é a maneira como as relações entre os diferentes atores são agenciadas nesse ambiente. Os vínculos interpessoais que se dão no mundo físico tendem a ser reproduzidos nas redes sociais online.

As interações pré-programadas de “solicitação de amizade” ou mesmo de “seguir” presentes em diferentes plataformas como o Facebook, Twitter ou Instagram, tendem a prolongar as relações familiares, de trabalho ou mesmo de vizinhança geográfica em direção a essas outras redes digitalmente mediadas<sup>87</sup>. Portanto, a força dessas instituições (família, trabalho, vizinhança) se mantém presente, de modo que as normas e limitações de ordem social permanecem, ainda que em

---

<sup>86</sup> Esse tema é abordado com mais detalhes no item 1.3.2. desta dissertação.

<sup>87</sup> “Solicitação de amizade” e “seguir” são dois tipos de interação pré-programada comuns em redes sociais. É a partir dessas interações que se estabelecem os vínculos entre usuários ou entre usuários e páginas. Normalmente, usuários com vínculo de “amizade” nas redes sociais podem compartilhar conteúdos e informações reservadas que não estão disponíveis para o público em geral.

menor grau, orientando as ações que se dão nas redes sociais online. Da mesma maneira, muito da informação que ali circula é proveniente de fontes corporativas, ou seja, são notícias, fotos ou vídeos produzidos por grandes canais de comunicação que operam de acordo com a lógica corporativista das mídias tradicionais.

A reprodução de estruturas sociais nas redes online é também intensificada com a aplicação de algoritmos que dispõem a informação de forma personalizada nos chamados “*feeds*” de notícias<sup>88</sup>. Nos últimos anos, as principais redes sociais vêm aprimorando algoritmos que organizam a informação acessada por seus usuários em uma ordem de prioridade de acordo com aquilo que supostamente mais lhes interessaria.

O número de “curtidas” que cada publicação recebe, assim como o número de vezes que determinados usuários interagiram entre si, influenciam esses algoritmos, que agem para garantir que se veja e se interaja sempre e cada vez mais com o mesmo tipo de conteúdos e com os mesmos usuários. Portanto, um efeito da aplicação desse tipo de algoritmos é que eles tendem a homogeneizar as relações que se estabelecem por meio das redes sociais. Isso termina por produzir consensos – ou falsas impressões de consenso – e empobrecer debates que se dariam a partir daqueles meios.

Ao organizar a informação desta maneira e ao induzir o contato cada vez mais selecionado entre iguais, as redes sociais online arruinam precisamente um dos elementos identificados pela filósofa Hannah Arendt como fundamentais para a constituição da esfera pública, a pluralidade. Arendt identifica, com o surgimento da idade moderna, a dissolução da unidade familiar e a sua substituição por grupos sociais que, assim como as famílias, seriam orientados por interesses e opiniões únicas.

---

<sup>88</sup> *Feeds* de notícias, são páginas que operam um formato de dados que se atualizam com determinada frequência, de acordo com o momento em que foram publicadas e com a sua relevância para o usuário que lhes acessam. É comum que usuários possam “seguir” essas páginas de feeds e possam ainda realizar uma série de interações pré-programadas com seu conteúdo, como “curtir”, “comentar” ou “compartilhar”.



**Imagem 22:** Estudante secundarista em protesto contra a reorganização escolar em São Paulo – dez.2015. **Fonte:** Laura Viana.

A igualdade dos membros desses grupos, longe de ser uma igualdade entre pares, lembra antes de tudo, a igualdade dos membros do lar ante o poder despótico do chefe do lar, exceto pelo fato de que, na sociedade, onde a força natural de um único interesse comum e de uma opinião unânime é tremendamente intensificada pelo puro número, o efetivo poder exercido por um único homem, representando o interesse comum e a opinião correta, podia mais cedo ou mais tarde ser dispensado. (Arendt, 2014, p. 49)

O ambiente das redes sociais digitais, programados nos mínimos pormenores, revelam-se, portanto, potencialmente ainda mais individualistas, normatizados e padronizados do que a *esfera social* que, segundo Arendt, emerge com a Modernidade. O poder despersonalizado dos grupos sociais é mediado agora também pelas plataformas digitais das redes sociais, e a opinião pública segue passível de manipulação por instituições e entidades que conservam as mesmas hierarquias que antecedem o advento técnico da Internet.

Desenha-se, portanto, no recorte histórico recente, um cenário em que cada vez mais aspectos da vida cotidiana são mediados pelas plataformas e dispositivos

digitais e em que grandes corporações como Google e Facebook agenciam grande parte do conteúdo que é produzido e circulado nos ambientes digitalmente conectados. Dessa maneira, é pertinente, para aqueles ativistas comprometidos com a justiça social pelas vias do reconhecimento simbólico e cultural, e da redistribuição igualitária de recursos, buscar brechas e possíveis ressignificações para esses meios, no sentido de subvertê-los em suas articulações políticas.

Os grupos de ativistas e movimentos sociais aqui analisados oferecem pistas sobre como o uso das redes sociais pode estar presente na ampliação de sua experiência materializada. Estas têm plataformas atuam no sentido de alcançar outras pessoas e criar redes de apoio espacialmente dispersas e na formulação de contra-narrativas por meio da produção de imagens, da efervescência de debates plurais em maior ou menor medida, e da partilha de desejos e conhecimentos que, a partir daí, se constroem de maneira mais coletivizada.

Entretanto, é preciso também observar precisamente como operam os limites para a articulação política no ambiente das redes sociais. De que maneira a presença das corporações visa capturar e capitalizar a totalidade de manifestações que se dão nos ambientes digitalizados. Como o prolongamento dos grupos sociais e a manutenção das instituições e hierarquias dominantes no mundo físico restabelecem, no âmbito das redes sociais online, as mesmas estruturas de poder que lhes são anteriores.

Por fim, fica claro que embora as redes sociais estejam invariavelmente presentes na mediação de suas ações e da mobilização da opinião pública, não é possível prescindir do espaço, seja enquanto horizonte ou enquanto meio de reivindicação. A presença materializada dos grupos de ativistas e movimentos sociais nos espaços públicos permanece fundamental para garantir a pluralidade de atores envolvidos nos seus processos reivindicatórios. É também por meio do espaço que a aparição pública e coletiva pode fazer-se de maneira a desestabilizar os poderes instituídos, à medida em que novos corpos políticos são forjados materialmente. É por meio da reunião no espaço público, sobretudo daquela que se dá de maneira desobediente e desafiadora, que novas narrativas, significados e imaginários coletivos se fazem possíveis.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Pois eu concordo com você que nada será alcançado por nós. Fragmentos – parágrafos –, uma página talvez: mas nada mais. [...] O melhor de nós terá o vislumbre fugaz de um nariz, de um ombro, de algo que se afasta, sempre em movimento. Ainda assim, me parece melhor ter este vislumbre.”<sup>89</sup>

Carta de Virginia Woolf para Gerald Brenan, dezembro de 1922.

A partir da discussão levantada aqui sobre o modo como grupos ativistas e movimentos sociais têm se apropriado das tecnologias digitais para articular suas práticas reivindicatórias, fica explícita a importância de se desenvolver bases metodológicas para pesquisas sócio-espaciais que abordem o espaço físico a partir da perspectiva de rede, ou seja, onde ele se manifesta de maneira descontínua, esparsa e fragmentada.

O tema das redes de comunicação e informação, mais especificamente no contexto de popularização das tecnologias digitais vem sendo amplamente abordado nos campos da comunicação, da sociologia e da antropologia, como já citado. Contudo, nesses trabalhos, o espaço é percebido apenas como um pano de fundo, como um

---

<sup>89</sup> Woolf, 1976. No original: For I agree with you that nothing is going to be achieved by us. Fragments – paragraphs – a page perhaps: but no more [...] The best of us catch a glimpse of a nose, a shoulder, something turning away, always in movement. Still it seems better to me to catch this glimpse.

elemento secundário e tende a ser abordado de maneira pouco aprofundada. Esse cenário revela a necessidade de compor pesquisas sobre esse tema que sejam formuladas a partir do ponto de vista espacial.

Na pesquisa aqui apresentada, foi abordado um conjunto de quatorze experiências envolvendo ativismos urbanos e o uso de tecnologias digitais. A principal base utilizada para a coleta de dados a respeito desses casos foram conteúdos disponibilizados em suas páginas em redes sociais e as notícias publicadas pela mídia tradicional. Isso revelou uma situação de fragilidade na documentação desses registros, uma vez que grande parte do conteúdo produzido por esses grupos e movimentos está armazenada nessas plataformas, portanto suscetível a suas políticas internas e a seus algoritmos de indexação.

Um esforço de documentação, organização e disponibilização dessas informações para além do ambiente das redes sociais poderia contribuir para a ampliação e para o fortalecimento das redes de apoio desses grupos e movimentos, bem como seria útil para a articulação de outros grupos de atuação semelhante. Em uma perspectiva de emancipação do controle e da vigilância estabelecidos no ambiente das redes sociais, seria importante conceber novas plataformas digitais para a documentação desses conteúdos.

Desse modo, também seria possível driblar os algoritmos de organização da informação que privilegia aquelas fontes com maior número de acessos e interações pré programadas – “curtir”, “compartilhar”, “comentar” – que são, em última instância, equivalentes aos grandes canais de comunicação já consolidados para além do ambiente digital. O fato de as redes sociais estarem em constante mudança e de seu uso ser relativamente recente, exige dos usuários um esforço constante de aprendizado no sentido de subverter efetivamente as funções para as quais foram originalmente programadas.

Um outro aspecto patente a partir da pesquisa empírica é a relevância do espaço físico para lutas e reivindicações, mesmo nos casos em que os indivíduos em questão ainda não conseguem se reunir coletiva e presencialmente no espaço



material das cidades. Espaço físico e ambiente digital, em relação dialética, produziram portanto uma nova estrutura para a atuação desses grupos.

Nesse sentido, é particularmente relevante apontar a contribuição do pensamento da filósofa Nancy Fraser sobre as lutas por reconhecimento cultural e simbólico que se conformam a partir do final do século XX. É nesse contexto que as experiências aqui estudadas se localizam, onde as lutas que se restringem à pauta da justa redistribuição de recursos já não dão mais conta da complexidade das injustiças que têm lugar no atual contexto sócio-político. Para além das condições materiais de existência, esses ativismos e movimentos sociais reivindicam também o direito à cidade a partir dos pontos de vista de etnia, nacionalidade, gênero, sexualidade.

A cidade emerge, portanto, como um elemento que atravessa esses dois pólos. Por um lado materializa tanto as injustiças de ordem social que se impõem sobre esses sujeitos quanto o campo onde se dá a disputa por novos significados e, conseqüentemente, pelo engendramento de novos corpos políticos. Por outro lado, emerge como direito a ser conquistado por aqueles que encontram restrições para a reunião corporificada enquanto coletividade. Em outras palavras, ficou claro que as lutas por reconhecimento, inicialmente entendidas enquanto identitárias e relacionadas especificamente ao corpo, seriam também lutas pela cidade.

É também a partir do espaço da cidade que outros significados e outras vivências podem ser experimentadas materialmente. Pode-se dizer portanto que a presença dos grupos e movimentos no espaço urbano é fundamental para a criação de novas narrativas e que as tecnologias digitais podem amplificá-las e ampliar o debate em torno delas.

Esta importância particular do espaço enquanto arena para a disputa simbólica ficou evidente naquelas situações em que a presença materializada no espaço físico não foi possível coletivamente. Isso foi perceptível no caso das jovens muçulmanas residentes em Copenhague estudadas pela pesquisadora dinamarquesa Karen Waltorp (2013, 2015), citado anteriormente. Esse é também o caso das campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto contra o abuso sexual

sobre crianças e mulheres que se deram no ambiente de redes sociais brasileiras no final de 2015.

Como apontado na análise dessas duas experiências, foi possível perceber que o significado político de seus gestos poderia ter sido mais contundente se a presença desses sujeitos tivesse se materializado coletivamente no espaço físico. A visibilidade que é possível apenas nos protestos, ocupações e demais práticas espaciais permanece essencial para o significado político dessas lutas. Isso pode ser observado especialmente nas situações em que as restrições direcionadas aos corpos dos sujeitos em questão foram superadas, como no caso do Movimento Mães de Maio e do grupo Tambores de Safo, compostos prioritariamente por mulheres negras, moradoras de periferias e, no segundo caso, homossexuais.

A reunião material dessas mulheres desafia o risco de violação e uma série de restrições impostas aos seus corpos. De acordo com o argumento defendido pela filósofa Judith Butler (2016), é precisamente nesse gesto desafiador de mostrar-se vulnerável, mas também de mostrar-se enquanto coletivo, que reside o significado político dessas práticas.

O ponto de chegada deste trabalho é, portanto, este: ainda que as tecnologias digitais de comunicação e informação estejam invariavelmente presentes na mediação de suas ações e no modo como operam a mobilização da opinião pública, o espaço permanece presente enquanto elemento estruturante para a luta desses grupos ativistas e movimentos sociais.

Entretanto, fica claro que é preciso ainda conceber formas de reintegração desses grupos, que atualmente permanecem dispersos e quase sempre desconectados. O desafio que se apresenta nesse cenário remete àquele que o filósofo Vilém Flusser (2008) aponta para as gerações que terão de lidar com o que identificou como pós-história ou como “era das imagens técnicas”, a reintegração “de elementos pontuais dispostos de maneira não-linear” em espacialidades descontínuas. Em outras palavras, parece fundamental recuperar o aspecto de rede desses grupos e movimentos a partir do reconhecimento de vínculos possíveis entre eles, como pautas ou práticas em comum.

Um outro ponto a ser observado é o lugar geográfico de onde provém esses grupos e movimentos. A partir de sua análise, foi possível observar que essa localização é determinante para o impacto de suas experiências e narrativas na mobilização da opinião pública e, portanto, na conformação e na ampliação de redes de apoio para suas pautas. Isso fica evidente se observarmos as diferenças no impacto gerado, por exemplo, pelas ocupações de escolas realizadas por estudantes secundaristas em São Paulo, Goiás e Ceará. A cobertura realizada pelas mídias tradicionais e mesmo o número de seguidores de suas páginas e o volume de interações provocadas por suas publicações é gradativamente menor desde o primeiro até o terceiro caso.

Nesse sentido, explicita-se a relevância de estudos que voltem o olhar para as insurgências que se dão em estados mais periféricos do Brasil, como forma de diversificar o aprendizado construído a partir dessas lutas e contribuir para a formulação de bases teóricas mais complexas e mais consistentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. (reimpressão)

Anistia Internacional; Afreewatch. *This is what we die for: human rights abuses in the Democratic Republic of the Congo*. Reino Unido: 2016. Disponível em: <[http://www.amnesty.ca/sites/amnesty/files/AFR%206231832016\\_This%20is%20what%20we%20die%20for\\_low%20res.pdf](http://www.amnesty.ca/sites/amnesty/files/AFR%206231832016_This%20is%20what%20we%20die%20for_low%20res.pdf)>. Consultado em: 08/07/2016.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. *La condición humana*. Buenos Aires: Pairós, 2005. Disponível em: <<https://clea.edu.mx/biblioteca/Arendt%20Hanna%20-%20La%20Condicion%20Humana.pdf>>. Consultado em 25/07/2016.

Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil*. Publicação Online, 2014. Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/ancop\\_dossie2014\\_web\\_bollbrasil.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/ancop_dossie2014_web_bollbrasil.pdf)>. Consultado em: 19/10/2016.

BUTLER, Judith. We, the people – thoughts on freedom of assembly. In: Badiou, Alain. *What is a people?* Nova Iorque: Columbia University Press, 2016, pp. 49-64.

BRITO, Gisele. Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado. *Brasil de Fato*. Artigo Online, 13/05/2016. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>>. Consultado em 19/09/2016.

CLEAVER, Harry. The Chiapas uprising and the future of class struggle in the new world order. *Common Sense*, Edimburgo, n. 15, pp. 5-17, 1994. Disponível em: <<http://commonsensejournal.org.uk/files/2010/08/CommonSense15.pdf>>. Consultado em: 01/08/2016.

COMITÊ INVISÍVEL. Aos nossos amigos: crise e insurreição. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. eBooksBrasil, 2003. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>>. Consultado em 05/06/2015.

FINN, Peter; HORWITZ, Sari. U.S. charges Snowden with espionage. *The Washington Post*. Artigo online, 21/06/2013. Disponível em <[https://www.washingtonpost.com/world/national-security/us-charges-snowden-with-espionage/2013/06/21/507497d8-dab1-11e2-a016-92547bf094cc\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/national-security/us-charges-snowden-with-espionage/2013/06/21/507497d8-dab1-11e2-a016-92547bf094cc_story.html)>. Consultado em: 04/07/2016.

FLUSSER, Vilém. *A filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. Two approaches to the phenomenon, Television. *The New Television*. Cambridge: MIT Press, 1977. Disponível em <<http://artcontext.com/crit/scrapbook/index.php?id=27>>. Consultado em: 08/07/2016.

\_\_\_\_\_. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age. *New Left Review*, Londres, nº1, v. 212, pp. 68-93, 1995.

FUCHS, Christian. Social Media and the Public Sphere. *tripleC: Capitalism, Communication & Critique*, Londres, nº1, v.12, pp. 57-101, 2014. Disponível em: <<http://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/552/668#48>>. Consultado em 04/10/2016.

HARVEY, David. The Right To The City. *New Left Review*, Londres, nº53, pp. 23-40, 2008.

JOYCE, Mary C [org.]. *Digital Activism Decoded: The New Mechanics of Change*. Nova Iorque: International Debate Education Association, 2010. Disponível em <<http://sec.cs.ucl.ac.uk/users/smurdoch/papers/digiact10all.pdf>>. Consultado em 04/10/2016.

KENSKI, Rafael. Jornalismo de dados: análise da #primeiroassedio. *LinkedIn: Notícias e Opinião*. Artigo Online, 01/11/2015. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/jornalismo-de-dados-an%C3%A1lise-da-primeiroassedio-rafael-kenski>>. Consultado em 19/09/2016.

LANE, Jill. Digital Zapatistas. *The Drama Review*. Nova York: MIT Press Journals, vol. 47, n. 02, pp. 129-144, 2003. Disponível em: <<http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/105420403321921274#.V5oZsI6ndSF>>. Consultado em 28/07/2016.

LÉVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

\_\_\_\_\_. *Diálogos sobre ciberdemocracia* (palestra). Centro Universitário Senac. São Paulo, 17/03/2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?annotation\\_id=annotation\\_2873878301&feature=iv&src\\_vid=8EKm\\_Qsq8ck&v=OmzDuAN5\\_zg](https://www.youtube.com/watch?annotation_id=annotation_2873878301&feature=iv&src_vid=8EKm_Qsq8ck&v=OmzDuAN5_zg)>. Consultado em: 16/06/2016.

LIMA NETO, João. IJF: atendimento a ciclistas cai 9,6% em Fortaleza. Artigo Online. *Diário do Nordeste*, 14/06/2016. Disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/ijf-atendimento-a-ciclistas-cai-9-6-em-fortaleza-1.1565919>>. Consultado em 19/09/2016.

MELLO, Daniel. Denúncias de fraudes na merenda levam estudantes a reocupar escola em São Paulo. Artigo Online. *Agência Brasil*, 30/04/2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/denuncias-de-fraudes-na-merenda-levam-estudantes-reocupar-escola-em-sao>>. Consultado em 21/09/2016.

MILLER, Daniel; COSTA, Elizabetta; et al. *How The World Changed Social Media*. Londres, UCL Press, 2016. Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk/ucl-press/why-we-post>>. Consultado em 23/01/2017.

MONTE-MÓR, Roberto. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, nº 111, pp. 09-18, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/58/60>>. Consultado em 30/05/2016.

NADAL, Alejandro. Terror in Chiapas: The Massacre in Acteal and the Future of Mexico. *Nuevo Amanecer Press*. Artigo Online: 1998. Disponível em: <[http://flag.blackened.net/revolt/mexico/reports/acteal\\_at\\_bull.html](http://flag.blackened.net/revolt/mexico/reports/acteal_at_bull.html)>. Consultado em 01/08/2016.

NUEVO AMANECER PRESS. *Zapatista Air (Mail) Attack*. Artigo Online: 2000. Disponível em: <[http://flag.blackened.net/revolt/mexico/reports/air\\_mail\\_jan00.html](http://flag.blackened.net/revolt/mexico/reports/air_mail_jan00.html)>. Consultado em: 01/08/2016.

ONU-HABITAT. *Relatório sobre o estado das cidades do mundo 2010/ 2011*. Tradução IPEA. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100408\\_cidadesdomundo\\_portugues.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100408_cidadesdomundo_portugues.pdf)>. Acessado em 21/09/2016.

PASCUCCI, Ernest. 'Intimate (tele)visions'. In: Steven Harris and Deborah Berke (eds.), *Architecture of the everyday*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1997, pp. 39-54. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/5a\\_aula/intimatetelevisions.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/5a_aula/intimatetelevisions.pdf)>. Consultado em 08/07/2015.

RONFELDT, David *et al.* The Zapatista "Social Netwar" in Mexico. *RAND*, Santa Monica, 1998. Disponível em <[https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph\\_reports/1998/MR994.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/1998/MR994.pdf)>. Consultado em 05/08/2016.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Limites e rupturas na esfera da informação. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*, São Paulo: Editora 34, 2003.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. *The New Digital Age*. Nova Iorque: Vintage Books, 2014.

União Internacional de Telecomunicações. *ICT Facts and Figures: The World In 2015*. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2015.pdf>>. Consultado em: 19/10/2016.

----- . *ICT Facts and Figures 2016*. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2016.pdf>>. Consultado em: 19/10/2016.

WALTORP, Karen. Keeping Cool, Staying Virtuous – Social media and the composite habitus of young Muslim women in Copenhagen. *MedieKultur*, Copenhagen, v. 31, n. 58, pp. 49-67, 2015. Disponível em: <<http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/mediekultur/article/view/19373/18332>>. Consultado em 30/06/2015.

----- . Public/private negotiations in the media uses of young Muslim women in Copenhagen: Gendered social control and the technology-enabled moral laboratories of a multicultural city. *The International Communication Gazette*, Amsterdã, v. 75, n. 5-6. pp. 555-572, 2013. Disponível em: <<http://gaz.sagepub.com/content/75/5-6/555.abstract>> Consultado em 30/06/2015.

WOOLF, Virginia. *The Letters of Virginia Woolf: Volume Two 1912 - 1922*. Nigel Nicolson e Joanne Trautmann (org.). Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1976, pp. 597-600